

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

JÉSSICA OLIVEIRA SOARES

**MICROCRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO
MUNICÍPIO DE PEDRO II - PI**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

JESSICA OLIVEIRA SOARES

**MICROCRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO
MUNICÍPIO DE PEDRO II - PI**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa da Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Fernanda Maria de Almeida

Coorientador: Alan Ferreira de Freitas

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S676m
2020 Soares, Jéssica Oliveira, 1988-
Microcrédito para o desenvolvimento local : o caso do
município de Pedro II – PI / Jéssica Oliveira Soares. – Viçosa,
MG, 2020.

126 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Fernanda Maria de Almeida.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 110-116.

1. Microfinanças - Piauí. 2. Comunidades -
Desenvolvimento. 3. Bancos comunitários. I. Universidade
Federal de Viçosa. Departamento de Administração e
Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Administração.
II. Título.

CDD 22. ed. 332.3098122

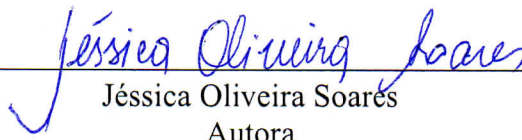
JÉSSICA OLIVEIRA SOARES

**MICROCRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO
MUNICÍPIO DE PEDRO II - PI**

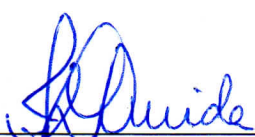
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa da Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 07 de abril de 2020.

Assentimento:



Jéssica Oliveira Soares
Autora



Fernanda Maria de Almeida
Orientadora

**A Deus, aos meus professores tão importantes para minha
formação, à minha família e aos meus amigos...**

...companheiros fiéis de jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a mim mesma por ter saído da minha zona de conforto. Saí do Piauí com destino à Viçosa-MG, cidade de que nunca tinha ouvido falar, sem conhecer ninguém, sem nenhuma referência, mas com muito entusiasmo. Devo metade desta determinação ao Prof. Helano Diógenes Pinheiro, pelas primeiras orientações pré-seleção de mestrado e por ter me dito: “Você vai estudar na UFV”.

Logo nos primeiros encontros do programa de mestrado em administração do DAD-UFV, percebi que não poderia ter ido para universidade melhor. Me encontrei. Comigo mesma, com professores de excelência, com colegas de sala que me incentivavam e incentivam até hoje a ser melhor a cada dia: Elias (amigo-irmão), Maiara Barreto, Nayara Lauriano, Mariana Martins, Carolina Rosado, Lusvânio, Guilherme. Obrigada pelo apoio, ajuda e emoções compartilhados.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço ao Instituto Federal do Piauí - IFPI, especialmente ao meu chefe, Diretor Geral do Campus Pedro II, Prof. Nonato Alves, pelo apoio e incentivo de amigo verdadeiro quando de minha aprovação no mestrado e por toda a jornada. E ao Reitor do IFPI, professor Paulo Henrique Gomes de Lima, pelo apoio e incentivo.

À minha família que tanto vibrou, se orgulhou e me apoiou nessa jornada maluca e transformadora. Sem eles eu não teria tido forças para romper os limites geográficos rumo a esta empreitada tão enriquecedora.

Aos meus amigos do Piauí, que torceram e torcem por mim mesmo à distância.

Ao amigo Magno William de Macedo Farias (ITES-UFBA) por ter me acolhido tão bem na UFBA, por ter oportunizado tantas experiências enriquecedoras de economia solidária, pelos livros doados, pela presteza em todos os momentos de que precisei. Serei pra sempre grata pelo nosso encontro.

Ao professor Dr.º Genauto Carvalho de França Filho (UFBA), por quem tenho infinita admiração e respeito, por ter me recebido, no meio de uma agenda sempre atribulada, para discutir e sugerir abordagens para este trabalho quando ainda na etapa inicial.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Fernanda Maria de Almeida e ao meu coorientador Prof.º Drº Alan Ferreira de Freitas, por terem aceitado e encarado este desafio junto comigo,

pelos aprendizados, pela sinceridade e pelo respeito com que conduziram nossas reuniões e conversas.

Ao Banco Rede Opala, aqui representado pela Maria Claudina dos Santos Oliveira, pela sempre carinhosa recepção, pela prontidão em fornecer os documentos do banco e pelo entusiasmo compartilhado quanto à fecundidade das ações de finanças solidárias.

Eu não teria chegado aqui sem estas pessoas. Hoje tenho um pouco de cada uma delas. E espero ter deixado o melhor de mim.

A todos, o meu mais sincero-e-cheio-de-emoção obrigada!

“Eu tinha 5 anos de idade e lembro que estava com meu avô em Esperantina, Piauí - ele, com ‘chinelinho’ havaiana, trabalhador rural. Quando passamos na calçada do Banco do Estado, ele ficou nervoso, envergonhado. Não se sentia pertencente àquele banco. O tempo passou e depois de tantos anos me vi defendendo uma moeda social, abrindo um banco comunitário. Lugar onde pessoas iguais ao meu avô podem ter oportunidade de ter acesso ao crédito, acesso a um banco, se sentir pertencente”.

(Reunião Rede Piauiense de Bancos Comunitários, 2019)

RESUMO

SOARES, Jéssica Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2020. **Microcrédito para o Desenvolvimento Local: o caso do município de Pedro II – PI.** Orientador: Fernanda Maria de Almeida. Coorientador: Alan Ferreira de Freitas.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar, comparativamente, a contribuição de programas de microcrédito ofertados por bancos comunitários e por instituições bancárias tradicionais para o desenvolvimento local no Estado do Piauí. Isto porque, a literatura fala que, assim como o Sistema Financeiro Tradicional, nem mesmo as políticas públicas de microcrédito têm conseguido alcançar aqueles indivíduos mais pobres. Como solução a este impasse, surgem nos territórios organizações de finanças solidárias, a exemplo de bancos comunitários, como mecanismos mais adequados às necessidades dos excluídos financeiramente, principalmente porque são criadas pelos próprios sujeitos do local. A principal contribuição deste estudo se revela no fato de a fonte de informações ser, fundamentalmente, os tomadores de crédito. A partir deles foi possível conhecer os mecanismos institucionais dos dois tipos de oferta de crédito e, assim, refletir sobre sua contribuição para o desenvolvimento local. Para tanto, elegeu-se o método qualitativo, com predominância da abordagem interpretativista. Os dados foram coletados a respeito dos programas de microcrédito do Banco Rede Opala, localizado no município de Pedro II-PI, e do Banco do Nordeste, o Crediamigo, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas estruturadas. Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica análise de conteúdo com o auxílio do programa MAXQDA. Ambos os programas de microcrédito analisados utilizam mecanismos institucionais semelhantes e diferentes entre si. Como resultados, foi possível observar que os dois programas contribuíram para as atividades produtivas e projetos de vida de seus beneficiários, na medida em que permitiram melhoria na produção e, por consequência, da renda pessoal e familiar. À luz da discussão em torno do desenvolvimento local, percebeu-se que os mecanismos de concessão de crédito utilizados pelo banco comunitário contribuem diretamente para a economia local, pois mais adaptados à realidade local ao serem pessoais, subjetivos e flexíveis. Enquanto que o Crediamigo contribui de forma indireta para o desenvolvimento local, por sua atuação ampliada e, por isso mesmo, com mecanismos mais padronizados, objetivos e rígidos. Em fins de conclusão, reforça-se o coro quanto à importância da instituição de políticas públicas

que dê subsídios para que os sujeitos encontrem soluções para seus próprios problemas. Pesquisas futuras que compreendam casos múltiplos podem subsidiar análises mais amplas sobre o tema.

Palavras-chave: Microcrédito. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Crediamigo. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

SOARES, Jéssica Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, April, 2020.
Microcredit for Local Development: the case of the municipality of Pedro II - PI.
Advisor: Fernanda Maria de Almeida. Co-advisor: Alan Ferreira de Freitas.

The general objective of this research is to analyze, comparatively, the contribution of microcredit programs offered by community banks and traditional banking institutions for local development in the State of Piauí. This is because, the literature says that, like the Traditional Financial System, not even microcredit public policies have managed to reach those poorest individuals. As a solution to this impasse, solidarity finance organizations arise in the territory, such as Community banks, with mechanisms more appropriate to the needs of the financially excluded, mainly because they are created by the subjects themselves. The main contribution of this study is revealed in the fact that the source of information is, fundamentally, the borrowers. From them it was possible to know the institutional mechanisms of the types of credit supply and, thus, reflect on their contribution to local development. Therefore, the qualitative method was elected, with predominance of the interpretive approach. Data were collected regarding the microcredit programs of Banco Rede Opala, located in the municipality of Pedro II-PI, and banco do Nordeste, Crediamigo, through bibliographic research, documentary research and structured interviews. For the analysis, the content analysis technique was used with the aid of the MAXQDA program. Both microcredit programs analyzed have different institutional mechanisms. While the former operates within a network that connects producers and consumers and releases credit in the form of a supply note for trading in partner trade, the second releases larger amount that is often used for a different purpose than for Production. In any case, as results, it was possible to observe that the two programs contributed to the productive activities and life projects of their beneficiaries, to the extent that they allowed improvement in production and, consequently, of personal and family income. As for the contribution to local development, it was noticed that the credit supply instruments used by the Community bank contribute directly to the local economy and are more flexible and more adapted to the local reality. This is because, because it is created and managed by community members, it assumes socio-approximate characteristics both in the mechanisms of credit selection and analysis, as well as in the way it promotes the local economy. In conclusion, this research

presented that, at its origin, in the creation of the two programs, there are similar objectives, but are distinguished in the form, operationalization and instruments used. The chorus is reinforced as to the importance for the institution of public policies that give subsidies for the subjects to find solutions to their own problems. Future research that comprises multiple cases may support broader analyses on the subject.

Keywords: Microcredit. Community Development Banks. Crediamigo. Local development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O ciclo vicioso da exclusão financeira

Figura 2 – Fases das políticas de microcrédito no Brasil

Figura 3 – Atividades econômicas dos EES

Figura 4 - Exemplo de Moeda Social

Figura 5 – Atividades de formação e capacitação promovidas pelo Banco Palmas Janeiro-Abril 2013

Figura 6 - Alternativas de acesso ao crédito pelos mais pobres

Figura 7 - Territórios de Desenvolvimento do Piauí

Figura 8 – Grupo de Formação em novembro de 2011

Figura 9 – A moeda Opala

Figura 10 – Atividades produtivas financiadas pelo Banco Rede Opala

Figura 11 – Ficha de cadastro para crédito

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Dados de desenvolvimento humano e pobreza

Quadro 1: Características do microcrédito

Quadro 2: Cinco dimensões que caracterizam os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)

Quadro 3 – Caracterização das Entrevistadas

Quadro 4 - Identificação das categorias e elementos de análise

Quadro 5 - Parcerias firmadas pelo Banco Rede Opala

Quadro 6 – Primeiras linhas de crédito do Banco Rede Opala

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CRÉDITO PARA QUEM?	18
2.1 O Sistema Financeiro Tradicional, exclusão financeira e o advento do microcrédito	18
2.2 Medidas de inclusão financeira no Brasil e o advento das microfinanças solidárias ..	23
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	31
3.2 Bancos Comunitários de Desenvolvimento: atuação, valores e práticas	39
4. DESENVOLVIMENTO LOCAL	48
5. METODOLOGIA	56
5.1 Caracterização da pesquisa e dos sujeitos de análise	56
5.2 Procedimentos de análise	61
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	64
6.1 O Banco Rede Opala	64
6.2 Oportunidade de Acesso ao Crédito	73
6.3 Contribuição do microcrédito para o desenvolvimento das atividades produtivas e dos projetos de vida	95
6.4 Contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local	100
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	111
APENDICE A	118
APÊNDICE B	120
APÊNDICE C	123
APÊNDICE D	124
ANEXO A	125
ANEXO B	126

1. INTRODUÇÃO

O microcrédito vem sendo utilizado como alternativa à redução da pobreza desde a década de 1970, uma vez que utiliza mecanismos de acesso ao crédito e a outros produtos financeiros mais adequados à realidade daquelas pessoas com menor renda. Estas, por muitas vezes não possuem patrimônio suficiente a ser oferecido como garantia de pagamento do empréstimo, nem empreendimentos formalmente registrados (CARVALHO *et al*, 2009), acabam não sendo um público atrativo para os bancos convencionais.

No que diz respeito aos pontos de atendimento bancário, dados do Relatório de Evolução do Sistema Financeiro Nacional (BCB, 2019) apontam que a quantidade de municípios sem “dependência bancária”¹ vem aumentando no período de 2016 a 2018. Isto é, em 2018, 377 municípios brasileiros não possuíam qualquer atendimento bancário, seja em agências, em postos de atendimento físico ou posto de atendimento eletrônico. Destaca-se aqui a Região Nordeste, que abriga 60% deste total.

O fato de todos os Estados das Regiões Norte e Nordeste terem os menores rendimentos domiciliares *per capita* e que 47% dos brasileiros abaixo da linha da pobreza² em 2018 estavam na Região Nordeste (IBGE, 2019), pode explicar a deficiência do atendimento bancários nestas regiões. Esta mesma constatação é apontada e explicada por diversos estudos, como os de MORAES (2010), MENEZES e CROCCO (2009), FREITAS (2013) e RIGO; FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR (2012).

Considerando estes autores, o que se percebe é que os bancos convencionais, na posição de credor, buscam reduzir seus custos de transação, suas incertezas e riscos quanto à inadimplência e prejuízos. Como assumem que os riscos e custos são inversamente proporcionais à renda ou riqueza do tomador de crédito, os bancos convencionais ou praticam juros altíssimos para compensar os custos e riscos (FRANÇA FILHO, 2013a) ou restringem o acesso ao crédito a esta camada da população. Não à toa, mais da metade das operações de crédito são destinadas para pessoas com rendimento acima de cinco salários mínimos, o que correspondia a 6,2% da população em 2017 (BCB, 2018).

Como consequência, os indivíduos mais pobres ficam à margem do sistema financeiro, demandando, assim, políticas de crédito específicas para suas realidades. Diante desta

¹ Os municípios são considerados como sem dependência bancária quando não possuem Agência, PA (Posto de Atendimento) e nem PAE (Posto de Atendimento Eletrônico) (BCB, 2019).

² Nesta publicação, o IBGE utiliza a linha sugerida pelo Banco Mundial, de US\$ 5,50 PPC – Paridade de Poder de Compra, para classificar as pessoas na pobreza. O que representa, aproximadamente, R\$ 420 mensais, cerca de 44% do salário mínimo vigente em 2018 (IBGE, 2019).

problemática, desde 1994, o governo brasileiro tem investido esforços em políticas públicas de microcrédito para a inclusão financeira destes excluídos do sistema financeiro tradicional. É que o microcrédito, por utilizar mecanismos institucionais baseados em relações de confiança e solidariedade, em detrimento de garantias reais (patrimônio, bens) requeridos pelos bancos convencionais, se constitui como uma via mais democrática de acesso ao crédito (ZOUAIN E BARONE, 2007; RIGO; FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2012; FREITAS, 2013).

Neste intuito, desde a década de 1990 o governo brasileiro tem lançado uma espécie de pacote do microcrédito, que envolve diversas legislações e regulamentos, tendo como principal expoente o PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado). Em 2011, com a inclusão do Programa Crescer no PNMPO, a taxa de juros do microcrédito produtivo orientado teve uma redução substancial. Isso fez com que aumentasse a concentração dessas operações nos bancos federais em detrimento de organizações localmente orientadas, como cooperativas, ONGs (Organizações Não Governamentais), OSCIPs (Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público) e SMEPP (Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e Empresa de Pequeno Porte), principalmente na Região Nordeste (FERREIRA JR *et al*, 2018).

Com efeito, os mais pobres continuam desassistidos. É o que apontam os estudos de Braga (2011), RIGO; FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR (2012), Freitas (2013) e Gurgel (2018). Por exemplo, os estudos de Gurgel (2018) mostram que os recursos do PNMPO têm sido destinados a estados brasileiros mais desenvolvidos em detrimento de estados menos desenvolvidos. E, ainda, Braga (2011) aponta que o crédito ofertado pelo programa Crediamigo, do PNMPO, dá preferência a empreendimentos já estabelecidos, em prejuízo dos profissionais do setor informal.

O que Carvalho *et al* (2009), Freitas (2013) e Junqueira; Abramovay (2005) apontam é que a maioria destas organizações operadoras de microcrédito enfrentam pressões de investidores para alcançar a sustentabilidade financeira. Assim, acabam se moldando aos preceitos lucrativos do sistema financeiro tradicional, inaugurando um novo nicho de mercado (CARVALHO *et al*, 2009; QUIDTY, FETZER E GHATAK, 2016; FRANÇA FILHO, 2013) ao priorizar os objetivos financeiros em detrimento dos sociais.

Não por acaso, nos dados apresentados pelo segundo Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central do Brasil, publicado em 2015, houve redução no número de clientes de microcrédito nas primeiras faixas de renda. Em 2013, eram 41,8% de clientes com até um salário mínimo, contra 26,4% de clientes nesta mesma faixa de renda em 2014 (BCB, 2015).

Por outro lado, em vias de proporem soluções para este impasse, Rigo; França Filho; Silva Junior (2012), Menezes e Croco (2009) e Rigo; França Filho; Leal (2015) defendem que os bancos comunitários são organizações mais promissoras no que diz respeito ao atendimento aos mais pobres e na promoção do desenvolvimento local. Isto porque possuem atuação circunscrita a uma localidade (município, comunidade ou bairro) e se baseiam em valores que não os de mercado, mas os da economia solidária.

Como trata França Filho (2002), a economia solidária consiste em experiências de atividades econômicas que envolvem a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania. Tais experiências se relacionam com a concretização da democracia local, por meio da participação dos indivíduos em soluções para os próprios problemas sociais locais. É a chamada via “sustentável-solidária” apresentada por França Filho (2008), cuja principal premissa é a valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas (FRANÇA FILHO, 2008).

Comprometidos em agir com base nesses preceitos, os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) dinamizam a economia local a partir da criação de rede com investimento simultâneo na capacidade de produção, de geração de serviços e de consumo territorial (RIGO; FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2012), articulando produtores, prestadores de serviços e consumidores locais. Dessa forma, para além da oferta de microcrédito, o propósito de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) é o fomento de uma outra lógica de desenvolvimento local ou comunitário (FRANÇA FILHO, 2013a).

Diante do exposto, percebeu-se a importância de investigar os efeitos do microcrédito ofertado por bancos comunitários no desenvolvimento local, em comparação com programas nacionais de microcrédito. A literatura deste tema normalmente tem como fonte de dados o banco, em detrimento da percepção de seus usuários. É o caso do estudo de Silva (2017) e de Mostagi *et al* (2019) que analisam a atuação do Banco Pirê e do Banco Palmas, respectivamente, para o desenvolvimento local. Ambos coletaram dados em entrevistas com membros dos bancos comunitários e em documentos do banco. A pesquisa de Santana (2011), apesar de entrevistar tomadores de crédito do Banco Ilhamar, o faz somente com o intuito de caracterizar o microcrédito ofertado por este banco comunitário baiano.

Com a intenção de contribuir para os estudos deste tema, a presente pesquisa buscou compreender o ponto de vista dos próprios tomadores de crédito de bancos comunitários quanto à contribuição de modalidades de crédito distintas para o desenvolvimento local. Para

tanto, elegeu-se como lócus de pesquisa o município de Pedro II, localizado no estado do Piauí, sede do banco comunitário Banco Rede Opala. A escolha se justifica pelo fato de que diversos estudos apontam que os bancos comunitários normalmente atuam em localidades caracterizadas por alto grau de exclusão e desigualdade social, baixo nível de renda e de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) (SILVA JR, 2007; RAPOSO; FARIA 2015; MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009).

O IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) de 2016 apresenta o município de Pedro II com desenvolvimento consolidado regular (IFDM 0,5395). Especificamente, o indicador de emprego e renda apresenta desenvolvimento baixo (0,3243)³. Assim, encontra-se em meio às últimas posições no ranking composto por todos os municípios brasileiros. Nos dados relativos à pobreza, enquanto o Brasil tem índice de pobreza de 15,20%, em Pedro II este número chega a mais de 46%, conforme dados de 2010 do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Ainda que os municípios que abrigam BCDs tenham condições socioeconômicas semelhantes, é importante destacar que cada banco comunitário se organiza levando em conta as especificidades do território, ou seja, apesar de terem atuação, estrutura organizacional e propósitos semelhantes, carregam a cultura, os valores, os desafios e o estilo de vida do território onde se situa.

Dentro de todo este contexto, a presente pesquisa pretendeu responder aos seguintes questionamentos: qual a percepção dos tomadores sobre a forma como o microcrédito ofertado pelos bancos tradicionais e pelos bancos comunitários pode influenciar a promoção do desenvolvimento local de Pedro II - PI? Quais mecanismos institucionais de concessão de crédito diferenciam os bancos comunitários dos bancos tradicionais?

Para responder tais questionamentos, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em analisar, comparativamente, a contribuição de programas de microcrédito ofertados por bancos comunitários e por instituições bancárias tradicionais para o desenvolvimento local.

De modo a alcançar este objetivo, foram delineados os seguintes **objetivos específicos**:

- i) Identificar, caracterizar e comparar os mecanismos institucionais de concessão de crédito de instituições tradicionais e do Banco Comunitário no município de Pedro II - PI;

³ Fonte: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PI&IdCidade=220790&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em 25 mar 2020.

- ii) Compreender o uso do microcrédito nas atividades econômicas e nos projetos de vida dos tomadores de empréstimos dos dois tipos de instituição financeira; e, por fim;
- iii) Analisar a percepção dos sujeitos que tomaram crédito, tanto no banco comunitário quanto no banco tradicional, sobre a importância e contribuição para o desenvolvimento comunitário local.

A importância deste estudo está em contribuir para o debate que focaliza o microcrédito solidário como instrumento financeiro mais efetivo para o desenvolvimento local das regiões mais pobres, na medida em que foram ouvidos os próprios tomadores de crédito que vivenciam os problemas locais quanto a emprego, renda e acesso a serviços financeiros de sua localidade. Com isso, o estudo também é importante porque expande as informações a respeito de casos específicos e, conseqüentemente, contribui com as discussões nos processos de criação e/ou o fortalecimento de políticas públicas com foco em tecnologias sociais, a exemplo dos BCDs.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, o segundo capítulo problematiza o acesso ao crédito tanto pelo sistema financeiro tradicional quanto pelas políticas governamentais de microcrédito, destacando seu funcionamento e limitações; no terceiro capítulo são apresentadas características, valores e práticas dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs), dentro das ações de economia solidária e finanças solidárias; o quarto capítulo traz uma discussão em torno da origem e de conceitos relativos ao desenvolvimento local. No capítulo cinco, é apresentada a metodologia, seguido do capítulo que apresenta a análise dos dados. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. CRÉDITO PARA QUEM?

2.1 O Sistema Financeiro Tradicional, exclusão financeira e o advento do microcrédito

Em pleno ano 2020, em todo o mundo, existem bilhões de adultos sem qualquer relacionamento com instituições financeiras. Segundo os dados do Banco Mundial (2017), este contingente representa cerca de 1,7 bilhões de adultos excluídos do sistema financeiro, o que representa 31% do total mundial. E ainda, praticamente todos os excluídos vivem nos países considerados em desenvolvimento e mais da metade deles são mulheres (BANCO MUNDIAL, 2017). Ora, se a função principal do mercado financeiro é a alocação eficiente dos recursos dos agentes superavitários para os agentes deficitários (KREUTZ, 2010),

porque ainda permanece tamanho contingente de pessoas sem qualquer relacionamento com instituições financeiras?

Segundo Singer (2009), o sistema financeiro é composto por três partes: i) a capitalista, formada por instituições privadas que têm como objetivo fundamental o lucro; ii) aquela formada pelos bancos estatais, cujo objetivo não deve ser o lucro, mas a prestação de serviços públicos; e iii) por grupo de intermediários financeiros de base social ou solidária que, a despeito de pertencerem ao setor privado, buscam como objetivo atender as necessidades dos excluídos das outras duas partes.

No que diz respeito à parte capitalista (i), as instituições que a compõem, desde a sua origem, são ambientes nos quais as pessoas devem se sentir seguras para guardar dinheiro (fazer poupança), realizar transações financeiras e obter financiamento para atividades produtivas. Tal dinâmica, em tese, estimula o crescimento econômico, porque

Um mercado financeiro desenvolvido é capaz de, por meio de suas instituições, gerar liquidez de forma a elevar a poupança e impulsionar os empresários dispostos a tomar recursos no mercado, estimulando o desenvolvimento econômico e beneficiando a economia do país. Nessa perspectiva, o acesso ao crédito cria poder econômico, favorecendo a um ambiente propício para que os agentes econômicos possam aproveitar as oportunidades de investimento (KREUTZ, 2010, p. 23).

No entanto, de acordo com os dados de abertura deste capítulo, os serviços oferecidos pelo sistema financeiro não estão disponíveis para todos. A pesquisa Global Findex, realizada pelo Banco Mundial, tem a base de dados mais abrangente do mundo sobre como os adultos de mais de 140 economias usam o dinheiro e os serviços financeiros (BANCO MUNDIAL, 2017). Na edição de 2017, os excluídos do sistema financeiro apontaram os motivos para tal condição: a maioria dos *unbankeds* citou que não possui conta bancária, porque não possui dinheiro suficiente (43%) e porque não precisa de conta (26%). Ainda, a “falta de documentação e desconfiança no sistema financeiro foram citados por cerca de um quinto dos adultos sem conta” (BANCO MUNDIAL, 2017).

Quanto ao Brasil, os dados apresentados pelo Relatório de Cidadania Financeira, publicado pelo Banco Central do Brasil (BCB) em 2018, aponta o percentual de bancarização em 86,5% contra 70% informado pela Global Findex 2017. Tal diferença percentual pode ser justificada pelo fato de o BCB considerar todas as contas não encerradas, aquelas que possuem saldos muito baixos ou que não registraram saques, depósitos e transferências por períodos longos (BCB, 2018).

Especificamente quanto aos dados de acesso ao crédito - interesse principal da presente pesquisa -, percebe-se que a inserção do crédito é menor nas faixas mais baixas de renda e

de pouca escolaridade. Segundo o relatório do Banco Central do Brasil, mais da metade (54%) do volume da carteira de crédito para pessoas físicas foi destinado para consumidores com renda acima de cinco salários mínimos, que correspondem a 6,2% da população (BCB, 2018). E ainda:

Entre a população que recebe até 1 salário mínimo por mês, os tomadores de crédito representam 11%, o menor índice. É de se esperar que as pessoas nessa faixa tenham mais dificuldade na obtenção de crédito pela dificuldade de comprovar renda e apresentar garantias, mas não se conhece a demanda por crédito (BCB, 2018).

De fato, as transações com pessoas de menor renda são consideradas, pelo sistema financeiro, de alto risco e alto custo. Por um lado, por conta da chamada assimetria de informações – dificuldades de apresentar garantias e comprovar renda – e, por outro, por conta do alto custo de transação, devido ao baixo volume de crédito demandado pelos mais pobres.

Essa percepção de alto risco por parte dos bancos convencionais é devido à aparente instabilidade dos pequenos negócios, os quais são caracterizados por transações informais e resultados sazonais o que aliado à inexistência de garantias para oferecer não lhes dá a devida segurança. Soma-se a isso a percepção de que os pequenos empreendedores não são bons empresários, devido às suas práticas de gestão empresarial que diferem dos manuais de administração convencionais utilizados por médias e grandes empresas. Em geral os proprietários tem baixo nível educacional e não utilizam práticas contábeis tradicionais (PARENTE, 2003, p. 34)

Os bancos convencionais estão em busca da sustentabilidade financeira⁴. Como “servir ao não pobre aumenta a sustentabilidade financeira da instituição” (CARVALHO *et al*, 2009, p. 7), os bancos pertencentes ao Sistema Financeiro tradicional ou excluem esta maioria significativa da população ou praticam juros e cláusulas contratuais mais rigorosas de modo a se resguardar diante dos altos custos operacionais incorridos, agravando a exclusão e configurando uma nova forma de exploração dos mais pobres (DYMSKI, 2005; MENEZES e CROCO, 2009).

A orientação ao lucro, portanto, fundamenta as escolhas e atuação deste primeiro setor do sistema financeiro. Além das escolhas referentes ao microcrédito, há décadas os bancos privados vêm preferindo investir no mercado especulativo em detrimento do mercado

⁴ A sustentabilidade financeira é a capacidade de a instituição cobrir todos os seus custos e permanecer no mercado no longo prazo. Atingir a sustentabilidade financeira é importante para que a instituição permaneça em operação mesmo que todos os subsídios e doações sejam suprimidos (CARVALHO *et al*, 2009, p. 8).

produtivo. É o que Dowbor (2018) e França Filho (2019) chamam de rentismo ou financeirização econômica.

Entende-se por financeirização econômica o fato da circulação material da riqueza ocorrer mais na esfera das aplicações financeiras ao invés de estar baseada em circulação real de bens e serviços com base em atividade produtiva concreta. (...) É assim que os bancos vão pouco a pouco alterando seu papel na dinâmica da sociedade: tornam-se cada vez menos fomentadores ou financiadores da atividade produtiva e cada vez mais especuladores financeiros (FRANÇA FILHO, 2019, p. 26-27).

Como consequência dessa dinâmica rentista, agrava-se a concentração da riqueza, a desigualdade e a informalidade. Isto se justifica pois, na medida em que se torna mais vantajoso aos empresários deixar de produzir e aplicar seu capital no mercado financeiro, as taxas de juros se tornam um forte fator de desemprego (MENEZES e CROCO, 2009). Dowbor (2013) completa: enquanto o crédito como fomento gera novas riquezas, a especulação financeira, por sua vez, apenas faz a riqueza existente mudar de mãos e, quase sempre, pra cima.

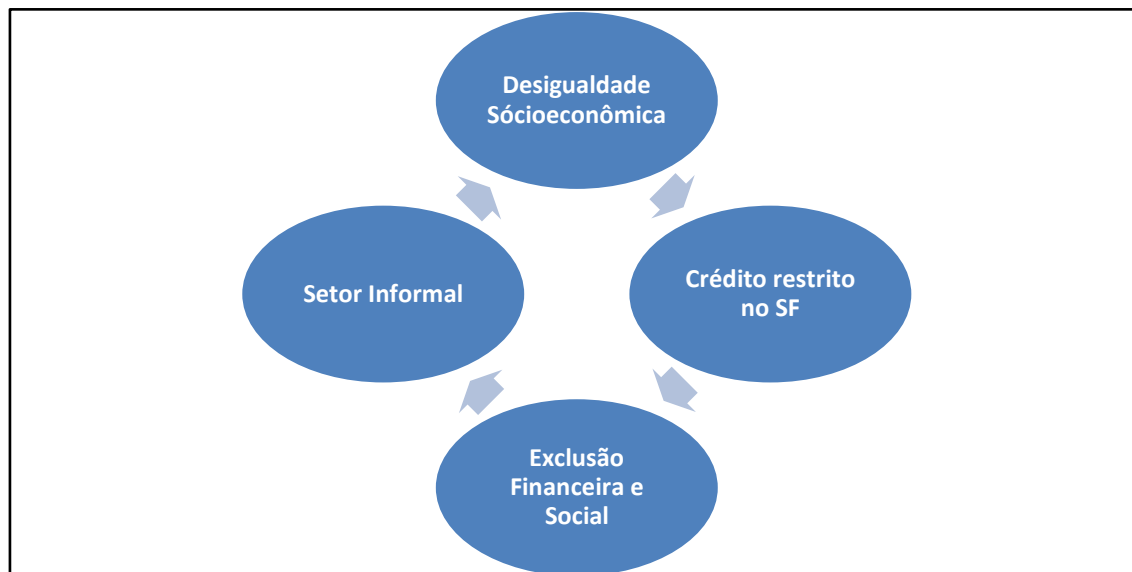
Como entende França Filho (2013a), a exclusão financeira é um dos componentes do processo de exclusão social que atinge, geralmente, pessoas sem acesso a direitos mais básicos e está fortemente associado à informalidade⁵. Desta forma,

A informalidade é um dos principais aspectos que impedem ou dificultam o acesso ao crédito e a outros serviços dos bancos tradicionais pelos mais pobres, sendo o que justifica a cobrança extorsiva de taxas e juros aos que não conseguem comprovar renda, uma vez que tais clientes não possuem garantias reais para oferecerem às instituições financeiras (FRANÇA FILHO, 2013a, p. 31-32).

Em suma, o funcionamento do sistema financeiro tradicional (SF), por sua característica natural de funcionamento, tende a pôr os mais pobres numa condição permanente de exclusão, como um ciclo vicioso. Tal ciclo está ilustrado na Figura 1 abaixo, que mostra que indivíduos em condição de desigualdade socioeconômica tem acesso restrito ao crédito pelo sistema financeiro tradicional (SF), o que os coloca também numa condição de exclusão financeira e social. A opção que lhes parece mais atrativa é atuar na informalidade. E o ciclo se repete.

⁵ Segundo dados mais recentes da PNAD Contínua, o Brasil possui quase 41 milhões de trabalhadores informais (sem carteira assinada ou CNPJ), considerando o setor privado, setor público, trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria e o trabalhador familiar auxiliar (IBGE, 2019).

Figura 1: O ciclo vicioso da exclusão financeira



Fonte: elaboração própria

No que concerne à atuação do Estado, políticas públicas no âmbito da inclusão financeira foram implementadas visando o desenvolvimento e a mitigação da pobreza (tema abordado no próximo tópico). Assim, políticas de microcrédito, principalmente na década de 90, e a criação de bancos estatais “com a missão de oferecer amparo financeiro aos pobres” (SINGER, 2009, p. 69) foram as primeiras iniciativas nesta seara. No Brasil, tem-se como exemplo a Caixa Econômica Federal (CEF), grande financiadora hipotecária das classes populares do Brasil.

O microcrédito adota mecanismos específicos, mais próximos da condição socioeconômica dos pequenos empreendedores. Diferenciando-se do crédito tradicional, entre outras medidas, o microcrédito adota concessão assistida de crédito e garantias baseadas nas relações de confiança, reciprocidade e participação (BARONE *et al*, 2002).

Tal programa de microcrédito direcionado aos mais pobres e excluídos do sistema financeiro se faz necessário tendo em vista a vida financeira ativa desse segmento social. Exemplo disso é que os serviços financeiros demandados por esta parcela da população são, muitas vezes, atendidos por mecanismos informais fora do sistema financeiro, os popularmente chamados “agiotas” (FREITAS, 2013). Esta dinâmica evidencia a existência de uma demanda reprimida e a inadequação da oferta formal para o atendimento deste setor (PARENTE, 2003).

Conhecer o movimento de práticas de microcrédito no mundo – origens, preceitos, funcionamento -, pode ser útil para compreender como o Brasil contribui neste esforço

mundial de combate à pobreza. Refletir sobre a atuação dos bancos públicos e de fomento na promoção de crédito para pessoas de baixa renda são objetivos do tópico a seguir.

2.2 Medidas de inclusão financeira no Brasil e o advento das microfinanças solidárias

Os conceitos de microcrédito e de microfinanças não devem ser tomados como sinônimos. Microfinanças podem ser entendidas como programas financeiros diversos que oportunizam o acesso a serviços e possibilidade de transações financeiras aos excluídos do sistema financeiro tradicional. Para Parente (2003, p.2), microfinanças consiste em

um segmento do sistema financeiro voltado para a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a camada da população de baixa renda. O alvo das microfinanças é, pois, duplo: promover o segmento microempresarial ao tempo em que combate à pobreza. Independentemente do formato jurídico ou se a iniciativa é privada, governamental ou do terceiro setor, a abordagem das microfinanças busca desenvolver mecanismos de mercado, com introdução de tecnologias sociais financeiras inovadoras, para atingir a demanda financeira dos pobres (PARENTE, 2003, p.2).

Compõem o grupo de microfinanças os serviços de microcrédito, micro poupanças, micros seguros, crédito imobiliário e remessas de imigrantes (FREITAS, 2013). A presente pesquisa tem ênfase na prática e contribuição do microcrédito, cujo conceito adotado é:

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE *et al.*, 2002, p. 11).

A experiência de microcrédito mais difundida no mundo ocorreu na década de 1970, graças ao trabalho do professor de economia Muhammad Yunus, conhecido como o banqueiro dos pobres. Ele e sua equipe ofertaram, inicialmente, microcrédito a juros zero para apenas 42 famílias extremamente miseráveis e reféns do sistema financeiro de agiotagem com juros abusivos em Bangladesh. Estas pessoas, segundo o relato do professor Yunus (2000), não tinham outra opção além daquela de lutar pela sobrevivência, perpetuando a sua pobreza aos filhos e aos filhos de seus filhos. Mudar o cenário local a partir da democratização do acesso ao crédito foi o principal objetivo do *Grameen Bank*.

Essa experiência evidenciou, para a comunidade internacional, que a população da base da pirâmide tem vida financeira ativa e que são ótimas tomadoras de crédito, mas que necessitam de uma metodologia diferenciada. No entanto, somente no ano de 1997 o microcrédito entrou para o cenário mundial como política de enfrentamento da pobreza. E

em 2005, a ONU (Organização das Nações Unidas) decretou este o Ano Internacional do Microcrédito.

A Conferência Global sobre microcrédito denominada *Microcredit Summit*, realizada no ano de 1997 em Washington D.C, nos Estados Unidos,

Tratou-se de um encontro mundial que contou com a presença de 3.000 pessoas representando organizações governamentais, agências de desenvolvimento, ONGs e instituições financeiras de 137 países do mundo. O objetivo central dessa conferência foi estabelecer um conjunto de metas acerca da ampliação do crédito para famílias pobres até o ano de 2005 (FARRANHA, 2005, p. 54).

Quanto ao Brasil, o microcrédito está presente desde a década de 1970, com o programa União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO). Mais precisamente em 1973, nos municípios de Recife e Salvador, por iniciativa e com apoio da organização não governamental *Accion International* e entidades empresariais e bancos locais, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa Uno (BARONE *et al*, 2002).

Após 18 anos de atuação, a UNO deixou de atuar devido à inexistência de medidas que capitalizassem o programa e garantissem a sustentabilidade financeira da instituição (BARONE *et al*, 2002). Na década de 1980 outras instituições foram criadas, principalmente em parceria com organizações internacionais. Importa destacar a atuação do CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores Ana Terra, cuja primeira experiência foi no Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, já na década de 1990 foi replicado para doze estados brasileiros.

Em 1990 foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), hoje CEAPE Nacional. Os CEAPes estão articulados na Rede CEAPE, de forma independente, mas adotam a mesma metodologia de crédito produtivo orientado, o mesmo princípio da sustentabilidade e a mesma orientação de apoio aos empreendedores excluídos do sistema financeiro tradicional, principalmente do setor informal. (BARONE *et al*, 2002, p. 16).

Assim, foi a partir da década de 1990 que a demanda por crédito foi se acentuando na sociedade brasileira, principalmente em decorrência do aumento do desemprego (FARRANHA, 2005). Nos anos seguintes a 1995, com a estabilização da economia e o Plano Real, políticas de microcrédito foram implantadas pelo Estado, “não como política isolada, mas dentro de um contexto de desenvolvimento local integrado e sustentado” (ZOUAIN; BARONE, 2007, p. 370). O principal objetivo destas políticas era a democratização do crédito de modo a “bancarizar” as classes mais pobres.

É neste contexto que surge o Conselho da Comunidade Solidária. Em 1995, com iniciativa do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Conselho da Comunidade Solidária delineou as primeiras propostas de desenvolvimento de programas de microcrédito no Brasil, em particular, o atual Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDES (BARONE *et al*, 2002). Em seguida, foi instituída a chamada nova lei do terceiro setor (Lei 9.790/99), que inclui o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), quando regulamenta:

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferido às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

(...)

VIII – a promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

(...)

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito (grifo nosso) (LEI 9.790/99).

Já a Resolução nº 3567/2008 do Banco Central do Brasil (BCB) dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM). As atividades das SCMs são destinadas essencialmente ao financiamento de atividades produtivas, sendo-lhes vedada o crédito para consumo.

Art. 1º As sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte sujeitam-se à autorização para constituição e funcionamento e à fiscalização do Banco Central do Brasil, observadas as disposições da presente resolução e da regulamentação em vigor.

Art. 5º Às sociedades referidas no art. 1º é permitida, exclusivamente, a realização das seguintes operações:

§ 2º É vedada a realização de operações ativas ou passivas não previstas neste artigo, inclusive:

(...)

II - concessão de empréstimos para fins de consumo (BCB, 2008)

Em 2003, no primeiro governo Lula, Higgins e Neves (2016) também relatam que foi criado o Banco do Povo, “filial do Banco do Brasil que oferecia serviços de acesso simplificado e créditos pequenos à população de baixa renda” (HIGGINS E NEVES, 2016, p. 6). No mesmo ano foi aprovada a Lei Nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que “dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores”.

Com o mesmo intuito de democratizar o acesso ao crédito, surge em 2004 o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), no âmbito do Ministério do Trabalho e do Emprego. Atualmente é a política pública de microcrédito mais importante e ainda em vigor no Brasil.

O PNMPO foi criado em 2004 pela medida provisória 226 e regulamentado pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, destinado ao microempreendedor e pautado nas seguintes características:

1. Reconhecimento de organizações de microcréditos já atuantes no país;
2. Foco prioritário no microcrédito voltado para o fomento de pequenas unidades produtivas;
3. Utilização como método de operação, da presença da figura do agente de crédito, que na visita ao empreendimento popular tenha condições de avaliar a utilidade e adequação do crédito, evitando o superendividamento e a inadimplência (MTE, 2019).

Mais recentemente, o Programa CRESCER – Programa Nacional de Microcrédito, em vigor desde 2011, surgiu de uma modificação na Lei do PMNPO e tem como objetivo fornecer crédito a juros mais baixos a microempreendedores individuais e microempresas e continuar ampliando o acesso ao crédito (RIGO; FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2012). Segundo França Filho (2013a), o Programa Crescer é a política pública de microcrédito mais contundente no Brasil, porque

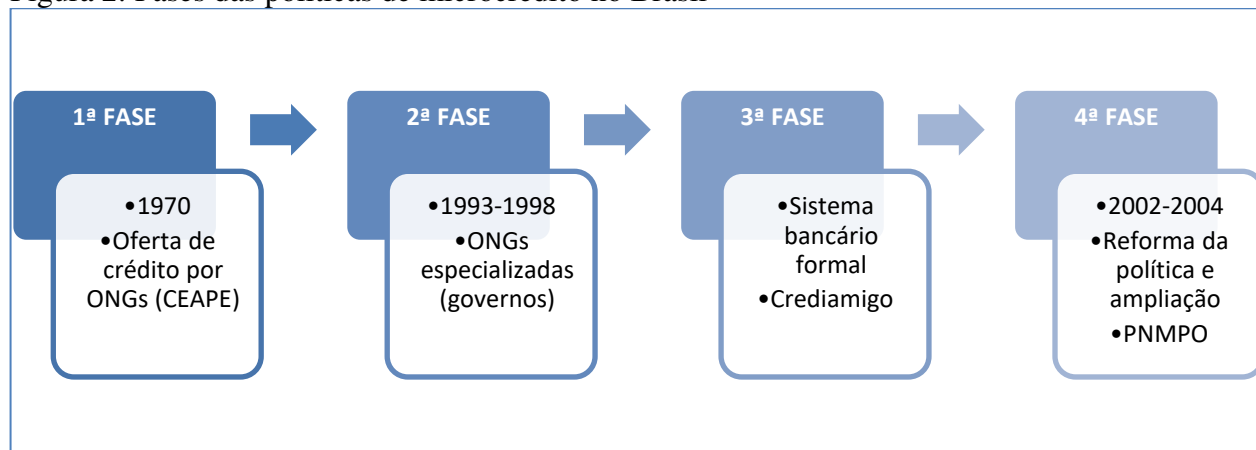
Esta mudança contribuiu para expandir a oferta de microcrédito no país, principalmente em sua região mais pobre (Nordeste), na medida em que alavancou as taxas de crescimento da carteira ativa do Crediamigo, que é o maior programa de microcrédito do país” (FERREIRA JR *et al*, 2018, p. 14).

A última alteração no PMNPO ocorreu em 2018, por meio da Lei nº 13.636 que revoga dispositivos das Leis nº 11.110/2005 e 10735/2003, com destaque para alterações no aumento do limite da renda dos beneficiários e das fontes de financiamento do programa. É importante assinalar que o PNMPO ainda é vigente, apenas tendo sido acrescido do Programa Crescer (GURGEL, 2018).

Com base no estudo de Farranha (2005), as experiências de microcrédito no Brasil podem ser divididas em quatro fases (Figura 2). Nas duas primeiras, que compreendem o período de 1970 a 1998, a oferta de microcrédito estava a cargo de ONGs (Organizações Não Governamentais), com tímida participação de governos municipais e estaduais. “Do ponto de vista da experiência rural, nesse período, verifica-se uma expansão do cooperativismo de crédito” (FARRANHA, 2005, p. 86). Na terceira e quarta fase, o

microcrédito se fortalece como política do governo federal, tendo uma expressiva ampliação a partir de 2002 com a reformulação da política de microcrédito e, em 2004, com o surgimento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Figura 2: Fases das políticas de microcrédito no Brasil



Fonte: elaboração da autora com base em Farranha (2005).

As políticas públicas de microcrédito brasileiras têm alcançado resultados positivos. O último Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central, publicado em 2015, apresenta um aumento das operações de microcrédito, com crescimento de 16,6% no ano de 2014 em relação a 2013. Este percentual é maior que o crescimento da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (11,3%) (BCB, 2015).

Do mesmo modo, de acordo com o Relatório do Sistema de Informações do PNMPO, referente ao exercício de 2018, o volume total de créditos concedidos pelo Programa foi da ordem de R\$ 10.356.731.697,34 (dez bilhões, trezentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e trinta e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos) para atender às 4.739.928 operações de microcrédito do ano de 2018. As operações ficaram concentradas na região Nordeste, devido à atuação do Banco do Nordeste (MTE, 2019).

O maior alcance do microcrédito em relação ao crédito convencional pode ser atribuído a mecanismos institucionais mais inclusivos e condizentes com a realidade socioeconômica dos tomadores de crédito. A exemplo do aval solidário, que “consiste na formação de grupos, geralmente de três a cinco pessoas, em que cada um é ao mesmo tempo tomador do crédito e avalista dos demais” (BARONE *et al*, 2002, p. 12). Funciona como um mecanismo de controle social mútuo, em que

O monitoramento utiliza da proximidade, tanto social - pelos vínculos (amizade, vizinhança, parentesco etc.), quanto geográfica - para acompanhar *in loco* os investimentos alheios. A eficiência desses mecanismos sociais é identificada pela

importância dos bens em jogo. Não se trata de bens patrimoniais dados como garantia, já que os pobres pouco têm a oferecer nesse sentido, mas de bens intangíveis, como a reputação individual e familiar - que, nesse contexto, se tornam um dos maiores patrimônios preservados pelas famílias pobres (FREITAS, 2013, p. 46)

Além do aval solidário, o microcrédito possui outras características que o diferencia do crédito convencional - aquele ofertado pelo Sistema Financeiro -, conforme listadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Características do microcrédito

CARACTERÍSTICAS DO MICROCRÉDITO	
CRÉDITO PRODUTIVO	Está voltado para apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo.
AUSÊNCIA DE GARANTIAS REAIS	Uso do aval solidário (fiança solidária) ou indicação de fiador/avalista.
CRÉDITO ORIENTADO	O microcrédito é realizado de forma assistida pelo Agente de Crédito. Este auxilia os empreendedores com informações e orientações essenciais para o êxito dos negócios.
CRÉDITO ADEQUADO AO NEGÓCIO	O valor e a renovação dos empréstimos acompanham a capacidade de pagamento do tomador e o crescimento do negócio.
AGILIDADE NA ENTREGA DO CRÉDITO	Proximidade do cliente, baixa burocracia e agilidade da entrega do crédito.
IMPACTO SOCIAL	O acesso ao crédito continuado fortalece os empreendimentos e aumenta a renda das famílias.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Barone *et al* (2002)

Morduch (1999) destaca que, além das características apresentadas acima, o empréstimo direcionado para as mulheres é um desses diferenciais. Na verdade, desde o início da atividade de crédito aos mais pobres tem-se a preferência por clientes do sexo feminino. Como exemplo, tem-se o Grameen Bank cuja clientela é composta predominantemente por mulher (95%) (YUNUS, 2000) e, na maioria dos programas mais recentes, como o Crediamigo, tem mais mulheres que homens na sua carteira de clientes ativos (SOARES, AZEVEDO, BARRETO, 2011). Isto porque a experiência demonstra que estas são melhores pagadoras que os homens e costumam utilizar o recurso pra prover a família em detrimento de uso pessoal, principalmente em alimentação, saúde e educação (BARONE *et al*, 2002).

Quanto à operacionalização, Ferreira Jr *et al* (2018) falam que a oferta de microcrédito pelas políticas públicas brasileiras, com destaque para o PNMPO, está concentrada nos bancos públicos federais - como Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNB. Com efeito,

após o Programa Crescer, estes três bancos públicos alcançaram a participação de mercado em 95% no segundo trimestre de 2014 (FERREIRA JR *et al*, 2018).

Esse dado é problemático porque enfraquece a atuação das chamadas Organizações de Microfinanças (OMFs) mais locais, como ONGs, OSCIPs, agências de fomento e cooperativas de crédito. Por consequência, enfraquece a capilaridade dos serviços micro financeiros junto aos empreendedores de baixa renda, como entendem Ferreira Jr *et al* (2018). Isto porque suas atividades estão mais voltadas para a realidade local, ao contrário dos bancos federais que atuam em todo o território nacional. Assim, “ao mobilizar a poupança local e canalizá-la para projetos de investimento na própria região, contribuiriam para aumentar a renda, desencadeando um círculo virtuoso no qual renda gera poupança, que financia investimento e produz mais renda” (FERREIRA JR *et al*, 2018, p. 13).

Não obstante, alguns especialistas estimam que não mais que 1% dos programas de microcrédito operados por ONGs em todo o mundo são financeiramente sustentáveis e que 95% delas ainda dependem de subsídios e doações (MORDUCH, 1999). Por outro lado, os estudos de Costa (2017), que analisa o desempenho social e o desempenho financeiro de quatro grupos de instituições financeiras, apontam que organizações sem fins lucrativos têm lucratividade maior do que aquelas que buscam o lucro. E explica:

O que pode ser originário de pressões de investidores e governos interessados na autossuficiência operacional e na expansão do número de clientes atendidos. Tal fato pode estar fazendo com que ONGs e cooperativas adotem práticas mais comerciais que, aliadas à vantagem de atuarem com benefícios financeiros e sem algumas restrições legais das instituições financeiras orientadas para o lucro, resultariam em desempenho financeiro maior (COSTA, 2017, p. 385)

É o que Carvalho *et al* (2009) denominam “conflito de objetivos” e Junqueira e Abramovay (2005) de “*trade-off*”. Ou seja, ao mesmo tempo em que as instituições de microcrédito são impelidas a atingir uma performance econômico-financeira, buscam o resultado social de alcançar o público-alvo (os mais pobres). Assim, conforme entendem Rigo; França Filho; Silva Jr. (2012), num olhar sobre a situação do microcrédito no Brasil, percebe-se a timidez dos resultados até então alcançados pelas políticas de microcrédito no país.

Ainda que nasçam com viés social e sem fins lucrativos, muitas organizações ofertantes de microcrédito aos mais pobres acabam por valorizar os objetivos financeiros – e a busca pela sustentabilidade financeira – em detrimento do alcance dos objetivos sociais. Como consequência, tais instituições acabam se moldando aos preceitos lucrativos do

sistema financeiro tradicional, inaugurando um novo nicho de mercado (CARVALHO *et al*, 2009; QUIDTY, FETZER E GHATAK, 2016; FRANÇA FILHO, 2013a).

É o que destaca a pesquisa de Braga (2011) ao analisar os dados do PNMPO. O programa Crediamigo do Banco do Nordeste, o maior ofertante de microcrédito da América Latina, tem como públicos-alvo trabalhadores formais e informais. “O foco do programa está, no entanto, prioritariamente voltado para profissionais já estabelecidos ou empreendimentos já existentes, com comprovação de, pelo menos, seis meses de funcionamento” (BRAGA, 2011, p.123). Desta forma, os resultados da pesquisa apontam que o total de trabalhadores do setor informal atendidos pelo microcrédito do Crediamigo é de pouco mais de 8%.

Os estudos de Quidty, Fetzer e Ghatak (2016) também trazem reflexões importantes sobre a operacionalização do microcrédito. Por exemplo, mostram a redução do uso dos chamados grupos solidários principalmente por conta de o microcrédito ter se tornado um nicho de mercado. “A indústria de microcrédito deixou de ser composta, em grande parte, por organizações sem fins lucrativos e ONGs para um mercado cada vez mais lucrativo” (QUIDTY, FETZER E GHATAK, 2016, p. 2-3, tradução nossa). Desse modo, “os grandes bancos passaram a buscar atender parcelas da população com renda mais baixa, não por reconhecerem seu direito em participar do sistema financeiro, mas por estas pessoas figurarem um novo nicho de mercado” (FRANÇA FILHO, 2013a, p. 29).

Até mesmo os bancos públicos, que surgiram com a proposta de subsidiar os mais pobres têm seguido a lógica de mercado. A justificativa para tal desvio de atuação considera os direcionamentos neoliberais assumidos recentemente pelos governos brasileiros. Como o neoliberalismo preconiza a livre concorrência sem interferência do governo, os bancos públicos teriam vantagens mais atrativas que os bancos privados – juros, prazos, subsídios -, tornando a concorrência desleal e culminando na “quebra do sistema” (FRANÇA FILHO, 2013a). Para evitar este desfecho, os bancos públicos têm buscado a maximização dos lucros, à semelhança da lógica dos bancos privados (SINGER, 2009).

Neste cenário, que aponta a limitação das políticas de microcrédito no alcance aos mais pobres, coexiste a alternativa de oferta de crédito pelas chamadas finanças solidárias ou “finanças de proximidade”. O microcrédito solidário amplia o universo das microfinanças, trazendo características que o distingue do microcrédito convencional apresentado neste capítulo. “Enquanto o microcrédito convencional representa um nicho mercadológico dentro do sistema financeiro formal, as finanças solidárias ocupam um espaço que não é de mercado” (FRANÇA FILHO, 2013a, p. 40).

O microcrédito solidário, atividade das finanças solidárias, é operacionalizado principalmente pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Estes, são empreendimentos da economia solidária, pertencentes ao ramo das finanças solidárias e um importante instrumento de inclusão financeira aos mais pobres. Estes são os temas do capítulo a seguir

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

3.1 Economia Solidária e Finanças Solidárias

Antes de apresentar conceitos, caracterizar e conhecer o funcionamento dos bancos comunitários de desenvolvimento, é importante contextualizar e compreender o ambiente no qual é gestado e do qual extrai seus valores e princípios. Tal ambiente é as finanças solidárias, um dos ramos da economia solidária.

O termo economia solidária, cunhado na década de 1990, manifesta uma contraposição à economia de mercado, capitalista, dita normal. No entendimento de Cattani *et al* (2009), o conceito de economia solidária gira ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. Quer dizer, em lugar do interesse individual e do ganho material, se preconiza a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.

A economia solidária pode ser entendida como *outra economia*, regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social (CATTANI *et al*, 2009, grifo do autor). Complementarmente, Silva (2017) define economia solidária como o conjunto das atividades, sob diversos formatos organizacionais, que contribui para a democratização econômica a partir do engajamento de grupos de indivíduos. Do mesmo modo pensam Arroyo; Schuch (2006), que acrescentam:

A economia solidária se estrutura a partir de empreendimentos que operam em qualquer dimensão de alguma forma associativa, como cooperativa ou como associação, fórum, grupo, rede etc. A partir de empreendimentos solidários articulados em redes surgem os mercados solidários: clubes de troca, atacadão solidário, moeda social (cartão de crédito popular) e outras intervenções econômicas solidárias (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 20).

Enquanto que para França Filho (2002), a economia solidária consiste em experiências de atividades econômicas que envolvem a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania. Tal protagonismo é concedido às pessoas diretamente interessadas, pois, como trazem Laville (2009) e França Filho (2002),

a economia solidária se apresenta como um modo de gestão próprio de organizações que atuam fora do mercado econômico (gestão privada) e do Estado (gestão pública), e sim em uma esfera pública não estatal, a chamada sociedade civil. É deste modo que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas (FRANÇA FILHO, 2008).

Arroyo; Schuch (2006) listam os princípios gerais da economia solidária:

- Valorização social do trabalho humano – o ser humano é sujeito e finalidade da atividade econômica;
- Reconhecimento do papel da mulher e do feminino;
- Intercâmbio respeitoso entre o homem e a natureza;
- Busca dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade;
- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana;
- Busca da unidade entre produção e reprodução;
- Aumentos da qualidade de vida para todos, propondo a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato e tendo a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência;
- Geração de trabalho e renda, visando combater a exclusão social e a eliminação das desigualdades materiais.

O movimento da economia solidária mundial teve sua origem logo após a Revolução Industrial como alternativa de trabalho e renda aos artesãos marginalizados devido ao avanço da atividade fabril (SINGER, 2002). Em 1817, Robert Owen⁶ propôs ao governo britânico – pátria da Primeira Revolução Industrial - que os gastos públicos com os pobres fossem usados na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, nas quais os desocupados trabalhariam em prol de sua subsistência (SINGER, 2002). Apesar de este plano não ter sido posto em prática pelo governo, as ideias de Robert Owen influenciaram a criação das sociedades cooperativas, primeiras experiências de economia solidária.

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao

⁶ O britânico Roberto Owen era proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em uma maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa lucrativa (...). Owen tornou-se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo fama de filantropo (SINGER, 2002, p. 25).

que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que o patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto, mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução (SINGER, 2002, p. 33).

Um outro importante marco mundial do movimento da Economia Solidária é a criação de cooperativas de consumo pela Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, de 1844 (CATTANI *et al*, 2009). Em detrimento das fortes pressões que tais organizações sociais sofreram no final do século XIX, a cooperativa de Rochdale conseguiu sobreviver e estabelecer uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação em nível mundial (ARROYO;SCHUCH, 2006).

No Brasil, as manifestações sociais no âmbito da economia solidária datam da década de 1990, principalmente a partir do surgimento do cooperativismo e do sindicalismo. Isto como resposta ao “processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal que se dá a partir da década de 1980 (...) e diante da política de privatização que se iniciou com o presidente Fernando Henrique Cardoso (...)” (ARROYO;SCHUCH, 2006, p. 34).

Assim, é neste contexto que surgem entidades de movimentos sociais como a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) - formada por trabalhadores que assumem de forma autogestionária empresas falidas, a Cáritas ⁷(entidade católica) e a Fase (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) (ARROYO;SCHUCH, 2006). Já nos meados dos anos 1990 surgem em várias universidades as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs), visando ajudar grupos comunitários a desenvolver coletivamente atividades econômicas (ARROYO;SCHUCH, 2006).

No entanto, somente em 2003 o movimento social da economia solidária ganhou ênfase no Brasil com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, a SENAES foi criada para viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em âmbito nacional. Tendo como secretário o professor Paul Singer, “esta iniciativa do governo dá uma dimensão do espaço

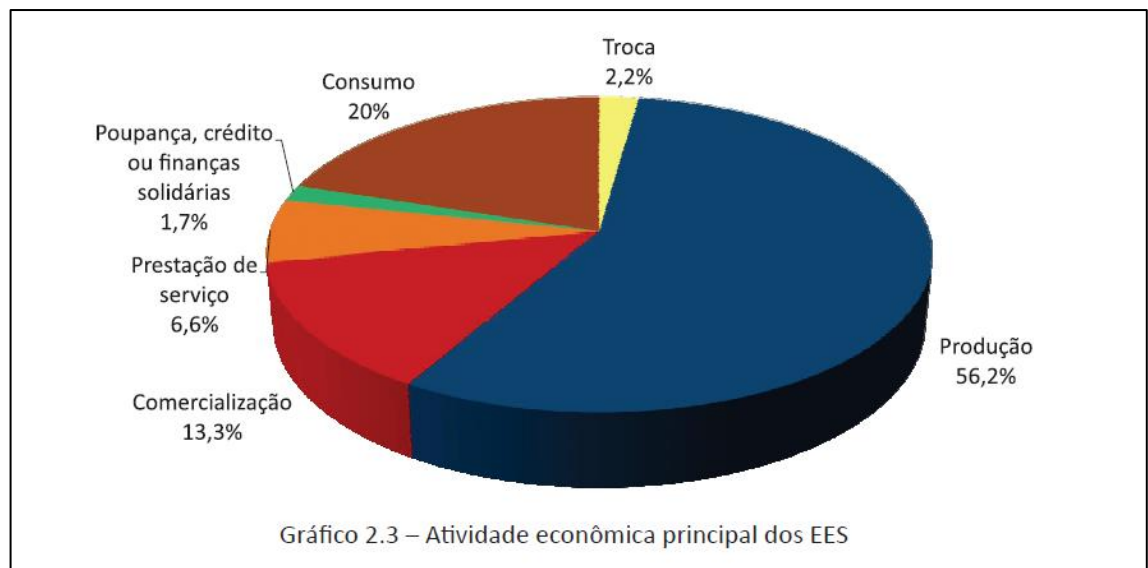
⁷ A Cáritas, desde a década de 1980 tem uma relação importante com os movimentos sociais, bem como atua na construção das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Já na década de 1990 a Cáritas articula os Projetos Alternativos Comunitários, que serão referência para a Economia Solidária (NESOL-USP, 2015, p. 15).

estratégico que a economia solidária poderá ocupar na construção do novo modelo de desenvolvimento do Brasil” (ARROYO;SCHUCH, 2006, p. 37).

No mesmo período, têm-se a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que se constitui em um ponto de convergência de várias vertentes como o Fórum de Socioeconomia Solidária, empreendimentos solidários, incubadoras, entidades de assessoria e gestores públicos afinados com os princípios da economia solidária (ARROYO;SCHUCH, 2006). A sua interlocução com a SENAES tem “o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, em uma perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais” (FBES, 2020).

Segundo dados do mapeamento nacional de empreendimentos econômicos solidários (EES) realizados pela SENAES em 2013, a economia solidária gera emprego e renda para mais que 1,4 milhões de pessoas nos mais de 19 mil EES mapeados em todo o território nacional (GAIGER, 2014). As principais atividades econômicas desses empreendimentos são: produção, comercialização, prestação de serviços, poupança, crédito ou finanças solidárias, consumo, troca. A figura 3 abaixo apresenta a participação de cada uma dessas atividades no conjunto dos empreendimentos econômicos solidários mapeados.

Figura 3 – Atividades econômicas dos EES



Fonte: Gaiger (2014).

Dentre as atividades econômicas praticadas pelos empreendimentos econômicos solidários, pretende-se aqui destacar a atuação das finanças solidárias, cujas experiências definem suas práticas a partir das seguintes premissas:

- i)* não têm finalidade lucrativa;
- ii)* o propósito econômico da iniciativa está subordinado à sua finalidade social (ou utilidade social);
- iii)* apoiam-se em relações de proximidade; e
- iv)* buscam o controle social ou democrático do dinheiro, afirmando-se enquanto iniciativa de democracia econômica (SILVA, 2017, p. 20).

Tais práticas são estruturadas em torno das necessidades territorialmente contextualizadas, sofrendo alterações conforme as mudanças vão ocorrendo tanto no contexto local como na realidade socioeconômica em geral, bem como conforme as parcerias que vão sendo estabelecidas (SILVA, 2017). Este ramo da Economia Solidária é um importante instrumento do desenvolvimento local, uma vez que nasce da dinâmica social endógena para atender a uma necessidade latente da comunidade, sem esquecer a relação com o ambiente externo. Neste sentido, essas atividades de finanças de proximidade,

ao mobilizar a poupança local e canalizá-la para projetos de investimentos na própria região, contribuiriam para aumentar a renda, desencadeando um círculo virtuoso na qual renda gera poupança, que financia investimento e produz mais renda (FERREIRA JR *et al*, 2018, p. 13).

Para França Filho (2013a) e SINGER (2002), as principais expressões das finanças solidárias são os Fundos Solidários, os Clubes de Troca, as Cooperativas de Crédito Solidário e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A seguir, cada uma dessas atividades será brevemente caracterizada dando maior ênfase para as finanças solidárias praticadas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Sob influência de movimentos sociais e das atividades comunitárias ligadas às diversas igrejas, os fundos solidários surgem desde a década de 1970 como alternativa de desenvolvimento comunitários. Destaca-se a atuação da Cáritas Brasileira com o apoio aos chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Os PACs são pequenas iniciativas produtivas de desenvolvimento e de infraestrutura comunitária, financiadas com recursos da cooperação internacional e de fundos diocesanos, executadas por famílias e grupos da própria comunidade (SILVA, 2017).

França Filho (2013a) explica que os Fundos Rotativos Solidários (FRS), ou simplesmente Fundos Solidários, funcionam como uma poupança comunitária, cujos recursos poupados são aplicados na própria comunidade, financiando projetos de geração de trabalho e renda. Seu funcionamento pode ser assim descrito:

Um FRS prevê que seus beneficiários tenham à disposição certa quantia de recursos – que pode ser não monetária, como pequenos animais ou equipamentos específicos, por exemplo – e que, após um período predeterminado e acordado entre as partes, deve ser devolvida ao fundo, para que possam ser reemprestados para outros tomadores. Assim, estabelece-se um círculo rotativo entre um grupo de pessoas ou famílias propiciado por um fundo inicial, cuja origem pode ser de distintas naturezas: doações, programas de governo, recursos comunitários etc. As escolhas e decisões de alocação dos recursos são definidas de maneira colegiada por um Comitê Gestor Local, constituído por representantes dos empreendimentos, unidades familiares e entidades de apoio que atuam nas comunidades envolvidas (SILVA, 2017, p. 29).

A principais atividades exercidas pelos membros dos Fundos Solidários são a agricultura familiar e o artesanato e sua abrangência se restringe a uma ou mais comunidades, estejam elas em um mesmo território ou em um conjunto deles (NESOL-USP, 2015). “Esse caráter de atuação dos fundos converge com o princípio de proximidade da relação com os participantes, o que permite que as experiências sejam construídas de forma colaborativa” (NESOL-USP, 2015, p. 35).

Essas experiências se iniciaram no nordeste brasileiro e, em pouco tempo se espalharam também pelo Sul do Brasil. Ao longo dos anos 1990 houve uma ampliação do número de fundos rotativos, com destaque para a atuação da Articulação do Semiárido (ASA), sobretudo com seus projetos de construção de cisternas em propriedades de agricultura familiar no sertão nordestino (SILVA, 2017). Mais recentemente, a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) lançou editais de chamada pública para a implantação e consolidação de Fundos Solidários e Bancos Comunitários de Desenvolvimento nos anos de 2010 e 2013. No total, foram disponibilizados 11 milhões de reais para o apoio aos Fundos Solidários (NESOL-USP, 2015).

Quanto aos Clubes de Troca, segunda expressão das finanças solidárias, Singer (2002) explica sua atuação:

Os clubes de troca reúnem pessoas desocupadas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-lo porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes (SINGER, 2002, p. 105-106).

Tal impasse é resolvido pela criação de uma moeda própria utilizada para que os membros do clube comprem bens e serviços uns dos outros.

Os clubes promovem reuniões e feiras de troca periodicamente, em que cada membro se apresenta aos demais, descreve o que tem pra vender e o que deseja comprar. Ao fim das apresentações, os membros se encontram e efetuam as trocas, usando a moeda do clube como meio de pagamento. (...) Economicamente há vantagens para todos: os que estavam parados passam a trabalhar e a ganhar, os que estavam carentes satisfazem necessidades (SINGER, 2002, p. 106).

O mesmo autor destaca uma outra vantagem dos clubes de troca para além da econômica: a socialização. Isto porque, pessoas há muito tempo sem trabalho acaba se isolando socialmente, entrando muitas vezes em crises pessoais e familiares. Com o clube de trocas, são feitos novos contatos, novas amizades, oportunidades de trocas não-econômicas de afetos, favores, gentilezas. “Em sua dinâmica, o clube atrai novos membros e permite que vários se associem em outros empreendimentos solidários, tais como cooperativas de produção, de crédito, de compras, de vendas etc.” (SINGER, 2002, p. 106-107).

O termo “clubes de troca” é próprio da América Latina, recebendo denominações distintas em outras partes do mundo: na França, *systemes d'échanges locaux* (SEL); *tauschring*, na Alemanha; *redes de economia local* (REL), na Itália e *local exchange trading system* (LETS) nas experiências anglo-saxônicas (FRANÇA FILHO, 2013b).

França Filho (2013b) aponta a origem dessas experiências no ano de 1976, no Canadá, e estima que hoje existem mais de mil experiências do gênero em todo o mundo. A natureza das atividades ou bens trocados é diversa: “guarda de crianças, aulas (de línguas, culinária etc.), serviços de reparo em geral (marcenaria, encanamento, eletrônica etc.), produtos artesanais, objetos usados, serviços de jardinagem ou domésticos, empréstimo de ferramentas, entre outros” (FRANÇA FILHO, 2013b, p. 449).

A terceira expressão das finanças solidárias são as cooperativas de crédito solidários. Segundo Singer (2002), o cooperativismo de crédito foi o segundo a surgir após o de consumo. A Cooperativa de Rochdale, já citada anteriormente, além de abastecer seus membros com alimentos e bens de consumo, aceitava depósitos a uma taxa fixa de juros, oferecendo os serviços de guarda e aplicação de valores. Mas, especificamente a oferta de empréstimo aos mais pobres por meio de cooperativas surgiu tempos depois na Alemanha. Singer (2002), explica seu funcionamento:

Cada novo membro tem de pagar uma taxa de entrada e uma cota de prestações. Os membros têm de depositar sua poupança na cooperativa para constituir seu capital de giro. Precisando de mais dinheiro para atender às necessidades dos membros, a cooperativa recorre ao mercado, a partir do princípio da responsabilidade ilimitada (...), ‘todos por um e um por todos’. Todos os empréstimos feitos pela cooperativa destinam-se a financiar investimento produtivo. A garantia dos empréstimos era basicamente o caráter dos membros que os recebiam. Como todos penhoravam juntos seus bens, era de interesse de cada um admitir como sócios pessoas sóbrias, de hábitos regulares e frugais. Pois se parte dos sócios não honrasse seus débitos, os outros sócios tinham que pagar por eles, com seu dinheiro ou propriedades (SINGER, 2002, p. 62).

O Grameen Bank (Banco da Aldeia), em Bangladesh, compõe uma das principais experiências do cooperativismo de crédito no mundo. Fundado pelo professor de economia da Universidade de Chittagong, Muhammed Yunus, o Banco Grameen começou a emprestar algo em torno de 27 dólares a um grupo de 42 pequenos artesãos e agricultores – em sua maioria mulheres – da cidade de Jobra (YUNUS, 2000). Sua atuação ressoou em outras práticas de microcrédito em todo o mundo: do Banco Rakyat, na Indonésia; do Banco para Agricultura e Cooperativas Agrícolas, na Tailândia; do Banco Sol, na Bolívia; entre outros (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005).

Quanto ao Brasil, o crescimento expressivo do cooperativismo de crédito ocorreu na última década. França Filho (2013a) diz que, enquanto em 1994 havia aproximadamente 950 cooperativas de crédito, em 2002 esse número era de 1400. Tal crescimento se deu tanto em número de organizações quanto em número de ativos e empréstimos concedidos. O mesmo autor atribui tal crescimento aos avanços legais e ao profissionalismo.

O que diferencia as cooperativas de crédito solidário das demais instituições financeiras é o fato de que devem se nortear pelos princípios cooperativistas e, portanto, “possuem uma democracia interna, de forma que gestores e clientes são donos da cooperativa e não têm o objetivo de maximização de lucros, mas sim o de trazer benefícios aos seus cooperados” (NESOL-USP, 2015, p. 32). Some-se a isso o fato de que o cooperativismo de crédito solidário surge para buscar cumprir o princípio cooperativista de estar atento às necessidades da comunidade na qual está inserida (NESOL-USP, 2015). Decorre daí que,

O laço social construído de maneira durável entre a cooperativa de crédito e os associados será determinante no cumprimento da missão institucional. A identificação das redes sociais e dos entrelaçamentos de convergência de informações para essas redes constitui uma dimensão fundamental da atividade dos dirigentes da cooperativa. O desenvolvimento da cordialidade ou da intimidade nas relações interpessoais, a troca de informações baseada em recomendações e a participação na vida social da comunidade visam inscrever as relações comerciais num contexto estratégico de trocas sociais (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005, p. 24).

No que diz respeito à quarta e última expressão das finanças solidárias aqui apresentadas, qual seja, a atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento, optou-se por caracterizá-lo em subtópico específico por este ocupar o cerne da discussão proposta na presente pesquisa.

3.2 Bancos Comunitários de Desenvolvimento: atuação, valores e práticas

Pertencentes ao gênero finanças solidárias, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) se destacam como exemplo de Empreendimento Financeiro Solidário (EFS) porque estão voltados para a dinamização da economia do local onde estão situados. Seu conceito e objetivos podem ser entendido como:

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores (MELO NETO SEGUNDO E MAGALHÃES, 2009, p. 21).

Nesol-USP; Instituto Palmas (2013, p. 35) complementa: “a finalidade do banco comunitário não é maximizar seu lucro, como fazem os bancos capitalistas, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou e o utiliza”. Para tanto, oferecem produtos e serviços variados: crédito para produção e consumo com garantias baseadas nas relações de proximidade, cartão de crédito local, crédito para agricultura urbana e/ou orgânica, clubes de trocas solidárias, moeda social de circulação local e formação de poupança local (RIGO; FRANÇA FILHO; SILVA Jr, 2013).

A primeira experiência de banco comunitário no Brasil ocorreu no final dos anos 90 na cidade de Fortaleza-CE – nordeste brasileiro-, mais precisamente no Conjunto Palmeira. O bairro surgiu por conta de um processo de urbanização na década de 70, quando muitas famílias de baixa renda foram descoladas para a periferia do município (MOSTAGI *et al*, 2019). Num contexto de luta por melhoria da infraestrutura local, os moradores se organizaram em torno da Associação de Moradores do Conjunto Palmeira – ASMOCONP. Dentre outras soluções locais empreendidas, o Banco Palmas surgiu em 1998 como resolução do problema de geração de renda dos moradores. No relato de Melo Neto Segundo; Magalhães (2008), partiu-se de duas constatações:

Os moradores do bairro tinham grandes dificuldades para iniciar um empreendimento produtivo por várias razões: não apresentavam experiência anterior; tinham seus nomes “sujos” no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC); ninguém queria servir-lhes de fiador; nem possuíam renda comprovada. Isso tudo inviabilizava o acesso ao crédito.

Os poucos produtores já existentes no Palmeira não conseguiam comercializar seus produtos: a maioria das famílias faziam suas compras fora do bairro porque

encontravam preços mais baixos e ainda podiam financiar algumas compras em várias parcelas (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2008, p. 16).

É nesta conjuntura que o Banco Palmas surgiu, com a proposta de ser um instrumento de geração de emprego e renda, na medida em que, por intermédio de uma rede de “prossumidores”, faz ligação virtuosa entre produtores e consumidores. Constitui-se, portanto, em um sistema financeiro solidário e atua de forma integrada em quatro pontos da cadeia produtiva local: capital solidário, produção sustentável, consumo solidário e comércio justo (FRANÇA FILHO, 2013a).

Melo Neto Segundo; Magalhães (2009) apresentam os resultados de uma pesquisa realizada em 2008 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), junto à Universidade Federal do Ceará, acerca do impacto e imagem do Banco Palmas no Conjunto Palmeira. Os autores destacam os seguintes resultados:

- 98% dos entrevistados consideraram que o Banco Palmas contribuiu para o desenvolvimento do Conjunto Palmeira;
- 90% declararam que o Banco Palmas concorreu para a melhoria de sua qualidade de vida;
- 26% aumentaram a renda familiar devido à ação do Banco Palmas;
- 22% conseguiram trabalho por meio do Banco Palmas;
- 61% atribuíram notas 9 ou 10 (numa escala de 1 a 10) ao Banco Palmas.

Os êxitos obtidos pelo Banco Palmas no âmbito do desenvolvimento local deram visibilidade para esta metodologia, impulsionando sua replicação. Para tanto, foi criado em 2003 o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, com o intuito de implantar tecnologias sociais de economia solidária em parceria com diversas instituições no Brasil (FRANÇA FILHO, 2013a; NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013).

Por intermédio da parceria com o Banco Popular do Brasil, o Instituto Palmas organizou e gerencia um fundo de crédito que repassa um recurso inicial de R\$ 30 mil para cada novo banco comunitário criado. Além disso, com uso de um software disponibilizado pelo Banco do Brasil, o instituto acompanha diariamente as atividades daqueles bancos, orientando-os no sentido de evitar erros e corrigindo possíveis distorções (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009, p. 23).

Atualmente, existem no Brasil 113 Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) distribuídos por todas as regiões em 20 estados e 90 municípios (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019). “Em 2013, um milhão de brasileiros foram impactados positivamente pelas ações dos bancos comunitários” (MELO NETO SEGUNDO, 2014).

Quanto ao marco de reconhecimento e valorização da importância dos bancos comunitários, Nesol-USP; Instituto Palmas (2013) datam o ano de 2009, quando do I Fórum de Inclusão Financeira do Banco Central do Brasil. Os anos seguintes foram marcantes para os BCD's. Em 2010, o então Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES), Paul Singer, assinou o projeto "Ação de fomento às finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários" (FRANÇA FILHO, 2013a). Este Programa impulsionou a replicação da metodologia de bancos comunitários com a destinação de 10 milhões de reais para projetos de fortalecimento e implantação de bancos comunitários em todo o Brasil (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013). Para auxiliar na execução, foram aprovadas quatro entidades regionais e uma nacional para apoiar as experiências de BCDs no Brasil (FRANÇA FILHO, 2013a). As regionais são: o Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP), a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA), a Associação Ateliê de Ideias do Espírito Santo e o Capital Social da Amazônia, sendo a nacional o Instituto Palmas (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013).

Ainda, relativo aos esforços de políticas públicas em finanças solidárias, no Plano Plurianual (PPA) de 2008 a 2011 constava o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento atribuído à SENAES, tendo como objetivo o "fomento a finanças solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento e fundos solidários" (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017, p. 20-21).

Tal reconhecimento e esforços de políticas públicas em prol da disseminação de BCD's pelo Brasil fortalece a impressão de que são organizações financeiras singulares. Dentre as características que os diferenciam das demais organizações de oferta de serviços financeiros, destaca-se que na busca em atingir a sua sustentabilidade econômica não colocam como coadjuvante o alcance de objetivos sociais junto ao seu público e ao seu território (RIGO; FRANÇA FILHO, SILVA JR, 2012).

Podem-se dividir as singularidades dos bancos comunitários com base em cinco dimensões fundamentais. Estas se referem ao propósito e finalidade, ao contexto de origem, ao público-alvo e natureza de suas ações, estrutura de gestão e aspectos de sustentabilidade. Tais dimensões são apresentadas por França Filho (2013a) e estão sistematizadas no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Cinco dimensões que caracterizam os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD)

CARACTERÍSTICAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO (BCDs)	
1. ASPECTOS DEFINIDORES: propósito e finalidade	<p>PROPÓSITO</p> <p>Fomento de outra lógica de desenvolvimento local ou comunitário.</p> <p>ESPECIFICIDADES DOS BCDS:</p> <p>Coordenação e gestão pela comunidade;</p> <p>Linhas de microcrédito para a produção e o consumo local com juros justos (1% a 2,5% a.m);</p> <p>Concessão e cobrança de empréstimos baseados no critério de proximidade;</p> <p>Criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local.</p>
2. ASPECTOS HISTÓRICOS-CONTEXTUAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Origem com o Banco Palmas em 1998; - Criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconômica Solidária em 2003 – consultoria e replicação da metodologia; - Rede Brasileira de Bancos Comunitários em 2006; - Apoio do governo a partir de 2010 por meio da SENAES.
3. ASPECTO DESCRITIVO-FUNCIONAL: público-alvo e caráter de suas ações	<p>PÚBLICO-ALVO</p> <p>O público dos BCDs está situado nos degraus 1 e 2 de desenvolvimento, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Degrau 1: fase de assistência – as pessoas dependem de ajuda governamental e são desprovidas de iniciativa empreendedora, dadas as condições de vida; e - Degrau 2: fase de subsistência – subempregados, assalariados e pequenos produtores, incipiente iniciativa empreendedora. <p>NATUREZA DAS AÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviços mercantis não-concorrenciais - Serviços financeiros solidários - Serviços solidários de organização local
4. ASPECTO DESCRITIVO-FUNCIONAL: estrutura de gestão	<p>A gestão do BCD é comunitária e sem hierarquia. Normalmente é estruturado nas seguintes funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agente de crédito - Comitê de Avaliação do Crédito (CAC) - Conselho Gestor
5. ASPECTO CONCEITUAL: natureza da sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Fundo solidário de investimento comunitário - Hibridação de recursos - Economia plural: embora presente, o princípio mercantil não ocupa a centralidade nas relações de troca

- Mais-valia social
- Utilidade social

Fonte: elaboração do autor com base em França Filho (2013a); Rigo; França Filho; Leal (2015).

Para o alcance de seu propósito - o fomento de outra lógica de desenvolvimento comunitário -, o caráter local permeia toda e qualquer ação dos BCDs. A começar pela sua origem e gestão coletiva dos recursos. Para serem criados, é necessária a manifestação de interesse dos membros da comunidade, que se tornam seus gestores e proprietários (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009).

Daí decorre o caráter social na oferta de crédito. As linhas de crédito oferecidas têm o intuito de estimular o consumo no local e costumam se dividir em duas: Crédito Produtivo e Crédito para Consumo. A primeira é direcionada à criação ou desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos; enquanto que a segunda destina-se a gastos cotidianos, de pequena monta e sem juros (RIGO, FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

Para a decisão da concessão dos empréstimos, os bancos comunitários se utilizam de ferramentas de controle social em detrimento de consulta a outros bancos ou sistemas comuns de proteção ao crédito (a exemplo de SPC ou Serasa). Rigo; França Filho; Leal (2015) dizem que os principais critérios adotados pelos C.A.Cs são: i) necessidade do solicitante; ii) conduta na comunidade; e iii) capacidade de pagamento.

“Essas informações são colhidas nas conversas com o vizinho e com os comerciantes locais, na visita à casa do morador solicitante e na própria participação do morador nas atividades do Banco Palmas e da comunidade” (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, p. 111). Além disso, critérios como a situação dos recursos do BCD e o histórico dos pagamentos do solicitante no BCD, também fazem parte do processo de tomada de decisão (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015, p. 88).

Outro elemento que particulariza a atuação dos BCDs, transformando-o em uma tecnologia social, é a criação de instrumentos financeiros alternativos. A circulação da moeda social e o seu uso nas linhas de créditos concedidos têm um papel fundamental dentre os serviços financeiros solidários oferecidos pelos bancos comunitários.

Como apresentado no tópico anterior, moedas próprias, sociais ou complementares são utilizadas e originadas nos primeiros clubes de troca (LETs canadenses, SELs na França, etc.). Rigo; França Filho (2017) apresenta as moedas sociais como circulantes locais criados pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) restritos a um determinado território de atuação. O intuito do uso de um circulante local é incentivar tanto a manutenção

da circulação do dinheiro, quanto o consumo, no local. Com isso, ampliando o poder de comercialização local, gerando trabalho e renda.

Melo Neto Segundo; Magalhães (2009, p. 24) apontam algumas características que distinguem as moedas sociais:

1. O circulante local tem lastro em moeda nacional, ou seja, para cada unidade monetária social emitida existe, no banco comunitário, um valor correspondente em reais.
2. As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, número de série), para evitar falsificação.
3. A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe descontos concedidos pelos comerciantes e produtores para incentivo ao uso da moeda no município ou bairro.
4. Qualquer produtor ou comerciante cadastrado no banco comunitário poderá trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município ou bairro.

A Figura 4 abaixo apresenta exemplo de moeda social de banco comunitário brasileiro. No exemplo, é mostrada a moeda Concha emitida pelo Banco Ilhamar, localizado na comunidade Matarandiba, município de Vera Cruz-BA.

Figura 4: Exemplo de Moeda Social



Fonte: acervo da autora (2019)

O uso e a importância da moeda social são explicados por (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013):

Além da moeda social estimular o consumo na própria comunidade e contribuir para manter os recursos gerados circulando internamente, ela simboliza o processo de construção da identidade comunitária em torno de uma proposta de desenvolvimento endógeno. Há também um caráter educativo, pois seu uso permite repensar o papel do dinheiro e da moeda e, por ser aceita apenas no comércio local, ela perde o sentido de acumulação e retoma o seu sentido de

facilitadora de trocas de produtos e serviços (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, p. 110).

Para além dos serviços financeiros, os bancos comunitários, por pertencerem a uma rede de consumo local, atuam também na organização social da comunidade. São os serviços comunitários de organização local, que abrangem: i) formação e capacitação; ii) assessoria técnica aos empreendimentos e iniciativas locais; iii) sensibilização comunitária; iv) promoção e animação de fóruns locais e v) fomento das redes locais de economia solidária (FRANÇA FILHO, 2013a). Tais serviços envolvem os moradores da comunidade em uma dinâmica de participação e gestão social, porque

o modo da oferta, as práticas cotidianas de concessão do crédito e os projetos de formação definem um ambiente de participação. Todos os que utilizam os serviços do banco participam desse sistema de desenvolvimento comunitário. Além dessa participação, que se dá de forma difusa, há a constituição de espaços de discussão coletiva e pública que são os fóruns de desenvolvimento. Esse espaço torna-se importante por garantir um espaço público e aberto de fala onde se constrói não só a articulação entre os diversos atores presentes no território como também o sentido coletivo das ações (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, p. 112).

É o que o mesmo autor denomina “Eixo Desenvolvimento das Capacidades” de atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento. Ao lado da dimensão financeira, os bancos comunitários guardam uma dimensão educativa que permite a ampliação das possibilidades de geração de renda da população, a autonomia e a qualificação dos empreendimentos e negócios (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013). Como exemplo dessas atividades formativas, têm-se aquelas oferecidas pelo Banco Palmas no primeiro trimestre de 2013 (Figura 3).

Figura 5 – Atividades de formação e capacitação promovidas pelo Banco Palmas Janeiro-Abril 2013

Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária
Boletim de atividades Janeiro - Abril 2013

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PEDAGÓGICA

	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril	
	Nº turmas	Nº alunas	Nº turmas	Nº alunas	Nº turmas	Nº alunas	Nº turmas	Nº alunas
Oficinas de Educação Financeira	8	90	15	175	11	161	6	90
Encontros pedagógicos*	3	90	7	200	2	60	2	60
Encontro setorial**	6	120	10	200	9	189	5	100
TOTAL POR MÊS	17	300	32	575	22	410	13	250
TOTAL JANEIRO – ABRIL	Nº turmas				Nº alunas			
	84				1.535			

CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril	
	Nº turmas	Nº alunas	Nº turmas	Nº alunas	Nº turmas	Nº alunas	Nº turmas	Nº alunas
Costura	1	20	1	20	2	40	-	-
Culinária	1	20	-	-	1	20	-	-
TOTAL POR MÊS	2	40	1	20	3	60	-	-
TOTAL JANEIRO – ABRIL	Nº turmas				Nº alunas			
	6				120			

Fonte: Instituto Palmas, 2019.

A forma como os BCDs tentam garantir sua sustentabilidade financeira é outra singularidade, porque implica a articulação de diferentes lógicas de organização econômica e múltiplas fontes de recursos (FRANÇA FILHO, 2013a). Neste sentido, os BCDs recorrem simultaneamente:

- À uma lógica de economia mercantil, quando os recursos se originam de pagamento de serviços;
- À uma lógica de economia não-mercantil, quando os recursos se originam de fontes públicas (governamentais ou não governamentais), e mesmo privadas, por meio de transferência direta característica de uma forma de subsidiariedade econômica;
- À uma lógica de economia não monetária, quando os recursos não são financeiros e baseiam-se em diferentes mecanismos de solidariedade como cooperação, ajuda mútua e distintas formas de doação ou troca dádiva, fundamentado em valores como confiança e lealdade (FRANÇA FILHO, 2013, p. 93).

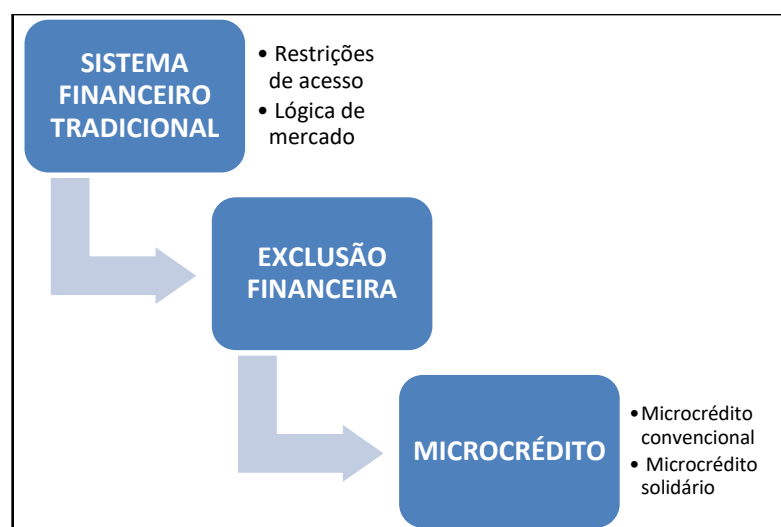
É o que Laville (2016) chama de economia plural. Este autor apregoa que a economia solidária – nicho teórico onde se encontram os bancos comunitários – articulam duas dimensões: econômica e política. Assim sendo, “sua ancoragem no espaço público modifica seu modelo econômico, pois elas procedem a uma hibridização de recursos (comerciais, redistributivos, recíprocatórios) visando à realização de um projeto coletivo” (LAVILLE, 2016, p. 375).

Tendo uma atuação voltada especificamente para o território, de modo a atender as necessidades e resolver os problemas locais, os bancos comunitários mostram-se como instrumentos eficientes de inclusão financeira e socioeconômica de pessoas de baixa renda. Isto porque a proximidade aumenta a confiança no sistema e diminui a ocorrência da inadimplência, o que eleva a possibilidade de ofertar mais serviços financeiros (MENEZES; CROCO, 2009, p. 387).

Do mesmo modo, apesar de terem características comuns entre eles, os bancos comunitários se desenvolvem de acordo com as especificidades do local, o que permite a coexistência de experiências únicas entre si num mesmo Estado, Região ou País. Por ser um processo em constante construção (MENEZES; CROCO, 2009), ao longo dos anos, as ações vão se alterando em função das mudanças do contexto local, da economia e das parcerias que vão sendo estabelecidas, além da organização da própria comunidade (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013).

A discussão empreendida até aqui pode ser representada na Figura 5 a seguir. Partiu-se da restrição real de acesso ao crédito pelo sistema financeiro tradicional, cuja consequência é a exclusão social. Como tentativa de sanar tais limitações tem-se o advento de políticas de microcrédito por meio de bancos privados, bancos públicos, ONGs, OSCIPs, que formam o que se chama aqui de Microcrédito Convencional. Como demonstrado, tais esforços ainda deixam expressivo contingente de pessoas alheias aos serviços financeiros de qualquer sorte. É neste cenário que o Microcrédito Solidário ganha força, como mais uma alternativa de acesso ao crédito pelos excluídos do sistema financeiro, cuja atuação, no bojo das finanças solidárias, se diferencia principalmente por ser essencialmente comunitária. Por isso, protagonizada pela sociedade civil e localmente contextualizada.

Figura 6: Alternativas de acesso ao crédito pelos mais pobres.



Fonte: elaboração própria

Tendo em conta o exposto neste capítulo, percebeu-se que tanto o crédito convencional quanto o solidário pode contribuir para a promoção do desenvolvimento local. Este é assunto do próximo capítulo.

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL

Após a Segunda Guerra Mundial, o termo desenvolvimento era entendido como o mesmo que crescimento econômico. Isto porque a modernização via industrialização foi a solução adotada para recuperar as economias devastadas pelo conflito (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016). Ou seja, quanto mais produção industrial, maior crescimento econômico e, assim, chegava-se ao desenvolvimento.

No entanto, no final da década de 1970, sobretudo na década seguinte, a hegemonia do padrão modernizador-desenvolvimentista perdeu força com o reconhecimento de novos problemas globais. Sachs (1995) denuncia a crescente desigualdade na distribuição das riquezas produzidas pela industrialização, resultante da má organização social e política, não da escassez de bens.

Novas questões surgem provenientes deste “maldesenvolvimento⁸”: mudanças demográficas, colapsos urbanos, preservação ambiental, participação social e o fortalecimento de instituições democráticas surgiram quase todas decorrentes do modelo de industrialização implantado (NIEDERLE;RADOMSKY, 2016).

⁸ Termo cunhado pelo economista polonês Ignacy Sachs e citado em texto do mesmo autor em Sachs (1995).

Daí observou-se que a desigualdade evoluía paralelamente ao crescimento econômico, que as promessas de diminuição da pobreza e da miséria material deste modelo não encontravam respostas frente à crescente vulnerabilidade social e aos riscos aos quais os indivíduos estavam expostos NIEDERLE;RADOMSKY, 2016). Como enfatiza Sachs (1995), crescimento e desenvolvimento não são sinônimos, porém, “enquanto persistirem enormes disparidade sociais, o crescimento permanecerá, com certeza, uma condição necessária, *embora de modo algum suficiente* (grifo do autor), do desenvolvimento, cujos aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados (SACHS, 1995, p. 32).

Em não sendo o crescimento por si só suficiente, surgiram teorias do desenvolvimento alternativas. O aparecimento de novas métricas de indicadores econômicos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) trazido pela ONU “surge como um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) que era o indicador até então mais utilizado e que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento” (FRANÇA FILHO, 2019, p. 20). O IDH inova quando incorpora à dimensão econômica dados sobre expectativa de vida e educação no longo prazo, permitindo um olhar também para as capacidades e liberdades das pessoas.

Amartya Sen, um dos criadores do IDH, Prêmio Nobel de Economia de 1998 e autor da obra “Desenvolvimento como Liberdade”, afirma que “a riqueza evidentemente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa” (SEN, 2010, p. 28). Para ele, o desenvolvimento está estritamente relacionado com o processo de expansão das oportunidades, de liberdades de escolha e capacidades de ação das pessoas no viver social. A liberdade é, portanto, o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento (SEN, 2010).

Sen (2010) elenca os meios para alcançar o desenvolvimento a partir do atendimento de cinco liberdades instrumentais: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora. A satisfação de qualquer dessas liberdades instrumentais pode ter vinculação entre si:

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2010, p. 26).

Aqui a ideia de desenvolvimento sai da esfera puramente econômica e ganha uma dimensão social e política, com ênfase no conviver em sociedade, tendo o indivíduo como agente. Por isso, Sen (2010) entende que por meio das “liberdades” pessoais, há significativa

expansão de suas “capacidades” para levarem o tipo de vida que querem: “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 33). Como concorda Dowbor (2010, p. 101-102), “o desenvolvimento não é meramente um conjunto de projetos voltados para o crescimento econômico. É uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social”.

Apesar deste salto teórico no entendimento de desenvolvimento, França Filho (2019) afirma que o IDH não havia conseguido incorporar as preocupações ambientais intensificadas desde as últimas décadas do século XX. Este papel coube ao termo desenvolvimento sustentável, cuja popularização ocorreu efetivamente após a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, mais conhecida como ECO-92.

O poder destruidor das tecnologias, cujo uso permanece subordinado à busca de projetos financeiros e econômicos de curto prazo, manifestou-se, por outro lado, pela degradação do meio-ambiente, cuja gestão prudente tornou-se um imperativo mundial, como mostrou a conferência internacional Rio 92 sobre a Terra (SACHS, 1995, p. 31)

Nesse termo, a ideia da “sustentabilidade no desenvolvimento deve refletir a capacidade das atuais gerações em suprir as necessidades da humanidade no presente sem comprometer o direito das futuras gerações em terem também suas necessidades supridas” (FRANÇA FILHO, 2019, p. 20). Para tanto, requer a atuação harmoniosa de políticas e ações em pelo menos quatro dimensões básicas, como social, econômica, ambiental e política-institucional.

Este mesmo autor chama a atenção para o fato de que tais políticas e ações em prol do desenvolvimento sustentável se concentram e dependem, num primeiro momento, das agendas governamentais, cujos interesses estão atrelados aos humores e sabores da conjuntura política do momento. E pondera: “no atual momento político brasileiro, com a assunção do novo governo desde o início de 2019, a temática ambiental perde relevância significativa na agenda do desenvolvimento que passa a vigorar” (FRANÇA FILHO, 2019, p. 21).

Para além dos interesses essencialmente governamentais e partindo de iniciativas dos sujeitos locais, ganha força um tal desenvolvimento cujo protagonismo está na participação da sociedade civil: o desenvolvimento local.

Cattani *et al* (2009) define desenvolvimento local como:

O processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (CATTANI *et al*, 2009, p. 108).

Para Cattani *et al* (2009), o desenvolvimento local é tributário de iniciativas e ações da sociedade civil em resposta aos problemas que enfrentam. Tais problemas decorrem “tanto pela regulação do mercado via efeitos de uma globalização sem regras, quanto dos limites das tentativas do estado-providência em corrigi-las” (FRANÇA FILHO, 2019, p. 23).

Em Buarque (1999), tem-se o desenvolvimento local como um processo endógeno de pequenas unidades territoriais e de agrupamentos humanos, capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população (grifos do autor). Além disso, representa uma “singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas” (grifos do autor) (BUARQUE, 1999, p. 9).

A assunção de um outro modelo de desenvolvimento que valoriza a participação dos indivíduos na resolução de seus próprios problemas, decorre da crítica ao modelo centralizador (“*top down*”) e padronizado imposto. Termos como *bottom-up* (de baixo pra cima), endógeno, territorial, potencialidades e iniciativas locais ganham destaque desde a origem dos debates em torno do desenvolvimento local. “A exigência de tomar em consideração as práticas locais leva necessariamente a questionar de modo radical as hipóteses e as concepções padrão em economia” (ZAOUAL, 2006, p. 23-24).

Assim, quando da instituição do “paradigma da modernização”, que impunha aos países subdesenvolvidos uma industrialização mimetizada aos moldes daqueles já desenvolvidos, instaurada após a Segunda Guerra Mundial, foi observado que eram:

a) ignoradas as necessidades efetivamente sentidas pelas comunidades locais, bem como os seus recursos e capacidades; b) desprezados os seus valores, identidades e saberes, considerando-os primitivos e subdesenvolvidos; c) estimulada a dependência e a subordinação em relação “ao que vem de fora”; d) criados novos problemas (económicos, sociais, culturais e ambientais), até aí desconhecidos (CATTANI *et al*, 2009, p. 109).

Foi a partir destas constatações que os técnicos de organizações internacionais pró-desenvolvimento (no âmbito da ONU) propuseram e colocaram em prática um método pragmático de promover o desenvolvimento, seguindo três ideias fundamentais (CATTANI *et al*, 2009, p. 109):

- o diagnóstico das necessidades das comunidades locais deve realizar-se com participação destas;

- a resposta a essas necessidades deve basear-se na utilização dos recursos e capacidades da própria comunidade;
- os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada, conjugando as suas várias componentes e áreas de intervenção (alimentação, educação, saúde, emprego, rendimento, cultura, etc.).

Desta trajetória surge o termo “desenvolvimento comunitário”, influenciando mais tarde as ideias de desenvolvimento local. CATTANI *et al* (2009) afirma que o conceito de desenvolvimento local teve seu reconhecimento político-institucional a partir dos anos 1990, muito em decorrência do Programa “Iniciativas Locais de Emprego” da OCDE e sua influência na definição de políticas europeias de combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social. Mas, por ser essencialmente um método prático mais do que uma teoria, passou despercebido à quase totalidade dos autores teóricos do desenvolvimento (CATTANI *et al*, 2009).

Outra influência do conceito de desenvolvimento local é a reformulação teórica do desenvolvimento regional, que advém da crítica ao modelo funcionalista ou “*top-down*” dos processos de desenvolvimento.

Segundo este modelo, o desenvolvimento regional deveria ocorrer do centro para a periferia, das grandes metrópoles e das cidades para as zonas rurais, da nação para as regiões, dos polos de desenvolvimento para as suas ‘áreas de influência’ e, portanto, ‘de cima para baixo’, segundo uma lógica (automática) de centrifugação do progresso (CATTANI *et al*, 2009, p. 110).

Do modelo “*top-down*”, decorre a polarização e a concentração do desenvolvimento, ao invés de ser difundido às áreas periféricas, que, assim, permaneciam desfavorecidas. Dessa crítica e constatação nasce o paradigma territorialista, que propõe:

[...] em contrapartida, que o desenvolvimento, a nível espacial, devesse ‘partir de baixo’, de cada território, atribuindo a cada comunidade local a iniciativa e o protagonismo dos seus processos de desenvolvimento, a partir das suas capacidades, invertendo, portanto, as dinâmicas e lógicas consideradas até aí. Para isso, consideravam que a essência deste paradigma residia nas potencialidades endógenas, mais do que nos impulsos exógenos, embora estes pudessem ser importantes para dinamizar e fecundar aquelas, sobretudo quando as comunidades locais tivessem perdido a capacidade de iniciativa e a vontade de mudança (muitas vezes por ação dos modelos de desenvolvimento importados, desmobilizadores das forças locais) (CATTANI *et al*, 2009, p. 110).

Com base nesta contextualização acima, Cattani *et al* (2009, p. 111) propõe dez atributos definidores da noção atual de desenvolvimento local, a saber:

1. Um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
2. Centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação (coletiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino;
3. Que tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer;
4. A partir essencialmente da mobilização das capacidades locais;
5. O que implica a adoção de metodologias participativas e de “*empowerment*” da comunidade local (do ponto de vista individual e coletivo);
6. Contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir);
7. Numa perspectiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas;
8. O que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários atores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;
9. Com impacto tendencial em toda a comunidade;
10. E segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.

Importa enfatizar que o processo de desenvolvimento local se refere muito mais ao protagonismo dos atores locais e sua diversidade cultural, subjetiva, de crenças e valores, do que na substituição da atuação de outros atores (governo e mercado). É o que Zaoual (2006) defende a partir da abordagem dos sítios. De acordo com esta abordagem, o homem se mostra múltiplo, diverso, singular, tal qual as situações e contextos em que vivem.

Esta noção visa apresentar o homem concreto em sua multiplicidade e singularidade. É o homem da situação. Na abordagem dos sítios, o ‘espaço pensado’ deve corresponder ao espaço em que os homens acreditam e vivem. (...) É uma maneira de repensar os ‘lugares’ em sua especificidade, levando em conta os sistemas de representação dos atores (ZAOUAL, 2006, P. 31).

O mesmo autor caracteriza o sítio como uma “*caixa-preta* feita de crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas” (grifo do autor) (ZAOUAL, 2006, P. 32). Ao lado desses aspectos, o sítio possui também uma “*caixa conceitual*” e, enfim, uma “*caixa de ferramentas*”. A primeira abrange seus conhecimentos comuns empíricos e/ou teóricos e a segunda contém seus modos de organização, modelos de comportamento e de ação, seu saber-fazer, suas técnicas. É por meio do conjunto dessas

caixas que se fundamenta o fenômeno da auto-organização do sítio, mediante “construções sociais contextualizadas” (ZAOUAL, 2006).

Ao lado da singularidade e das escolhas locais, importa para a maximização dos resultados, a combinação dos esforços das diversas instâncias do governo, das instituições públicas e privadas de apoio e da academia. É o que defende Dowbor (2010, p.103), quando propõe, então, trocar a pergunta “o que o governo pode fazer por nós” por “como o governo pode apoiar o que estamos empreendendo?”.

Os dois autores entendem que o desenvolvimento local contribui para o desenvolvimento nacional. Para Dowbor (2010, p. 105), “os municípios constituem os blocos com os quais se constrói o país”. Isto porque, a partir da melhoria da gestão na base do país há um avanço não apenas da produtividade local, mas também da produtividade sistêmica do conjunto de agentes econômicos e sociais.

Assertivamente, Arroyo; Schuch (2006) mostram que o desenvolvimento não é algo que possa ser imposto ou recebido de presente, mas deve ser construído e conquistado de forma coletiva. Da mesma forma pensa Buarque (1999), para o qual o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa. E acrescenta:

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p. 9).

Esta organização social territorial para o desenvolvimento pode assumir a forma de rede de economia solidária. É a solução que França Filho (2008) apresenta para o enfrentamento da pobreza e para a promoção do desenvolvimento local. A via sustentável-solidária “passa pela ideia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223).

Tal organização em rede dos empreendimentos de economia solidária (EES) vai além da atuação econômica, perpassando também atividades culturais, ambientais e sociais (educação, trabalho, saúde). É o que mostra o estudo de Cordeiro Neto;Rigo;Cançado (2012), que analisa a relação entre EES e poder local na perspectiva do desenvolvimento endógeno do Vale do São Francisco. Dos 212 empreendimentos estudados, quase 80% participam de pelo menos um movimento popular ou comunitário, cerca de 57% participa

de alguma rede ou fórum, 64,62% dos empreendimentos adotam quatro ou mais formas de participação⁹ de seus sócios nas decisões do EES.

Tais dados mostram como a atuação dos empreendimentos econômicos solidários confirmam o caráter local e o compromisso com o desenvolvimento local. “A suposta articulação dos atores ou instituições permite aumentar substancialmente os esforços e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades do alcance efetivo do desenvolvimento local” (CORDEIRO NETO;RIGO;CANÇADO, 2012, p. 440). Essas iniciativas refletem a responsabilidade com o território ou comunidade, a busca coletiva por soluções aos problemas comuns, a articulação dos indivíduos de forma ativa, cooperada, democrática.

O mesmo estudo ainda ilustra o caráter amplo da articulação dos EES com outras instituições e setores da economia. Dos 212 EES analisados, 177 ou 83,49% recebem algum apoio de órgãos governamentais, do terceiro setor, instituições religiosas, Sistema “S”, universidades públicas, setor privado (CORDEIRO NETO;RIGO;CANÇADO, 2012). O que confirma e ilustra a parceria destes empreendimentos solidários com entes públicos e ou privados, em detrimento de sua substituição.

Assim, é a comunidade que lida diariamente com sua realidade e conhece mais de perto as demandas sociais, políticas, ambientais, econômicas. É a partir das liberdades individuais que os sujeitos atuam em coletividade como elemento indutor de desenvolvimento e de redução de pobreza.

A própria organização coletiva em uma dada comunidade, bairro ou município reflete a importância do uso das capacidades dos indivíduos na busca de soluções para problemas locais. Assim, a criação de bancos comunitários é uma das ações que servem à satisfação de necessidades específicas, atuando de forma articulada em rede, na promoção do desenvolvimento local.

⁹ O estudo levou em conta os dados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES, 2011), que analisaram em seu mapeamento nacional sete formas de participação nos empreendimentos econômicos solidários: i) participação nas decisões cotidianas; ii) prestação de contas aos sócios em assembleia geral; iii) eleição da diretoria em assembleia geral; iv) acesso aos registros e informações; v) decisão sobre o destino de sobras e fundos; vi) plano de trabalho definido em assembleia geral; vii) contratações e remunerações definidas em assembleia geral.

5. METODOLOGIA

5.1 Caracterização da pesquisa e dos sujeitos de análise

Este estudo empreende um esforço de entender como o Banco Rede Opala contribui para a promoção do desenvolvimento local em comparação com os microcréditos convencionais, tendo em conta a inclusão financeira e democracia econômica de sua atuação.

Quanto à classificação, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, com predominância da abordagem interpretativa. Para Minayo (2012) o verbo principal da análise qualitativa é compreender, e a interpretação é um ato contínuo que sucede à compreensão, estando presente também nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação.

Como sujeitos da pesquisa, foram considerados os beneficiados do programa de microcrédito do Banco Rede Opala. O universo da pesquisa são os componentes da lista dos tomadores de crédito, do ano de 2017, fornecida pelo Banco Rede Opala. Nesta lista constam informações individualizadas como nome, quantidade de renovações do empréstimo, valor total de crédito tomado e endereço residencial ou comercial.

Do total de 137 beneficiados constantes na lista, 126 são mulheres e 11 são homens. Deste total, 63 são residentes da zona rural de Pedro II - PI e 74 moram na área urbana do município. Importante destacar que o Banco Rede Opala opera uma característica da oferta de microcrédito presente desde sua origem na década de 70 com o Grameen Bank: a participação dominante das mulheres na lista de beneficiados do Banco comunitário (92%).

Dentro do universo da pesquisa - 137 tomadores de crédito -, foi utilizada uma amostra com 12 elementos. Este número se refere a todos aqueles que foram encontrados e se dispuseram a participar da presente pesquisa. Assim, foram entrevistados 12 tomadores de crédito do total de clientes, buscados de forma aleatória. Desta amostra, 8 pessoas são da zona urbana e 4 da zona rural.

As buscas ocorreram ao longo dos dias 07, 08, 09 e 10 de julho de 2019, nos três turnos: manhã, tarde e noite. Para localização dos beneficiários, foi utilizado o aplicativo de telefone *Google Maps* que, por muitas vezes ou não reconhecia o endereço ou apontava para localização errada. Nestes casos, foram feitas consultas a moradores e transeuntes dos arredores do endereço buscado, os quais nem sempre conseguiam informar corretamente. Assim, muitos tomadores de crédito não foram encontrados por nenhuma dessas fontes.

No momento das entrevistas, foi observado algum receio em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE¹⁰. Muitas delas chegavam a indagar se a assinatura acarretaria a elas algum problema e se seriam identificadas na pesquisa, mesmo depois da leitura do Termo. Inclusive, duas beneficiárias se recusaram terminantemente a assinar e disseram que poderiam até serem entrevistadas, mas não queriam assinar nenhum documento. Também foi observado desconforto, timidez e desconfiança no momento do início da gravação do áudio da entrevista.

Quanto ao montante de crédito tomado, os valores liberados são de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), mas muitos beneficiários tiveram seus créditos renovados: alguns tomaram crédito somente uma vez, enquanto outros renovaram até 10 vezes o valor emprestado. Tais empréstimos perfizeram um montante de R\$ 89.750,00 (oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais) em um total de 360 solicitações de crédito aceitas. Todos os empréstimos concedidos foram para atividades produtivas.

A caracterização das entrevistadas quanto ao código de identificação no texto, idade, naturalidade e residência atual, fonte renda pessoal e dos pais (origem) está apresentada no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 - Caracterização das Entrevistadas

Código	Idade	Naturalidade	Fonte de renda	Residência	Fonte de renda dos pais
PP1	38 anos	Pedro II - PI	Vendas de bolos e artesanato	Zona urbana	Garimpo de Opala e artesanato.
PP2	43 anos	Pedro II - PI	Artesanato	Zona urbana	Agricultura familiar e costura/artesanato
PP3	62 anos	Comunidade rural, região de Pedro II	Aposentadoria e artesanato	Zona urbana	Agricultura familiar e artesanato
PP4	57 anos	Comunidade rural, região de Pedro II	Artesanato	Zona urbana	Garimpo de Opala

¹⁰ O TCLE é um documento exigido pelo Comitê de Ética da UFV para pesquisas que envolvem participação de pessoas em observação ao que preconiza a Res. CNS466/2012, de que “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. (...) Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo.”

PP5	54 anos	Pedro II - PI	Bolsa Família e Artesanato	Zona urbana	Agricultura familiar e artesanato
PP6	65 anos	Pedro II - PI	Artesanato	Zona urbana	Artesanato
PP7	64 anos	Comunidade rural, região de Pedro II	Aposentadoria e artesanato	Zona urbana	Agricultura familiar
PP8	45 anos	Comunidade rural, região de Pedro II	Microempreendedora individual (loja de confecções) e artesanato	Zona urbana	Agricultura familiar
PP9	54 anos	Comunidade rural, região de Pedro II	Artesanato	Zona rural	Agricultura familiar
PP10	66 anos	Comunidade rural, região de Pedro II	Aposentadoria e artesanato	Zona rural	Agricultura familiar e artesanato
PP11	60 anos	Comunidade rural, região de Pedro II	Aposentadoria e artesanato	Zona rural	Agricultura familiar e artesanato
PP12	41 anos	Comunidade rural, região de Pedro II	Bolsa Família e Artesanato	Zona rural	Agricultura familiar e artesanato

5.2. Caracterização do lócus da pesquisa

O Estado do Piauí está dividido em 4 Macrorregiões (Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrado), que são subdivididas em 12 Territórios de Desenvolvimento (TD) e 28 Aglomerados. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Social no Piauí (IVS), publicado em 2018 pela Fundação Cepro, os TDs são: 01 - Planície Litorânea, 02 - Cocais, 03- Carnaubais, 04-Entre Rios, 05- Vale do Sambito, 06-Vale do Rio Guaribas, 07-Vale do Rio Canindé, 08-Serra da Capivara, 09-Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, 10- Tabuleiros do Alto Parnaíba; 11- Chapada das Mangabeiras; 12 - Chapada Vale do Rio Itaim (Figura 7).

Figura 7 – Territórios de Desenvolvimento do Piauí



Fonte: CEPRO, 2018.

O município de Pedro II está localizado no Território de Desenvolvimento de Cocais, composto por 22 cidades da macrorregião Meio-Norte do Estado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população Pedrossegundense, em 2010, era de 37.496 habitantes, estimando-se um pouco mais de 38.000 para 2018.

Quanto às suas características econômicas, tem destaque nessa região os setores econômicos do extrativismo, castanha de caju e agroindústria (CEPRO, 2018). Dados do IBGE (2020), baseado em dados de 2018, a agricultura no município é baseada principalmente na produção sazonal de feijão, arroz, milho, castanha de caju, cana-de-açúcar e macaxeira. O município também possui potencial para criação de diferentes tipos de animais, tendo se destacado em 2018 a criação de caprinos (22.811 cabeças), peixes (54.009 kg de tambaqui e tilápia), galináceos (83.558 cabeças), suínos (20.859 cabeças), ovinos (7.701 cabeças), bovinos (5.941 cabeças) e abelhas (10.122 kg de mel).

Pedro II ocupa a posição 168º no índice de IVS do Estado. Apesar de ter tido uma melhoria na vulnerabilidade no período de 2000 a 2010, a cidade de Pedro II ainda apresenta muito alta vulnerabilidade (0,516), ¹¹(CEPRO, 2018).

Este município foi eleito como lócus deste estudo por possuir características parecidas com os demais municípios do Brasil que abrigam bancos comunitários. Isto porque, diversos

¹¹ Este índice considera três dimensões de análise: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho.

autores apontam que os bancos comunitários normalmente atuam em localidades caracterizadas por alto grau de exclusão e desigualdade social, baixo nível de renda e de IDH (SILVA JR, 2007; RAPOSO; FARIA, 2015; MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009).

Informações do IBGE (2020) mostram que, dentro da microrregião a que pertence, Pedro II é a segunda cidade mais populosa e a terceira com maior PIB/capita. Em comparação com todo o Estado, ocupa a posição 11ª em população e possui IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) considerado baixo (0,574), e está abaixo do IDH brasileiro (vide Tabela 1).

Considerando os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o município de Pedro II está abaixo do índice brasileiro e do índice do Piauí. O mesmo acontece se forem comparados os percentuais de pobreza, extrema pobreza e vulneráveis à pobreza (Tabela 1).

Tabela 1 – Dados de desenvolvimento humano e pobreza

Local	IDHM (2010)	Percentual de Pobres (2010)	Percentual de Extremamente Pobres (2010)	Percentual de Vulneráveis à Pobreza (2010)
PEDRO II-PI	0,571	46,62	26,27	70,52
PIAUI	0,646	34,11	18,77	58,13
BRASIL	0,657	15,20	6,62	32,56

Fonte: elaboração própria com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010

Os dados de 2016 do IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) consideram três indicadores municipais: saúde, educação e emprego e renda. A cidade de Pedro II tem desenvolvimento regular (IFDM consolidado de 0,5395) e ocupa a posição 4869ª de desenvolvimento dentre o total de municípios brasileiros. Dos três indicadores, o menor é aquele relativo ao Emprego e Renda (0,3243), considerado baixo na escala de avaliação¹².

Pedro II é conhecida por duas importantes expressões: “Suíça Piauiense” e “Terra da Opala”. A primeira vem do fato do município estar situado no noroeste do estado do Piauí, a cerca de 200 km da capital Teresina, a aproximadamente 600 m acima do nível do mar, sobre a Serra dos Matões, sendo o segundo clima mais frio do Estado (MILANEZ; PUPPIM, 2009).

¹² Dados coletados em <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=PI&IdCidade=220790&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em 25 Mar. 2020.

Por outro lado, é chamada de terra da Opala, pois o mineral semiprecioso é encontrado mais fortemente somente no município e na Austrália. Graças a Pedro II, “o Brasil é considerado o segundo maior produtor de opala do mundo” (OLIVEIRA, 1998, p. 10).

Devido a características tão peculiares em relação ao restante do Estado, a cidade de Pedro II é uma das cidades turísticas do Piauí que atrai pessoas de todo o Brasil em busca de suas atrações culturais, gastronômicas, esportivas e minerais. Destaca-se o Festival de Inverno de Pedro II que acontece anualmente no feriado nacional de Corpus Christi. Durante quatro dias de evento, oferece diversas atrações musicais (locais, regionais, nacionais e internacionais), além de feira de artesanato e gastronomia, roteiros de ecoturismo, turismo de experiência e turismo de aventura em cachoeiras, mirantes, parques ecológicos com pinturas rupestres, entre outros.

O território de Pedro II – PI revela-se, portanto, como um importante lócus de análise da atuação de banco comunitário em prol do desenvolvimento local por apresentar dados que o caracterizam como semelhantes aos demais territórios-sede de bancos comunitários de desenvolvimento. Assim, apesar de suas particularidades, guarda singularidades com demais municípios pobres do Brasil.

5.2 Procedimentos de análise

Para responder aos objetivos específicos propostos foram utilizados os seguintes procedimentos de análise: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Com isso, também foi possível construir a caracterização do Banco Rede Opala (delineada no capítulo 3) a fim de subsidiar o entendimento e a contextualização dos resultados apresentados.

Para o **primeiro objetivo específico**, a fala das entrevistadas e pesquisas bibliográfica foram utilizadas para identificar e caracterizar o microcrédito convencional presente no município estudado. No que diz respeito à caracterização do crédito do Banco Rede Opala, foram levados em conta tanto a fala das entrevistadas quanto documentos coletados junto à presidente e ao vice-presidente do banco nos meses de outubro e novembro de 2019. Para a comparação entre as duas modalidades de microcrédito, quanto a seus mecanismos institucionais, foi realizada revisão bibliográfica junto à análise da percepção dos respondentes das entrevistas.

Os documentos utilizados para análise documental estão listados no Apêndice, informando a identificação ao longo do texto, conteúdo, fonte e a data do documento.

Para o **segundo e terceiro objetivos específicos**, foram utilizadas entrevistas¹³ com tomadores de crédito com a finalidade de conhecer a percepção destes quanto à importância do microcrédito para suas atividades produtivas e para o desenvolvimento local. De modo complementar e para conhecer o contexto socioeconômico dos sujeitos, foram obtidas informações sobre origem, estrutura e renda familiar das entrevistadas.

As entrevistas aplicadas seguiram um modelo estruturado com perguntas abertas. Os sujeitos entrevistados não têm as suas identidades reveladas, sendo citados no texto como participante da pesquisa (PP), sob os códigos PP1, PP2, PP3, (...), PP12, atribuídos aleatoriamente. Foi utilizado um aplicativo de celular como gravador para registrar as perguntas e respostas, com consentimento das entrevistadas. Utilizou-se do programa MAXQDA para a transcrição dos áudios coletados e para posterior análise.

Para a análise dos dados elegeu-se a técnica Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (2016, p. 37), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. E para Vergara (2005, p.15), “a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. A análise de conteúdo foi escolhida porque “permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 222).

As etapas seguidas no método análise de conteúdo, segundo Freitas; Janissek (2000); Laville; Dione (1999) são, nesta ordem: i) definição do universo; ii) categorização do universo estudado; iii) escolha das unidades de análise e iv) quantificação. Como já foi apresentada a definição do universo estudado na primeira sessão desta metodologia, apresenta-se aqui a sua categorização, ou seja, a definição das dimensões a serem analisadas.

As categorias de análise são originárias das entrevistas realizadas, tendo sido definidas *a posteriori*, como explicam Freitas; Janissek (2000), ou seja, tiveram origem empírica, escolhidas a partir da ocorrência de certo número de casos. Isto porque “as categorias são as rubricas significativas em função das quais o conteúdo será classificado e eventualmente quantificado” (FREITAS; JANISSEK, 2000, p. 46). São elas: (1) oportunidade de acesso ao crédito, (2) contribuição do microcrédito para o desenvolvimento das atividades produtivas e dos projetos de vida e (3) contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local. As unidades ou elementos de análise são os temas, “uma vez que compreendem proposições ou

¹³ Roteiro da entrevista no Apêndice A.

afirmações de um sujeito – a presença ou ausência de um tema pode ser rica em informações” (FREITAS; JANISSEK, 2000, p. 47).

As categorias e elementos de análise estão sistematizadas no Quadro 4 abaixo, de acordo os objetivos específicos definidos:

Quadro 4 – Identificação das categorias e elementos de análise

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE	ELEMENTOS DE ANÁLISE
Identificar, caracterizar e comparar os mecanismos institucionais de concessão de crédito de instituições tradicionais e do Banco Comunitário no município de Pedro II - PI;	Oportunidade de Acesso ao Crédito	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do microcrédito solidário; • Caracterização do microcrédito convencional; • Relacionamento com a instituição financeira; • Comparação entre as instituições financeiras.
Compreender o acesso ao microcrédito nas atividades econômicas e nos projetos de vida dos tomadores de empréstimos dos dois tipos de instituição financeira; e, por fim;	Contribuição do microcrédito para o desenvolvimento das atividades produtivas e dos projetos de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do tomador de crédito: idade, naturalidade, estrutura e renda familiar; • Caracterização da atividade produtiva; • Qualidade de vida, consumo pessoal e familiar, realização de objetivos.
Analisar a percepção dos sujeitos que tomaram crédito, tanto no banco comunitário quanto no banco tradicional, sobre a importância e	Contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas de sua rede social que já tomaram empréstimos; • Participação em grupos sociais ou redes de

contribuição para o desenvolvimento comunitário local.		produção, comercialização e consumo; <ul style="list-style-type: none"> • Mudança percebida na comunidade em virtude da oferta de crédito solidário e convencional.
--	--	---

Fonte: elaborado pela autora.

A última etapa da análise de conteúdo, que é a quantificação, consiste em relacionar as características dos textos ao universo estudado (FREITAS; JANISSEK, 2000). Como encerram Lavige; Dione (1999, p. 214), o princípio da análise de conteúdo “consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação”.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 O Banco Rede Opala

6.1.1 Surgimento, missão e atuação do Banco Rede Opala

O Banco Rede Opala está situado na cidade de Pedro II – PI e é o segundo banco comunitário de desenvolvimento (BCD) a ser implantado no Estado. Para conhecer como se deu o surgimento do Banco, obtiveram-se dados a partir do documento “Sete eixos de caracterização do Banco Rede Opala” (DOC. 1). Sendo o primeiro deles o eixo “origem”, a organização social em torno da economia solidária, mais especificamente das finanças solidárias, iniciou em agosto de 2010. Nesta data, líderes comunitários, presidentes de associações e membros de empreendimentos solidários de Pedro II participaram de oficina de economia solidária realizada pelo CFES¹⁴ na comunidade Lagoa do Sucuruju¹⁵. Após discutirem sobre os valores e práticas da economia solidária, resolveram se organizar por meio de doações em dinheiro para criar um fundo solidário, cujo objetivo era atender a

¹⁴ O Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) é um serviço nacional de fortalecimento e promoção da Educação em Economia Solidária visando à promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema (Fonte: <http://cirandas.net/rede-cfes/sobre-a-rede-cfes>. Acesso em 31 jan. 2020).

¹⁵ A comunidade Lagoa do Sucuruju é uma das diversas comunidades existentes na região de Pedro II-PI.

demanda das associações. Assim, foi arrecadado o valor de R\$1.750 (mil setecentos e cinquenta reais) e criado uma coordenação para gerenciar o Fundo.

Meses depois, alguns participantes da oficina tiveram contato com a experiência do Banco Cocais¹⁶. Segundo o mesmo documento (DOC. 1), “os intercâmbios das experiências nos ajudaram a conhecer a experiência do Banco Cocais e inspirados no Banco Cocais no mesmo território iniciamos um grupo de formação no dia 04 de novembro de 2011” (Figura 5). Entre dezembro de 2011 e maio de 2012 foram realizadas diversas reuniões de capacitação para constituição do banco comunitário. Participaram destas reuniões membros de associações, de assentamentos, de comunidades rurais, do poder público local, de rádio local e da Obra Kolping de diversas localidades.

Após dezenas de reuniões, estudos, intercâmbios, parcerias firmadas e escolha da entidade gestora e formação do conselho gestor, foi inaugurado o Banco Rede Opala no dia 08 de junho de 2012. Para sua constituição e implantação, o Banco Opala teve apoio da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Banco Palmas, Banco Cocais, Prefeitura de Pedro II, Caixa Econômica Federal.

Figura 8 – Grupo de Formação em novembro de 2011



Fonte: Banco Rede Opala, 2019.

A inauguração foi realizada em grande solenidade no espaço Mercado do Artesão, com a participação de autoridades políticas, comunitárias e religiosas como Prefeito e Vereadores, Deputado Federal, representantes de igrejas, associações de moradores, fórum de entidades, Secretário do Estado do Piauí, além de representantes de veículos de mídia (rádios comunitárias, portais de notícias) do estado do Piauí e do município.

¹⁶ O Banco Cocais foi o primeiro banco comunitário a ser implantado no Piauí e funciona no município de São João do Arraial desde o ano de 2007.

O Mercado do Artesão¹⁷ está localizado no centro da cidade de Pedro II e é o endereço do Banco Rede Opala desde então. O espaço foi cedido pela Prefeitura por meio de Contrato de Comodato com vigência de vinte anos, assinado em março de 2012 (vide DOC. 2).

Neste percurso de criação do Banco Rede Opala, pode-se observar que as práticas de finanças solidárias (microcrédito solidário) são iniciativas locais que ganham apoio em políticas públicas de fomento, e também em atores privados e do terceiro setor. Ou seja, o município ou comunidade se mobiliza em busca de soluções para problemas locais e encontram em atores externos apoio para suas práticas.

Assim, a constituição do Banco Rede Opala seguiu os critérios elencados por Melo Neto Segundo; Magalhães (2009) para a criação de bancos comunitários. Para estes autores, são necessários três fatores:

1. A presença de um processo de mobilização local e de organização comunitária, além de uma instituição da sociedade civil fortalecida e motivada para gerir o banco.

2. Disponibilidade de espaço físico e infraestrutura aportada por um parceiro local, geralmente a prefeitura municipal.

3. Capacitação dos agentes, gerentes de crédito e operadores de caixa, além da sensibilização dos atores econômicos locais para aderirem à iniciativa (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009, p. 25).

O Banco Rede Opala é gerenciado pela Obra Kolping de Pedro II¹⁸ e tem como objetivo oferecer serviço financeiro solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltada para a reorganização das economias locais, na perspectiva da geração de trabalho e renda e da Economia Solidária. Constante em panfleto de promoção do Banco, sua missão consiste em promover o acesso bancário seguindo os valores da economia popular solidária atendendo habitantes do município, especialmente membros de associações, grupos de economia popular solidária, pessoas em situação de vulnerabilidade social e iniciativas de pequenos empreendedores formais e informais, potencializando e fortalecendo a economia local.

¹⁷ O Mercado do Artesão é um conjunto comercial compostos por boxes, onde é possível encontrar elementos e produtos da identidade cultural local de Pedro II, como as comidas típicas, o artesanato em tecelagem e as joias e bijoias artesanais, que remontam às suas tradicionais feiras desde o princípio do desenvolvimento do município. Fonte: Página na internet da Prefeitura de Pedro II.

¹⁸ A Comunidade Kolping Pedro II, fundada no dia 02 (dois) de Abril de 1975, é uma associação sem fins econômicos, de caráter privado de natureza filantrópica e beneficente, comunitária, atuando principalmente nas áreas: produtiva, de convivência com o semiárido, educacional, Assistência Técnica, ambiental, cultural e da assistência social, agricultura familiar, habitação social, da saúde e ações comunitárias. Fonte: Estatuto Social Consolidado da Comunidade Kolping Pedro II fornecido pelo Banco Rede Opala.

Os produtos/serviços financeiros solidários oferecidos pelo Banco Opala são: serviços de microcrédito para produção, parceria com a Caixa Econômica Federal para instalação do Caixa Aqui para recebimento de contas, pagamento de boletos e benefícios sociais - como Bolsa Família, INSS, Seguro Desemprego, PIS/PASEP e outros. Além disso, participa de feiras e intercâmbios de práticas de economia solidária, incentivando a agricultura familiar orgânica e o artesanato na região.

Os usuários do Banco Opala são moradores das comunidades rurais e dos bairros urbanos de Pedro II, na sua grande maioria pessoas ligadas a algum grupo de associações e ONGs do município e de baixa renda, sem acesso aos bancos convencionais. Segundo panfleto de divulgação das atividades do Banco, 120 famílias tinham sido beneficiadas em 2015 com o crédito para produção, sendo mensalmente mais de 800 famílias atendidas pelos serviços financeiros ofertados pelo Banco.

Além da oferta de microcrédito produtivo, o Banco Rede Opala possui outros instrumentos financeiros originais, a exemplo da criação de uma moeda social local diferente da Real.

6.1.2 A moeda social Opala

Nas atividades realizadas pelo banco comunitário de Pedro II, tem-se o intermédio da moeda social Opala, moeda própria que circula livremente na comunidade, dinamizando a economia local. A moeda Opala é mais uma alternativa à moeda oficial Real, sendo lastreada por esta (cada real vale uma moeda social Opala). Ao contrário da moeda Real, a Opala não se submete à especulação. Ou seja, na sua utilização não incorrem juros e, por isso mesmo, não são meios de acumulação.

Na verdade, para Menezes; Croco (2009) os benefícios gerados pela criação de moedas paralelas englobam melhorias qualitativas como construção de um senso de comunidade, aumento da empregabilidade e crescimento da autoconfiança individual e coletiva. Como afirmam os mesmos autores, o uso de uma moeda local é, antes de tudo um ato de proteção que envolve também a recuperação da capacidade de tomar decisões, porque

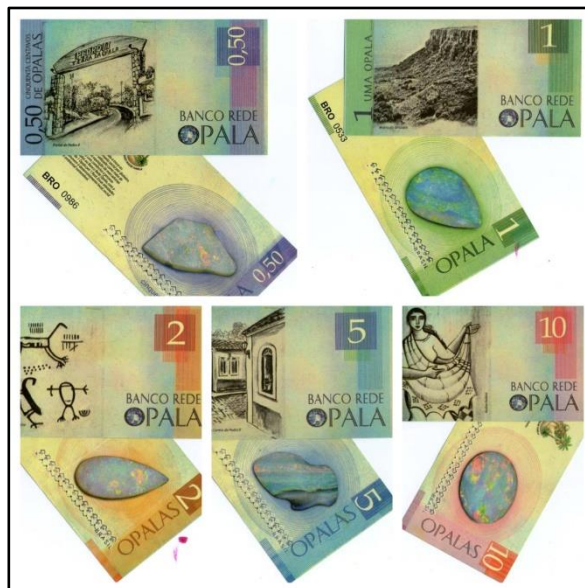
O principal benefício no uso da moeda local no modelo que os bancos comunitários estipularam no Brasil é a manutenção da riqueza no local, ou melhor, a diminuição dos vazamentos e a consequente valorização da atividade econômica que se realiza na região (MENEZES; CROCO, 2009, p. 395).

As moedas Opala foram emitidas inicialmente com apoio da ITES/UFBA e da Obra Kolping, recebendo alguns controles de segurança: tarja holográfica, infravermelho,

números seriais e códigos de segurança. Ainda, possui selo de certificação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

A moeda social Opala é impressa em cinco valores: 0,50 centavos de opala, 1 opala, 2 opalas, 5 opalas e 10 opalas (Figura 6). A arte da moeda foi toda confeccionada com a participação dos artistas locais, utilizando como símbolo maior a Opala, minério semiprecioso encontrado em Pedro II - PI. Além de outros símbolos de identidade local: a rede que simboliza tanto o artesanato quanto a ligação com todos os bancos comunitários do Brasil; os casarões históricos da cidade; o Mirante do Gritador, principal ponto turístico; o portal de entrada da cidade e pinturas rupestres.

Figura 9 – A moeda Opala



Fonte: Banco Rede Opala

Em 2013, num relatório da Comunidade Kolping Pedro II, sobre a atuação do Banco Rede Opala (DOC. 21), verificou-se que, um ano após sua constituição, 30% de um total de 150 famílias pesquisadas conheciam e utilizavam os serviços do Banco. Na ocasião, os pesquisadores expuseram a importância e a veracidade da moeda no município, num esforço de conquistar a confiança dos moradores. O relatório reconhece a necessidade de uma divulgação maior acerca da moeda social local, haja vista que, à época, somente 80 estabelecimentos comerciais já utilizavam a moeda Opala.

Com as entrevistas foi possível também verificar a incipiente utilização ou mesmo conhecimento acerca da moeda Opala, tanto na zona urbana quanto na zona rural de Pedro II. Das doze, seis entrevistadas falaram que já usaram a moeda Opala e seis disseram que nunca usaram ou não a conhecem. Dentre as que já tiveram algum contato com a moeda

relatam que usaram somente uma ou poucas vezes e que atualmente não tem nenhum contato. Na fala de PP1:

[...] Vi só uma vez esse dinheiro, não posso nem falar muito, mas só vi uma vez essa nota. Não tive muito contato (PP1, 2019).

Foi relatado também que no início do Banco a circulação e o uso da moeda eram maiores, mas que atualmente é pouco ou quase nunca utilizada. No entanto, reconhecem a função de desenvolvimento econômico que lhe é atribuída. Quando perguntado a PP5 sobre a contribuição da moeda Opala para o desenvolvimento local, respondeu:

[...] Se fosse mais desenvolvida, assim mesmo, tivesse mais circulação, dava pra contribuir muito. É uma coisa boa, eu achei vantagem (PP5, 2019).

E PP8 destaca que a moeda poderia interferir nos roubos:

[...] Eu vejo que se ela circulasse mesmo aqui dentro da cidade, fosse só unicamente ela, num existiria roubo nenhum aqui, porque chegasse lá num ia ter utilidade nenhuma *né*, porque ela só serve unicamente aqui na cidade, então se todo mundo utilizasse ela, eu acredito que ia ser muito bom (PP8, 2019).

A aceitação da moeda social pelos comerciantes e moradores do território não é um processo fácil e exige esforço, tendo em conta os desafios normalmente enfrentados. O próprio processo de convencimento de utilização de um instrumento de troca paralelo ao emitido pelo Estado (o Real) torna-se um desafio (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015), porque revela um dos principais enfrentamentos: o da aceitação e da confiança por parte da comunidade frente a esta nova moeda. Para tanto, é essencial a participação dos sujeitos locais para que as moedas sociais sejam legitimadas.

Sua circulação é mediada pela confiança mútua dos usuários, participantes de um grupo cuja adesão é voluntária. Ou seja, ela depende de uma convenção social na validade dessa prática, já que não dispõe de mecanismos oficiais de garantia. Tais mecanismos, bem como seu valor (lastro), devem ser propostos e acordados entre os próprios atores envolvidos. Os participantes estipulam também os limites territoriais de sua circulação e aceitação, com o intuito de aumentar o volume de transações econômicas (comercialização e consumo de bens e serviços) de uma determinada localidade (SILVA, 2017, p. 25).

A fala de PP8, uma comerciante local, reflete esta dificuldade em conseguir a confiança e a aceitação da moeda Opala:

[...] Aqui acolá eu recebo *né*, tem deles que falam: me deram essa nota aqui, não quero isso não. Tem gente que fica mal humorado *né*, recebe R\$ 2,00 (de Opala), recebe R\$ 5,00 (de Opala). Às vezes tem deles que querem até rasgar e eu, me dá bem aqui. Aí eu vou e troco pra ele, já aconteceu muito eu fazer isso. Às vezes eu mandava ir lá no comércio, que tem muito comércio cadastrado *né* e recebem, aí às vezes a gente acaba mandando eles irem lá também (no Banco Opala) (PP8, 2019).

Atualmente, já é realidade a moeda social virtual, criada pelo Banco Palmas e adotada por vários outros bancos pertencentes à Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Um exemplo é o Banco Cocais, no Piauí, que já realiza transações financeiras por meio do aplicativo E-dinheiro.

Nas diversas atividades desempenhadas pelos bancos comunitários, há a interação e parcerias com diversos atores locais, tanto da própria sociedade civil, como dos agentes públicos e/ou agentes privados. As parcerias realizadas pelo Banco Rede Opala são apresentadas no subtópico a seguir.

6.1.3 Parcerias firmadas

O Banco Rede Opala mantém relações tanto com organizações da sociedade civil, quanto com instituições do setor público e do setor privado, nos níveis local, estadual e nacional. No território, as principais parcerias são com a sociedade civil (moradores, associações de bairros, comunidades e de classe) e com a Prefeitura Municipal de Pedro II. Fato que está alinhado com a realidade dos demais BCDs do nordeste que, segundo Rigo; França Filho; Leal (2015), têm como principais parceiros as associações de bairro e os órgãos públicos locais.

A participação da sociedade civil no âmbito da atuação do Banco Rede Opala vem acontecendo desde o planejamento de sua constituição, permanecendo no gerenciamento, nos projetos realizados e nas decisões tomadas. São os membros de associações de bairros, de comunidades e de classe, a exemplo da ACONTUR (Associação dos Condutores de Turismo), STTR Pedro II (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), representantes de assentamentos, de Igrejas Evangélicas, da Comunidade Kolping, além de membros externos e colaboradores.

Destaca-se aqui o apoio da Obra Kolping Pedro II que, além de gestora do Banco, fez aportes financeiros para subsidiar o início de suas atividades. Em março de 2013 o repasse em dinheiro no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) realizado por esta instituição foi de grande valia para a constituição do fundo financeiro do Banco e, conseqüentemente, para o início da oferta de microcrédito solidário (DOC. 17).

No que diz respeito às parcerias com o poder público, a Prefeitura Municipal de Pedro II teve uma participação importante para a instituição do Banco Rede Opala. O acordo de comodato (DOC. 2) foi firmado com o objetivo de ceder espaço físico localizado no Mercado do Artesão para o funcionamento do Banco, com vigência de vinte anos, contados a partir

de 2012, podendo ser prorrogado por igual período mediante a constatação de viabilidade e conveniência.

Além disso, a Prefeitura Municipal de Pedro II – PI realizou um repasse no valor total de R\$ 6000,00 (seis mil reais) por meio de Convênio de Cooperação Financeira (DOC. 27), intitulado “CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO AO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ‘REDE OPALA’ QUE CELEBRAM ENTRE SI – PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II E A COMUNIDADE KOLPING DE PEDRO II”. Firmado em junho de 2012, data de inauguração do Banco Rede Opala, tal Convênio teve por objetivo o repasse de recursos financeiros para custear despesas de funcionamento, a exemplo de materiais didáticos, contas de água, conta de luz, material de higiene e limpeza, contas de telefone, conta de internet e prestação de serviços ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Rede Opala. Concretamente, foi repassado por meio deste convênio o valor mensal de R\$ 1.000,00 (um mil reais) durante o período de seis meses.

Já a parceria firmada com a Caixa Econômica Federal é de suma importância para a obtenção de receita pelo banco comunitário. Isto porque, desde sua inauguração em 2012 até o momento de realização desta pesquisa, cada transação - como pagamento de boletos, pagamento de benefícios sociais, INSS, FGTS, entre outros - realizado pelo Banco Rede Opala, incorrem em remuneração. Por exemplo, conforme documento de movimentação de caixa do Banco (DOC. 23), em janeiro de 2013 o valor da remuneração do correspondente bancário chegou a mais de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Como narra Nesol-USP; Instituto Palmas (2013), as parcerias de correspondentes bancários com bancos comunitários surgem em 2005 a partir de políticas governamentais de inclusão financeira, trazendo diversas vantagens aos BCDs:

Para os bancos comunitários de desenvolvimento, os correspondentes permitiram ampliar a oferta de serviços em suas comunidades, aumentar sua carteira de crédito sem prejuízo da aplicação de suas metodologias e ainda possibilitou a conquista de alguma receita pela cobrança dos serviços prestados aos bancos parceiros. (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, 2013, p. 78).

A atividade de correspondente bancário e a receita proveniente parece ser uma importante fonte de recursos dos bancos. É o que apontam os dados apresentados por Rigo; França Filho; Leal (2015) relativos à realidade dos 26 bancos comunitários da região nordeste brasileira investigados: os correspondentes bancários tem uma participação de 33,3% nas receitas.

A parceria firmada com o Governo do Estado do Piauí por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR (DOC. 32) também foi de grande valia para a atuação do

Banco Rede Opala na realização de feiras solidárias no município. O referido Termo de Fomento garantiu à Comunidade Kolping Pedro II, gestora do Banco Rede Opala, o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a realização da XIII Feira de Economia Solidária durante um dos principais eventos da cidade, o Festival de Inverno de Pedro II no ano de 2018.

Além disso, em 2018 foi firmado acordo de cooperação entre Agência de Fomento do Estado do Piauí, Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN e o Banco Comunitário Rede Opala (DOC. 30). As linhas de crédito do Banco Rede Opala passaram a ser operacionalizadas conforme orientações deste documento.

Já os apoios alcançados no setor privado foram destinados ao financiamento de projetos de finanças solidárias, contribuindo sobremaneira para o fundo financeiro das operações de microcrédito. Destaca-se que, em 2016, o documento intitulado “CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO – FAPEX E A COMUNIDADE KOLPING DE PEDRO II – PI” (DOC. 31) teve como objeto a prestação de serviços de seleção e contratação de serviço comunitário de finanças solidárias para apoiar o Projeto REDE BCDs “Bancos Comunitários de Desenvolvimento em Rede” – Projeto: 13.0117/01/010039 (SICOV) para Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – UFBA, no valor de R\$ 30.000 (trinta mil reais).

O Quadro 3 abaixo lista as parcerias firmadas entre o Banco Rede Opala e organizações do setor público, privado e sociedade civil, com suas finalidades. Este cenário evidencia a característica híbrida da mobilização dos recursos dos BCDs. O Banco Rede Opala compartilha da realidade dos demais bancos comunitários da região nordeste brasileira: 23,1% dos BCDs da região contaram com programas de crédito governamentais e doações da própria comunidade para constituir seus fundos de crédito (RIGO; FRANÇA FILO; LEAL, 2015). Apesar das fontes variadas de entradas financeiras, os autores destacam a autosustentabilidade como principal desafio dos BCDs. Isto porque “o volume de recursos provenientes destas fontes é relativamente pequeno e se mostra insuficiente para pagar todas as despesas básicas” (RIGO; FRANÇA FILO; LEAL, 2015, p. 101-102).

Quadro 5 – Parcerias firmadas pelo Banco Rede Opala

PARCERIAS FIRMADAS	ENTIDADES	FINALIDADE	ATIVIDADE
SOCIEDADE CIVIL	Associações de bairro, de classe,	Apoio à gestão e apoio financeiro	Gestão e oferta de microcrédito.

	sindicatos, Obra Kolping		
SETOR PÚBLICO	Banco Público (Caixa Econômica Federal), Prefeitura Municipal de Pedro II, Estado do Piauí (Secretaria do Desenvolvimento Rural - SDR), Secretaria de Planejamento (Seplan)	Correspondente bancário, apoio estrutural e financeiro.	Receita, espaço de funcionamento, parceria para oferta de microcrédito e para realização de Feira Solidária.
SETOR PRIVADO	Fundações de direito privado (FAPEX-UFBA)	Apoio financeiro	Projetos no âmbito das finanças solidárias

Fonte: elaboração própria com base nos documentos do Banco Rede Opala.

Estes mesmos autores, assim como Soares; Almeida (2019), defendem a criação de políticas públicas no âmbito das finanças solidárias, porque somente com apoio institucional concreto é que tais práticas podem contribuir para o desenvolvimento local.

6.2 Oportunidade de Acesso ao Crédito

6.2.1 O microcrédito solidário do Banco Rede Opala

A análise documental permitiu observar que a principal linha de crédito oferecida pelo banco comunitário de Pedro II é a destinada à produção. Dessa forma, destina-se ao financiamento de atividades produtivas diversas: artesanato em fio (redes), criação de animais, produção de biscoitos de polvilho caseiros, artesanato em madeira, venda de frutas e verduras, entre outros (Figura 8).

Figura 10 – Atividades produtivas financiadas pelo Banco Rede Opala



Fonte: Banco Rede Opala

Os critérios de acesso ao crédito mudaram ao longo da sua atuação, principalmente em decorrência das parcerias firmadas. No início de suas atividades, funcionavam as linhas de crédito denominadas “Casa Produtiva” e “Economia Popular”, sendo a primeira destinada à produção e a segunda, para despesas cotidianas de consumo (urgência ou emergência). A linha de crédito “Casa Produtiva” se dividia em “Comum” e “Gerando economia solidária”. Enquanto que a linha de crédito “Economia Popular” tinha apenas a modalidade “Comum”.

Os valores concedidos pelas duas linhas de crédito eram diferentes. No entanto, na modalidade “Gerando economia solidária” da linha de crédito “Casa Produtiva”, eram aceitos somente grupos de economia solidária constituídos há mais de seis meses, com liberação de crédito para apenas um membro da família. Nesta modalidade, o valor concedido era de até R\$500,00 (quinhentos reais), em moeda social, com carência de 60 dias. Já na modalidade “Comum”, o valor concedido era de até R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) em moeda social, com carência de 30 dias. Nas duas modalidades da linha de crédito “Casa Produtiva” não havia cobrança de juros, apenas a cobrança única de 3% referente à Taxa de Abertura de Crédito (T.A.C).

Já na linha de crédito “Economia Popular”, destinada para consumo ou emergências, o valor concedido era de R\$70,00 (setenta reais), podendo ser em moeda social ou real, sem carência, sem juros e sem TAC. No entanto, após o vencimento era cobrada taxa de 0,5% ao

dia. No documento de divulgação fornecido pelo Banco não há informações sobre o prazo de pagamento desta linha de crédito, somente a quantidade de parcelas.

No Quadro 6 reúnem-se as informações das primeiras linhas de crédito oferecidas pelo Banco Rede Opala quando do início de suas atividades. Na Figura 11 a seguir ilustra-se a ficha cadastral de solicitação de crédito utilizada para ter acesso a estas linhas de crédito.

Quadro 6 – Primeiras linhas de crédito do Banco Rede Opala

LINHA DE CRÉDITO	MODALIDADE	CRITÉRIOS	VALORES	JUROS	T.A.C	PARCELAS
CASA PRODUTIVA	COMUM	- Sem restrições (SPC, SERASA, Cartório); - Documentos (RG, CPF, comprovante de residência); - Orçamento do material de construção do comércio cadastrado; - 1 pessoa por família; - Liberação 48 horas após o cadastro.	- Até R\$ 250 em moeda social; - Carência 30 dias	0,0%	3% descontado do montante liberado	5
	GERANDO ECONOMIA SOLIDÁRIA (fomento à economia solidária)	- Grupos existentes há mais de 6 meses; - Sem restrições (SPC, Serasa, Cartório); - Documentos (RG, CPF, comprovante de residência); - 1 pessoa por família; - Liberação 48 horas após o cadastro.	- Até R\$ 500 em moeda social; - Carência de 60 dias.	0,0%	3%	6
ECONOMIA POPULAR	COMUM	- Sem restrições (SPC, Serasa, Cartório); - Documentos (RG, CPF, comprovante de residência);	- Até R\$ 70 em moeda social ou real; - Sem carência; - Taxa de 0,5% ao dia	0,0%	0,0	1

		- Contratação imediata; - Urgência precisa de comprovantes, emergência não.	após o vencimento			
--	--	--	-------------------	--	--	--

Fonte: elaboração própria com base em dados fornecidos pelo Banco Rede Opala.

Figura 11 – Ficha de cadastro para crédito

BANCO REDE OPALA
BANCO COMUNITÁRIO REDE OPALA
PEDRO II-PI
FONE: 86 3271 2085

FICHA DE CADASTRO PARA CRÉDITO

DADOS PESSOAIS:

NOME: _____ APELIDO: _____
 ENDEREÇO: _____ PONTO DE REFERÊNCIA: _____
 COMUNIDADE: _____ TEMPO DE RESIDÊNCIA LOCAL: _____
 SITUAÇÃO: ALUGADA () PRÓPRIA () OUTROS ()
 TELEFONES: CEL: _____ FIXO: _____ AMIGO/VIZINHO: _____
 RG: _____ CPF: _____
 ESTADO CIVIL: CASADO () SOLTEIRO () VIÚVO () OUTROS ()
 PARTICIPA DE ALGUM GRUPO COMUNITARIO: SIM () NÃO ()
 QUAL: _____
 RENDA FAMILIAR: () 1/2 SALÁRIO
 () DE 1/2 A 1 SALÁRIO MÍNIMO
 () DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS
 () DE 2 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS
 () ACIMA DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS

DADOS DO NEGÓCIO:

PROFISSÃO: _____ HÁ QUANTO TEMPO: _____
 ATIVIDADE: _____ TELEFONE: _____
 ENDEREÇO: _____ RENDA MENSAL: _____
 PRODUTOS: _____
 A FAMÍLIA DEPENDE DO NEGÓCIO? () SIM () NÃO QUANTOS DEPENDENTES? ()
 NEGÓCIO É: FORMAL ()
 INFORMAL ()
 ANBULANTE ()
 FIXO ()

ASSINATURA AGENTE: _____
 ASSINATURA CLIENTE: _____
 DATA: ____/____/____
 OBS: _____

Fonte: Banco Rede Opala

A partir da análise dos documentos, foi possível observar que estas duas linhas de crédito puderam ser praticadas em virtude de apoios financeiros recebidos no início de suas atividades. Como mencionado mais detalhadamente no capítulo três, o primeiro aporte financeiro recebido pelo Banco Rede Opala foi de R\$10.000,00 (dez mil reais) realizado pela Obra Kolping de Pedro II em 2013 (DOC. 17) e outro de R\$30.000,00 (trinta mil reais) realizado em 2016 pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão ligada à Universidade Federal da Bahia (FAPEX-UFBA) (DOC. 31).

Foram estes valores que formaram o fundo de crédito do Banco para a operacionalização das linhas de crédito apresentadas no Quadro 6. No entanto, durante a realização desta pesquisa, não estava mais em vigor a linha de crédito “Economia Popular” para emergência, não sendo possível identificar quando foi interrompida. Somente a linha de crédito para produção estava em vigor, tendo passado por relevante modificação principalmente a partir do ano de 2018. Como afirmam Rigo; França Filho; Leal (2015), o crédito produtivo é a principal linha de crédito dos BCDs do Nordeste, disposta por todos eles. É uma forma encontrada pelos bancos comunitários para contribuir com a inclusão produtiva dos usuários.

O documento intitulado “ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – SEPLAN E O BANCO COMUNITÁRIO REDE OPALA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA” (DOC. 30) trata de um acordo de cooperação que passa a orientar a linha de crédito para produção, a partir de 2018. Esta era a única linha de crédito vigente no período da coleta dos documentos no banco (outubro de 2019).

Nos seus termos, o acordo, com vigência de 12 (doze) meses, tem como objeto “a mútua colaboração entre os partícipes com o propósito de induzir o desenvolvimento do município, contribuindo para o fortalecimento da economia local, ao oferecer, diretamente aos empreendedores da região, financiamentos para investimento na atividade produtiva com recursos da PIAUÍ FOMENTO”.

Como discriminado no DOC. 30, a Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A., denominada Piauí Fomento, trata-se de uma Sociedade Anônima de Capital Fechado representada pela Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN, órgão integrante da administração pública direta do Estado. A SEPLAN é um dos órgãos governamentais que compõem o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), o qual possui como competências previstas na Lei Ordinária nº 6057/2011:

Art. 10 Compete à CEES:

(...)

II - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária e para o acesso aos benefícios previstos nesta Lei;

(...)

IV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos financiados pelo Fundo a que se refere o inciso II (LEI ORDINÁRIA Nº 6057/2011).

Os critérios de acesso ao crédito são definidos no acordo pela Agência Piauí Fomento e são apresentados a seguir. Tais informações foram obtidas a partir de documento afixado em mural de informações na sede do banco comunitário.

- Pessoa Física:
 - ✓ Individual com avalista, ambos sem restrições no nome, o avalista tem que comprovar renda superior a um salário mínimo;
 - ✓ Em grupo, mínimo de quatro pessoas, sem restrição no nome, não é necessário comprovar renda, necessário comprovar atividade fiscal;
 - ✓ Nesta modalidade, o empréstimo pode ser de até R\$5.000,00 (cinco mil reais) por pessoa, divididos em até 12 meses com juros de 1,6% ao mês.
- MEI:
 - ✓ Microempreendedor Individual com avalista que comprove renda superior a um salário mínimo, ambos sem restrição no nome;
 - ✓ Este empréstimo pode ser de até R\$15.000,00 (quinze mil reais) por pessoa, divididos em até 24 meses com juros de apenas 1,6% ao mês.
- ME:
 - ✓ Microempresa com um avalista ou mais;
 - ✓ O empréstimo pode ser de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por pessoa, divididos em até 60 meses com juros de 1,6% ao mês.

Importa destacar que neste acordo o Banco Rede Opala não possui autonomia para escolher ou selecionar para quem será destinado o crédito, sendo esta, na verdade uma obrigação da agência de fomento, conforme explicitado no DOC. 30:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – DA PIAUÍ FOMENTO:

a) Conceder financiamento a pequenos produtores rurais, microempreendedores individuais e microempresas selecionados pela OSC¹⁹, após o exame dos documentos e da avaliação do risco da operação realizados pela PIAUÍ FOMENTO.

¹⁹ No Acordo, o Banco Comunitário Rede Opala é denominado Organização da Sociedade Civil (OSC).

Ainda, a Cláusula Terceira do Acordo de Cooperação deixa claro que a parceria não envolve transferência de recursos entre os partícipes, ou seja, o Banco Rede Opala funciona somente como um intermediário financeiro entre a agência de fomento e a comunidade, sem ter qualquer participação nas decisões de liberação do crédito. Na verdade, entre as obrigações da OSC estão serviços de divulgação da parceria, dar livre acesso a documentos e informações à agência de fomento, atender os clientes e atividades administrativas diversas.

Apesar de somente este programa de microcrédito estar vigente no momento da pesquisa, nenhuma das entrevistadas relatou ter participado dele, tendo sido apenas citado por PP8 e PP2 sem demonstrar muito conhecimento a respeito do funcionamento. Pelo que foi possível apurar a partir dos documentos analisados e das entrevistas, antes do acordo de cooperação com a agência de fomento, o programa de microcrédito produtivo era operado com recursos próprios do banco comunitário, tendo uma quantidade limitada de cotas de liberação.

Como a lista de tomadores de crédito fornecida pelo banco comunitário data do ano de 2017, entende-se que as informações presentes neste documento se referem aos empréstimos concedidos no programa de microcrédito inicial e próprio do banco. Portanto, a presente pesquisa concentrará maior esforço de descrição e análise neste.

Assim, a partir das entrevistas, tem-se que o crédito era liberado nas modalidades individual ou em grupo, de acordo com a atividade produtiva do solicitante. O valor era de, normalmente, R\$250,00 reais (duzentos e cinquenta reais) com pagamento em cinco parcelas de R\$50,00 reais (cinquenta reais) e carência de um mês. Quanto aos critérios de acesso, as entrevistadas disseram que não sabiam direito quais eram, mas disseram que é preciso apresentar os documentos de identificação, falar sobre a atividade que desenvolve e qual a finalidade do empréstimo.

Quando perguntadas se o Banco Rede Opala fazia pesquisa em órgãos oficiais de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, duas entrevistadas se mostraram em dúvida, não souberam responder com certeza.

Quando perguntadas se acharam o valor suficiente, PP4 e PP5 disseram:

[...] É, se fosse mais ainda era melhor *né*, mas é suficiente pra gente num ficar tão 'aperreada' *né* (PP4, 2019).

[...] Não, não foi suficiente, mas era bom na época *né*. Com que pude pagar no momento *né* (PP5, 2019).

No entanto, quando perguntado para PP5 se pretendia fazer novamente o empréstimo no Banco Opala, respondeu que tinha interesse caso o valor liberado fosse maior.

Para elas, apesar de o valor emprestado ser pouco, era condizente com suas realidades financeiras, porque se sentiam confortáveis e confiantes quanto à possibilidade de honrar com os compromissos assumidos, já planejando a renovação do empréstimo.

Quanto aos juros, muitas respondentes dizem não incidir ou não saber. No entanto, PP12 detalha que, dos R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) contratados são descontados R\$ 7,00 (sete reais), restando R\$ 243 (duzentos e quarenta e três reais) para compra de insumo de produção. Por ser um percentual reduzido, as beneficiárias podem ter a percepção de que os juros são muito baixos ou inexistentes. Ou, ainda, a informação que mais lhes interessa é o valor da parcela, se esta cabe no seu orçamento mensal, se vão conseguir pagar.

PP7 relata que atrasou o pagamento do empréstimo que tomou no Banco Rede Opala e quando foi quitar a dívida, não incidiu juros. Nem mesmo cobrança houve. No dia da entrevista, também estava inadimplente com o Banco Rede Opala há cerca de um ano, devido a problemas de saúde por que passava, o que estava prejudicando sua renda. Durante este período, PP7 diz que não tinha recebido qualquer cobrança do Banco.

O mais interessante nestas transações é que o valor liberado não era nem em moeda oficial (Real) nem em moeda social (Opala). Como relatado nas entrevistadas, ao invés disso, o Banco entregava uma espécie de nota/autorização de retirada com o valor do empréstimo, já descontados os juros. Esta autorização de retirada é apresentada ao comerciante parceiro do Banco e, deste modo, os tomadores de crédito acessam o insumo, material de trabalho, sem contato algum com dinheiro.

Esta dinâmica, ao mesmo tempo em que descortina as relações de proximidade e confiança presentes entre o banco comunitário e os sujeitos locais – quer sejam artesãs ou comerciantes -, reforça-as. É uma confiança mútua que permeia tanto a relação (i) banco-tomador de crédito, quanto a relação (ii) tomador de crédito-comerciante e (iii) banco-comerciante. Criando, ao final, um ciclo virtuoso com a relação entre (iv) banco-tomador de crédito-comerciante – banco, fundamentado em valores sócio-aproximadores - confiança mútua, valorização das relações sociais estabelecidas, estímulo ao comércio e aos produtores locais, valorização do trabalho digno e democrático.

Na fala de PP11:

[...] Isso é bom, porque se a gente pegasse o dinheiro ia desviar *né*, podia até desviar comprando outra coisa sem necessidade, aí a gente já pegando o material só vai trabalhar, *né*. Vai trabalhar pra dar conta de pagar e lucrar (PP11, 2019).

Esta prática ilustra bem uma das características que imprime aos BCDs um caráter original: a formação de uma rede de prossumidores, ou seja, uma associação entre os produtores e os consumidores existentes no território como ação de incentivo à economia local. “A ideia é de estimular no território um circuito integrado de relações envolvendo produtores e/ou prestadores de serviços em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços” (FRANÇA FILHO, 2013a, p. 97). Com isso, “materializa a expressão concreta de uma outra economia nos territórios, a forma encontrada para se fortalecerem as economias locais, reorganizando-as na direção de um outro modo de promover o desenvolvimento, com base nos princípios da economia solidária” (CATTANI, 2009, p. 31).

O caráter local também está presente no primeiro contato com o banco comunitário. Quando perguntadas sobre como conheceram o Banco Rede Opala, a maioria respondeu que souberam por meio de pessoas próximas (amigos, vizinhos ou parentes). Com isso, foi possível perceber que se sentiam mais seguras em tomar o empréstimo, porque pessoas próximas já o tinham feito. A entrevistada PP5 relata que conheceu o programa de crédito na loja onde costuma comprar material para seu artesanato:

[...] Eu fui comprar... porque eu sempre trabalhei com pano, como você perguntou, eu trabalho com rede. Eu fui lá onde vende os panos, fui comprar os panos, aí tinha uma pessoa recebendo pano lá na loja. Aí eu perguntei como é, (...) ele foi e disse *né*, que tinha esse programa. Aí eu perguntei onde era, ele falou que era lá dentro do mercado, eu fui lá (PP5, 2019).

Quando perguntadas se indicariam o Banco Rede Opala a algum amigo ou familiar, todas disseram que indicariam ou que já indicaram para amigo, parente ou vizinho. Só PP12 ficou reticente, porque associa a indicação à sua imagem pessoal caso o indicado não conseguisse honrar com seus compromissos. Explica:

[...] Eu não gosto de indicar porque eu tenho medo... vou dizendo logo, porque apesar de ser da família da gente, nem tudo é como a gente não... só tenho medo na hora de pagar, que eu indiquei pra uma ex cunhada minha, que hoje ela não é mais minha cunhada não, acho que ela foi uma das que não pagou. Aí eu não posso indicar assim não (PP12, 2019).

A partir dos relatos sobre como conheceram o banco comunitário, é importante destacar a importância da rede social formada para a atuação do banco e para a própria dinamização da economia. A partir das relações de proximidade e de confiança mútua entre as mulheres que tecem rede (artesanato em fio), se estabelece e/ou se fortalece as relações de confiança com os membros do Banco Rede Opala que, antes disso, são membros comunitários. Com esse contato, as tomadoras criam laços sociais e afetivos com o banco,

refletidos nas suas respostas quando dizem que já indicaram e indicam o Banco Opala para alguma pessoa próxima.

Ainda nas respostas quanto à indicação do Banco Rede Opala, é possível identificar um dos pontos de melhoria que sugeriram: a constância da oferta de crédito. Muitas relataram que tinham ido algumas vezes à sede do Banco e este estava fechado ou a oferta de crédito estava suspensa. Assim como PP1, PP6 demonstra essa insatisfação quando diz:

[...] Indicaria. Se ainda tivesse, acho que a gente tinha saído de lá não. Porque quanto mais a gente tem produto, o material, mais a gente tem produto pra vender, (...) (PP6, 2019).

Comentários e perguntas sobre se o Banco Rede Opala ainda funciona foram recorrentes. Destaca-se aqui que PP1 relata que fez o empréstimo do Crediamigo, porque o crédito do Banco Rede Opala estava suspenso. As falas abaixo apontam a interrupção das atividades do banco comunitário:

[...] ele vai voltar esse Banco Opala? Ele vai voltar, vai? (PP10, 2019)

[...] Se voltasse *né*, era muito bom, porque muita gente fala de fazer e aí num tá fazendo agora (PP3, 2019).

[...] quando eu procurei de novo o Banco Opala agora, depois que eu comecei a fazer de novo, a menina falou que não tinha mais. Não tava mais fazendo (PP1, 2019).

Por sua vez, PP7 relatou que às vezes a renovação do empréstimo demorava, porque o Banco estava esperando receber dos outros beneficiados para voltar a liberar crédito.

[...] Aí tinha época que passava dia, porque quando eles não estavam renovando porque estavam juntando, recebendo pra poder cobrir lá, que elas diziam *né*, que aí disse que o Banco era pequeno, a empresa é pequena (PP7, 2019).

Tais relatos refletem os desafios comumente enfrentados pelos bancos comunitários de modo geral. Dentre estes, a fragilidade na formação de fundos de recursos e a consequente interrupção da oferta de crédito. Rigo; França Filho; Leal (2015) discutem e afirmam que:

A construção do fundo de crédito, tanto no momento da sua criação quanto posteriormente, tem se mostrado insuficiente para manter a plenitude das ações destas organizações nos territórios. Tais dificuldades força-os a racionar ou, algumas vezes, interromper as concessões de crédito (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015, p. 103).

Segundo Nesol-USP; Instituto Palmas (2013), tal dificuldade na provisão regular de recursos é devida à ausência de marco legal para as práticas dos BCDs.

A constituição do fundo de crédito passa, assim, a depender da capacidade individual de cada BCD na captação de recursos ou na construção de parcerias

institucionais, situação inglória para uma série de novos BCDs que ainda não possuem maturidade institucional para tanto (FRANÇA FILHO, 2013a, p. 91).

Daí resulta outro desafio: a capacidade de mobilização local-comunitária para articulações institucionais com os poderes públicos locais e regionais, além de outras entidades potencialmente apoiadoras. “Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) devem ser capazes de se articularem com prefeituras e outras entidades regionais para potencializar sua capacidade de gestão dos recursos necessários ao cumprimento de suas atividades” (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, p. 92). No entanto, é um processo de aprendizado e amadurecimento lento, que requer uma ação permanente de apoio e formação.

É por meio de apoio institucional no âmbito de políticas públicas de finanças solidárias que Rigo; França Filho; Leal (2015) acreditam que os BCDs têm potencial de se tornarem mecanismos efetivos de enfrentamento da pobreza. Isto porque, no que diz respeito ao fundo financeiro para as operações de microcrédito, quanto mais recursos os bancos comunitários dispuserem, mais pessoas e empreendimentos serão beneficiados. Por conseguinte, a economia local será ainda mais fomentada, o que contribuirá para o desenvolvimento local. É o que demonstra a pesquisa realizada por Soares; Almeida (2019), na qual é encontrada forte correlação entre a disponibilidade financeira de bancos comunitários e a quantidade de operações financeiras realizadas.

Contudo, o objetivo dos bancos comunitários, tendo aqui o Banco Rede Opala como exemplo, não é tão somente a disseminação de microcréditos no território, mas o fomento à economia e ao desenvolvimento local de forma original (FRANÇA FILHO, 2013a). Isto se dá, por exemplo, por meio de articulação em rede de produtores e consumidores, relações socioeconômicas fora da lógica comum de mercado porque baseadas na proximidade, confiança e solidariedade, e com atuação pensada conforme particularidades do território e realidade de seus sujeitos (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015; FRANÇA FILHO, 2013a)

Como visto nesta sessão, frente ao desafio na formação do fundo de recursos financeiros para a oferta de microcrédito e fruto da capacidade de articulação institucional para firmar parcerias de apoios financeiros, no ano de 2018 o Banco Rede Opala fez um acordo de cooperação com órgão administrativo do governo do Estado do Piauí, a Secretaria de Planejamento (DOC. 30). Por meio deste, a linha de crédito para produção passou a ser operacionalizada pela agência de fomento Piauí Fomento. Tal parceria alterou sobremaneira

os mecanismos de oferta de microcrédito do Banco Rede Opala, aproximando-se das práticas comumente encontradas em instituições financeiras convencionais.

Buscando dar continuidade à oferta de crédito, tal parceria pode ter sido firmada diante da dificuldade na formação do fundo financeiro da linha de crédito. Ou seja, o banco comunitário pode ter enxergado nessa parceria uma boa oportunidade para evitar a interrupção dos serviços financeiros de oferta de crédito solidário. No entanto, conforme depreende-se dos termos do Doc. 30, ao mesmo tempo em que o banco consegue manter a oferta de crédito, mesmo que em formato impessoal e padronizado, arrisca cair no isomorfismo e se assemelhar às instituições financeiras tradicionais.

Destaca-se como um dos principais eventos que contribuíram para a limitação da atuação de bancos comunitários o enfraquecimento da atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES desde o governo Temer, e a consequente redução de políticas públicas no âmbito da economia solidária.

Para o avanço da análise proposta por este estudo, a sessão a seguir explica o funcionamento da modalidade de microcrédito tradicional, citando as instituições atuantes no território em tela.

6.2.2 O microcrédito tradicional atuante no município de Pedro II - PI

A partir das entrevistas com os tomadores de crédito, foram identificadas as instituições financeiras que oferecem crédito no território. Por praticarem metodologia distinta daquela dos bancos comunitários, são chamadas aqui de bancos ou instituições tradicionais, uma vez que seguem lógica diversa das finanças solidárias.

Quando perguntadas a respeito de oportunidades de acesso ao crédito na região, foram citados: Crefisa, Banco do Nordeste (Crediamigo, Pronafe, Agroamigo), Finsol, Banco do Brasil e Banco Bradesco. Como o Programa Crediamigo foi o mais citado dentre as demais instituições e o mais contratado pelos entrevistados, optou-se por destacá-lo nesta sessão.

“O Crediamigo é o maior programa de microcrédito produtivo e orientado da América do Sul”, é o que diz a página na internet²⁰ do Programa. Isto porque possui 475 postos de atendimento, mais de 2 milhões de clientes ativos, R\$ 9 bilhões aplicados em 2018, mais de 4 bilhões de empréstimos em 2018.

Ainda segundo informações coletadas na página do Programa, o Crediamigo é destinado a empreendedores individuais ou reunidos em grupo que atuam no setor formal ou

²⁰ Sítio do Programa Crediamigo: <https://www.bnb.gov.br/crediamigo>. Acesso em 03 de dezembro de 2019.

informal da economia. Ainda conforme informações da página, a atuação do Crediamigo consiste em:

- Atendimento, por pessoas treinadas, aos empreendedores formais ou informais, com o objetivo de efetuar o levantamento socioeconômico para definição das necessidades de crédito;
- Relacionamento direto dos agentes de microcrédito com os empreendedores, no próprio local de trabalho;
- Prestação de serviços de orientação sobre o planejamento do negócio.

O programa Crediamigo foi criado em 1998 e faz parte do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal. Para sua operacionalização, o Banco do Nordeste conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (Inec), uma instituição criada em 1993 pelos funcionários do Banco para realizar projetos voltados para a geração de emprego e renda. Em 2003, formalizada como OSCIP, celebrou termo de parceria para operacionalizar o programa Crediamigo, com atuação em todos os estados do Nordeste e norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Para contratar o microcrédito do Crediamigo é necessário: i) ser maior de idade; ii) ter ou querer iniciar uma atividade comercial; iii) ter faturamento de até 200 mil reais ao ano; iv) para crédito em grupo é preciso reunir um grupo de amigos empreendedores; v) para crédito individual é necessária a garantia de coobrigado²¹. Para tanto, além de serem coletados documentos pessoais de identificação do solicitante, é realizada uma visita do agente de crédito no seu local de trabalho com o objetivo de conhecer dados acerca do tamanho do negócio, possibilidade de expansão, capacidade de pagamento, total de dívidas, de faturamento, entre outros.

Por meio das entrevistas foi possível perceber que o Crediamigo é a fonte de crédito produtivo mais disseminado no território, sendo, muitas vezes, o primeiro tipo de microcrédito que as entrevistadas contrataram. Isso pode ser justificado por ser o principal programa de microcrédito produtivo orientado no Brasil, com mais tempo de atuação e com maior capilaridade em todo o país.

Quanto ao funcionamento do Crediamigo, além das informações apresentadas acima, foram obtidas informações a partir do relato de experiências das entrevistadas. As operações

²¹ Nesta modalidade, é preciso ter negócio próprio estabelecido há pelo menos 6 meses, com funcionamento e atividade regulares.

do Banco do Nordeste na cidade de Pedro II tem sede no Espaço Nordeste, localizado no centro da cidade.

Os valores liberados vão de R\$1.000,00 (um mil reais) a R\$3.000,00 (três mil reais). Para a liberação do crédito, foi relatado que dura em média seis dias, mas se entrar novo integrante no grupo, passa para 15 dias o tempo para o dinheiro estar disponível. A cada renovação é realizada visita ao local de trabalho do solicitante do crédito, como forma de acompanhamento do negócio e nova avaliação da capacidade de pagamento.

As entrevistadas PP8 e PP9 relatam que, por vezes, o agente de crédito recomenda com veemência que seja contratado uma quantia maior, mas que acabam decidindo tomar um valor mais condizente com sua realidade financeira. Este fato contradiz uma das características do microcrédito convencional apresentado no Quadro 1 – Características do Microcrédito, presente no Capítulo 2 do referencial bibliográfico. Conforme Barone *et al* (2002), o microcrédito tem como característica ser adequado ao negócio, na medida em que “o valor e a renovação dos empréstimos acompanham a capacidade de pagamento do tomador e o crescimento do negócio” (vide Quadro 1). E, por vezes, ainda relatam alguma dificuldade em honrar com os compromissos assumidos com o Crediamigo.

Assim, as entrevistadas PP10 e PP12 também demonstram cuidado e até certo receio com o crédito contratado do Crediamigo. Afirmam que tem mais “dor de cabeça” ou que se arrependeram de ter pegado o empréstimo, porque se sentem inseguras em não honrar o compromisso. As falas de PP10 e PP12 abaixo explicam:

[...] porque assim, quando a gente fica... quando pega um dinheiro, que tem muita coisa pra gente resolver, aí já dá uma confusão na cabeça da gente *né*... porque aqui é... tudo enquanto aqui é eu, meu marido é aposentado, não trabalha porque ele é doente... aí tudo enquanto aqui tem que ser eu, aí quando eu pegava um dinheiro que eu sabia que eu ia dividir nos dois Bancos, que era obrigado eu dividir *né*, aí a gente já ficava com aquela confusão na cabeça: Meu Deus, porque eu não fiquei só com um? Porque se eu tivesse ficado só com um Banco seria bem melhor, mas serviu. Do CrediAmigo a gente pegava o dinheiro, já fazia outras coisas *né*, já dava pra comprar os materiais *né* do artesanato... e o Banco Opala não, o Banco Opala ninguém pegava no dinheiro. Eu gostei... gostei mermo, que se o Banco Opala voltar eu vou de novo (PP10, 2019).

[...] Dá mais dor de cabeça. Já não vou nem fazer mais, vou só pagar esse ano aí... já encerrei minha carreira com o Banco do Nordeste. É porque tem vez que dá, tem vez que não dá pra gente pagar *né*. Porque quando meu esposo trabalha, já dá mais um pouquinho *né* e com o lucro que a gente ganha tem que comprar alguma coisa pra comer, tem as coisinhas de casa pra gente mermo, tem de higiene pra gente aí... acaba gastando, aí acaba não dando (PP12, 2019).

Tal avaliação da solicitação de crédito não é feito no posto de atendimento em Pedro II. Ao invés disso, é feita em Teresina, capital do Estado do Piauí, como relata PP6. Assim,

percebe-se que a decisão a respeito da liberação do crédito solicitado é delegada a terceiros distantes da realidade dos beneficiários em análise. Assim, percebe-se uma operação ampliada, padronizada e centralizada, sem dar autonomia aos territórios, exemplificando o que França Filho (2013a) denomina de relações “sócio-afastadoras”.

É possível tomar o crédito na modalidade individual e em grupo. No entanto, foi relatado pelas entrevistadas que, mesmo pra quem deseja pegar empréstimo individualmente precisa estar vinculado a um grupo. Conforme informações obtidas por elas, a participação em algum grupo é um “auxílio” para o empréstimo individual. Ou seja, o programa exige o aval solidário como garantia de adimplência mesmo em propostas de empréstimo individual.

O funcionamento do aval solidário é ilustrado nas respostas das entrevistadas. Os grupos são formados por pelo menos três pessoas, que geralmente se conhecem e foram indicadas entre si, normalmente parentes, amigos, vizinhos ou pessoas próximas. O cadastro, a visita do agente de crédito, a liberação e o pagamento são individuais. No entanto, dentre os membros do grupo é escolhido um coordenador que tem a função de gerenciar o pagamento, cuidando para que cada membro pague a sua parte. As entrevistadas relataram que, se pelo menos um membro não pagar, todos os demais são responsabilizados: seus nomes são incluídos nos órgãos de proteção ao crédito como inadimplentes.

A fala de PP8 ilustra como funciona o controle social dentro de grupos de aval solidário. Ela relata que é responsável por um grupo e que uma das componentes passou cinco dias sem pagar, sem nem mesmo justificar o atraso do seu pagamento. Por causa disso, afirmou que já planeja eliminá-la, porque todos os membros correm o risco de terem o nome negativado no SPC e/ou Serasa.

Braga (2011) destaca a importância deste mecanismo de controle social na oferta de crédito pelas organizações de microfinanças:

Na ausência de garantias formais, os mecanismos de reciprocidade, controle social e estímulos econômicos, além de normas específicas para o pagamento dos empréstimos, são instrumentos eficazes para a redução da assimetria de informações, controle da inadimplência e diminuição dos custos operacionais da transação financeira que envolva a população de baixa renda do setor informal (BRAGA, 2011, p. 63).

A forma como as entrevistadas relataram conhecer o programa Crediamigo também possui caráter social. Souberam da atuação do programa por meio de indicação de parentes, vizinhos ou amigos, bem como por reunião realizada pelos agentes de crédito no bairro ou comunidade. Ou ainda, por iniciativa própria, indo até o posto de atendimento do Banco do

Nordeste existente no município de Pedro II. Foi também desta forma que contrataram o serviço de microcrédito ofertado por este programa.

Em geral, as entrevistadas são satisfeitas com a experiência no Banco do Nordeste, com o Programa Crediamigo. Destacam os juros, o valor concedido, o prazo de pagamento e o relacionamento com os agentes de crédito como principais características do Programa. As entrevistadas consideram os juros baixos. Quanto ao relacionamento, algumas entrevistadas destacam o bom atendimento e as orientações gerenciais repassadas quando da visita do agente de crédito. A fala de PP6 exemplifica o sentimento das entrevistadas quanto ao Programa:

[...] E eles dão muita facilidade, eles explicam bem direitinho, eles vêm na casa da gente, eles vêm ver como é o produto que a gente faz. Eles dão até assim, as ideias pra gente vender o produto. Eles ensinam assim coisas boas sabe? Eles são muito atenciosos (PP6, 2019).

Quando perguntadas se indicariam o Banco do Nordeste para algum amigo ou familiar, a maioria respondeu afirmativamente. Três disseram que não precisava de indicação, ou porque o Crediamigo já faz o trabalho de captação ou porque todos na região já conhecem e, por isso, não há necessidade. Duas entrevistadas disseram que o Crediamigo é muito disseminado na comunidade:

[...] porque aqui todo mundo faz empréstimo lá (PP7, 2019);

[...] Porque aqui na cidade todo mundo faz, todo mundo... feirante, muitos comerciantes e tudo, eles fazem (PP8, 2019);

O que se percebe a partir do relato das entrevistas é que o microcrédito ofertado pelo Crediamigo é bem aceito e conhecido na comunidade. Uma justificativa pode ser a facilidade no acesso ao crédito devido aos mecanismos institucionais de operação, como os grupos solidários, o trabalho de orientação dos agentes de crédito, os juros baixos, o parcelamento facilitado e a facilidade na renovação.

A sessão a seguir tem o intento de reunir as informações das duas modalidades de crédito descritas, traçando semelhanças e/ou diferenças.

6.2.3 Microcrédito Solidário x Microcrédito Convencional

A principal diferença entre o microcrédito convencional e o microcrédito solidário é a forma de atuação no território. Enquanto as operações do microcrédito convencional são iguais em qualquer outro território, tendo funcionamento padronizado e em escala, as

finanças solidárias atuam de forma contextualizada ao local, atentas às necessidades, aos hábitos, aos objetivos de seus habitantes. No primeiro, o programa é modelado para o território; no segundo, o programa é pensado pelo território e para ele. Daí decorre o que França Filho (2013a) denomina de “relações sócio-afastadoras no plano espacial” – mantidas pelo microcrédito convencional – e de relacionamentos “sócio-aproximadores” intrínsecos ao funcionamento do microcrédito solidário.

Como exemplo de padrão sócio-aproximador, tem-se que o Banco Rede Opala cria uma terceira moeda de troca – além da moeda Opala e da moeda Real atuantes no território –, a nota de fornecimento. Tal instrumento intermedeia as relações entre os produtores e consumidores locais, aproximando-os e incentivando o consumo no território. Além disso, a linha de crédito “Casa Produtiva” (Quadro 6) na modalidade comum tem como exigência que o orçamento do material comprado seja realizado em empreendimento local cadastrado. Estes dois mecanismos fortalecem a economia local porque aproxima quem produz de quem consome, organizando-os numa dinâmica mais conhecida como rede de prossumidores.

Outro exemplo é a criação e a circulação da moeda social. Como relatado no Capítulo 3, apesar de a moeda social Opala não ser muito utilizada no território, é um instrumento que aproxima os moradores de uma comunidade, trazendo sentimento de pertencimento, de ajuda mútua, de confiança, além de contribuir com a economia local.

Ao contrário da moeda nacional, que tem relação de troca com moedas de outros países, a moeda local não tem validade alguma fora daquele espaço, o que significa que o seu uso tem que se dar ali, invariavelmente. Assim, em vez de realizar consumo e investimento em outros lugares, os detentores da moeda local a empregam na economia local, o que a favorece (MENEZES; CROCO, 2009, p. 373).

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) também contribuem para a economia local oferecendo linha de crédito para consumo, para compras ou pagamentos emergenciais e/ou cotidianos (contas de água ou luz, gás, alimento, remédios). O crédito nesta linha normalmente é dado em moeda social, porque objetiva o estímulo à economia local. Como o uso da moeda está restrita aos comerciantes e prestadores de serviços parceiros, tal limitação espacial se torna um mecanismo de conservação e ampliação da riqueza local. A linha de crédito para consumo estava ativa no Banco Rede Opala no início de sua criação, não sendo possível identificar na análise documental quando foi descontinuada.

Tais instrumentos são canais importantes de endogeneização da renda em âmbito local e inibidores do fenômeno do vazamento de poupança (FERREIRA JR *et al*, 2018), porque

As finanças locais permitem financiar uma imensa gama de iniciativas, dando origem às pequenas empresas, aos restaurantes típicos e à transformação dos produtos agrícolas locais, num processo que não é apenas econômico, mas também cultural e associativo. Elas possibilitam que uma região seja “dona” do seu território, com iniciativas próprias, criatividade e recursos próprios (DOWBOR, 2013, p. 26).

Porém, tais práticas, a despeito de estarem orientadas para o local, não devem ser entendidas como fechadas. Ao contrário, elas se estruturam em torno de necessidades territorialmente contextualizadas, adaptando-se também à realidade econômica geral e das parcerias que vão sendo estabelecidas (SILVA, 2017). Como concorda Zaoual (2006):

O todo é estruturado sob forma de um conjunto integrado, singular e aberto aos múltiplos ambientes (local, regional, mundial). Em qualquer nível, a menor perturbação ou mudança provoca reações em cadeia por meio das quais o sítio²² busca recompor-se, integrando ou neutralizando a entidade intrusa. (...) Aqui, os comportamentos “econômicos” são moldados no sítio e pelo sítio, o que lhes dá o caráter de construções sociais contextualizadas. O sítio cria seu mundo, organiza-o e se organiza no mesmo movimento. Trata-se de um fenômeno de auto-organização (ZAOUAL, 2006, p. 32).

O mesmo autor ressalta a importância das práticas econômicas locais em lugar da homogeneização, unificação e padronização propostas pela globalização e seu modelo de economia global. Porque “a imposição de categorias econômicas e sua separação total das crenças e da história de um sítio levam ao fracasso” (ZAOUAL, 2006, p. 28). Ancorado nessa reflexão retoma-se e confirma-se a discussão anterior: o microcrédito voltado para as especificidades do território e de seus atores tem uma precedência no alcance do desenvolvimento.

Como exemplo de padrão sócio-afastador, tem-se que as solicitações de crédito de moradores de Pedro II no âmbito do Crediamigo são analisadas em município diverso, pois são centralizadas em Teresina, capital do Piauí. Ou seja, as pessoas que decidem quanto à liberação do crédito não tem qualquer contato com os solicitantes, além de estarem alheias à realidade e à dinâmica local. Nem mesmo o dinheiro liberado é pego no município do tomador. PP3 relata que todos precisam ir a Piripiri²³.

Enquanto que no Banco Rede Opala, como em qualquer outro banco comunitário, aqueles que decidem sobre a liberação do crédito são membros da comunidade, porque uma das principais características do banco é a gestão comunitária. Como afirma Melo Neto

²² O autor utiliza a terminologia “sítio” como sinônimo de território, local.

²³ Município que fica a cerca de 50 km de Pedro II. A unidade Piripiri agrega três postos de atendimento: unidade Piripiri, unidade Pedro II e unidade Piracuruca (Fonte: <https://www.bnb.gov.br/crediamigo/rede-de-atendimento>). Acesso em 17 fevereiro 2020.

Segundo e Magalhães (2006, p. 27), “engajar pessoas da própria comunidade nas atividades do BCD não é opcional, é essencial. Os comunitários devem estar em todos os níveis de gestão do Banco (...)”.

Do mesmo modo, Nesol-USP; Instituto Palmas (2013) explica que a proximidade entre os membros do banco e os clientes implica que as tomadas de decisões institucionais refletem as reais necessidades da comunidade. “Destaca-se aqui, que o caráter local da instituição e a gestão comunitária do BCD se mostraram uma característica importante de diferenciação com relação a outras instituições de microfinanças” (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, p. 119).

É por não ter caráter local que o valor liberado pelo Crediamigo, por vezes, parece não refletir as condições e realidade financeira de seus beneficiários. Isto pode ser percebido na fala de algumas das entrevistadas. Ao mesmo tempo em que o valor tomado dá maior liberdade de consumo (tanto no que diz respeito ao montante em dinheiro, quanto ao local de compra), as entrevistadas se mostram, eventualmente, inseguras quanto à capacidade de pagamento. Por outro lado, se sentem mais seguras em pagar o crédito do Banco Rede Opala, como retrata a fala de PP10:

[...] aí eu achei que era em conta eu pegar porque eu pegava e pagava as parcelinhas de 50, pegava 250... aí eu ficava pagando durante cinco meses *né*, aí eu gostava disso aí... gostei mesmo, porque naquele mês, mesmo que a gente não vendesse nada, a gente podia fazer outra coisa *nera*? E arrumava aqueles pra pagar... e que eu tava até pensando de aumentar *né* (PP10, 2019).

A despeito de ambos estarem voltados para um público-alvo considerado de baixa renda, o microcrédito convencional acaba seguindo os mesmos critérios de concessão de empréstimos praticados pelas instituições financeiras tradicionais. Em consequência, geram um novo tipo de seletividade do seu próprio público-alvo, pois, na prática, dentre o público de baixa renda, aqueles de “baixíssima renda” não conseguem se enquadrar aos critérios de mercado (FRANÇA FILHO, 2013a). Ou seja, para a concessão e cobrança de empréstimos, enquanto o microcrédito convencional lança mão de dados formais como os contidos em órgão de proteção ao crédito, a exemplo de SPC e SERASA, os bancos comunitários utilizam mecanismos de controle social:

Um BCD considera o cadastro formal do tomador de empréstimo apenas um registro para o conhecimento da sua vida na comunidade. O agente de crédito do banco consulta assim a rede de relações de vizinhança como fonte de conhecimento. Por sua vez, a cobrança de crédito passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original: são os próprios moradores

do território que passam a ter a função de estabelecer mecanismo de pressão moral junto aos demais (FRANÇA FILHO, 2013a, p. 51-52).

No caso do Banco Rede Opala, apesar de estar entre os critérios de acesso às linhas de crédito “Casa Produtiva” e “Economia Popular” não conter restrições no SPC e Serasa – como informa o Quadro 6 -, há certa flexibilidade quanto ao pagamento em atraso e à negativação de seus beneficiários. O caso de PP7 permite perceber isso. Ela relata que está inadimplente com o Banco Rede Opala há cerca de um ano e nunca teve seu nome negativado. PP7 também conta que já esteve inadimplente no Banco Rede Opala, mas quando foi quitar não incidiu juros:

[...] Mas quando eu ia pagar, aí eu levava já, porque o outro tinha juro *né*, aí no começo eu levava o dinheiro, mandava elas cobrarem os juros, aí as meninas diziam: ‘Não, aqui não tem juro não, você não vai pagar juro não’. Porque também era pouco tempo *né*, num era muito tempo e aí nunca elas cobraram juros (PP7, 2019).

Por outro lado, esta mesma entrevistada disse que não deixa de pagar o empréstimo que fez no Crediamigo e que, para isso, recebe ajuda de seu filho. Isto porque, como enfatiza PP8, se ao menos um membro deixar de pagar o Crediamigo, todo o grupo vai para o SPC/Serasa.

Este relato retrata a forma original de atuação dos bancos comunitários. Para além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas por cada banco, o maior objetivo e compromisso destas organizações de finanças solidárias é com a construção de redes locais de economia solidária por meio da articulação de produtores e consumidores locais. Abstendo-se, para isso, de multa por atraso, juros, negativação do cadastro dos inadimplentes, consequências comuns nas instituições convencionais para quem não paga ou atrasa o empréstimo. É o objetivo social prevalecendo sobre o objetivo financeiro.

Quando perguntadas qual banco escolheria, seis disseram que preferiam o Banco Rede Opala e seis gostariam de fazer no Crediamigo. Aquelas que preferiram o banco comunitário dizem que o fizeram pelo valor da parcela mensal, porque gostam do atendimento (agente de crédito), por conta dos juros baixos, porque já conhecem seu funcionamento, entre outros. E ainda, PP2 diz que o novo formato do microcrédito oferecido pelo Banco Rede Opala é mais atraente, porque pode obter um valor maior. A entrevistada se refere ao acordo de cooperação firmado em 2018 entre o Banco Rede Opala e a agência de fomento Piauí Fomento.

As falas a seguir exemplificam as justificativas de escolha pelo Banco Rede Opala:

[...] Só em um? Não poderia ser os dois? Acho que hoje, agora... (...) se lá eu pudesse fazer um valor maior que ficasse um valor menor na prestação pra eu pagar, eu faria lá no Banco Opala. (...) E eu gosto muito da Fernanda²⁴ também. A Fernanda é uma pessoa simpática. Não é minha amiga, mas ela é uma pessoa simpática que passa muita coisa boa. Só no sorriso dela já diz tudo pra gente, aí isso me conquista muito (PP1, 2019);

[...] Eu acho *mais ante* ficasse no Banco *de* Opala mesmo, que eu tinha mais costume *né* (PP4, 2019);

[...] É esse aí que não tinha juro. Nesse banco aí, do Opala (PP7, 2019);

[...] Ah, porque eu gostei demais dele (PP10, 2019);

[...] Assim, por isso *né*, porque a gente pega as coisas pra trabalhar e aí o que a gente faz é da gente, paga, vai pagando a parcelinhas poucas... e é isso (PP11, 2019).

Dentre as que preferiram o Crediamigo, a maioria o fez porque o montante normalmente liberado lhe dá maior liberdade de compra. Ainda, PP3 relata que a forma de pagamento é uma vantagem superior em relação ao banco comunitário, enquanto PP12 fala que prefere o Crediamigo porque não há interrupção da oferta de crédito. As respostas abaixo exemplificam a preferência por esta modalidade de crédito:

[...] Se tivesse eu não pegaria do Opala porque é pouco. É pouco demais e é como eu já lhe falei, não dá pra gente comprar o material todo, do jeito que a gente quer, a gente compra do nosso jeito no outro *né* (...). É, *nós preferia* o Crediamigo (...) (PP6, 2019).

[...] Melhor o CrediAmigo. Assim, porque lá o CrediAmigo você faz o que, de 3.000. Você pode fazer o tanto que você quiser *né*, a partir de 2.000 você pode fazer no CrediAmigo (PP8, 2019).

[...] Porque é melhor. A pessoa faz do tanto que quer... (PP9, 2019)

[...] Eu que ficaria mesmo com o do Nordeste *né*, que é direto mesmo, o do Opala... tá com o quê? Mais de um ano que acabou. E o do Nordeste acho que não para não, é direto mesmo (PP12, 2019).

A entrevistada PP5 disse não ter preferência por nenhum dos dois tipos de microcrédito.

[...] Não... Pra mim, se eu fosse fazer tanto fazia ser em um como no outro. Não tinha escolha, olha assim eu só acho melhor esse ou só esse, não (PP5, 2019).

Importa destacar que a liberdade - ou a limitação - no uso dos dois tipos de crédito analisados podem ser entendidos como uma vantagem, por um lado, mas também como uma desvantagem por outro. Quanto ao crédito do Banco Rede Opala, a aparente desvantagem

²⁴ Fernanda era a agente de crédito do Banco Rede Opala, responsável por fazer o cadastro de solicitação de crédito e quem tinha o primeiro contato com as tomadoras de crédito.

na restrição do uso da nota de fornecimento somente em comércios da região parceiros do Banco é, na verdade, uma prática que lhe confere um caráter de inovação social. Isto porque, ao limitar a circulação do dinheiro somente no município, contribui para o desenvolvimento local, fomentando e dinamizando a economia do território. Do outro lado, a aparente vantagem na liberdade de utilização dos recursos oferecidos pelo Programa Crediamigo de qualquer produto e em qualquer estabelecimento, cidade, região, país que o tomador queira, pode encobrir a possibilidade da fuga de recursos para outras regiões, podendo incorrer no baixo aproveitamento desses recursos na economia local.

Não obstante, foram percebidas algumas semelhanças entre os dois tipos de microcrédito aqui analisados. Destaca-se a forma como as pessoas sabem de sua existência. Tanto os tomadores de crédito do Banco Rede Opala quanto os beneficiários do Crediamigo, normalmente sabem da oportunidade por meio de amigos, parentes, vizinhos. Sendo este o motivo por que decidem contratar o crédito: a confiança. Também, a utilização do mecanismo aval solidário, como um controle social feito pelo próprio grupo de tomadores de crédito, está presente nas duas instituições de microcrédito.

França Filho (2013a) alerta que, de fato, dentro da perspectiva de mercado o microcrédito convencional supostamente se assemelha ao microcrédito ofertado pelas finanças solidárias, aqui reconhecidas também como microcrédito solidário. Haja vista que ambos estão voltados para operações financeiras de pequena monta e que têm como público-alvo a população de baixa renda. No entanto, este autor convida para uma percepção mais ampliada do microcrédito, para além da lógica e princípio mercantil. É fora desta esfera onde são encontradas as particularidades que fazem das finanças solidárias uma ferramenta mais adequada à realidade e necessidades da população mais pobre. Isto porque as finanças solidárias

São uma manifestação da sociedade, e mais particularmente, elas representam uma emanção de formas próprias de auto-organização coletiva encontrada por diferentes populações e/ou grupos organizados nos seus respectivos territórios ou comunidades para fazer a gestão dos seus próprios recursos econômicos com base em princípios de solidariedade, confiança e ajuda mútua (FRANÇA FILHO, 2013a, p. 41).

No entanto, o mesmo autor chama a atenção para que, nesta comparação, seja evitado qualquer tipo de juízo de valor sugerindo a superioridade de uma lógica sobre a outra. Na verdade, o grave engano consiste em pensar que todos os mecanismos institucionais devem necessariamente caminhar na direção do mercado, segundo uma crença que considera sua superioridade frente às demais formas de economia. “É precisamente esta crença que

inviabiliza a nossa capacidade de pensar soluções em matéria de desenvolvimento local que potencializam as finanças solidárias” (FRANÇA FILHO, 2013a, p. 42).

Como apresentado nesta sessão, dentro das particularidades de atuação de cada um dos dois tipos de microcrédito analisados existem semelhanças e diferenças. Continuando na análise comparativa entre estes dois tipos de microcrédito, o tópico a seguir apresenta a percepção das entrevistadas quando à contribuição destes para suas atividades produtivas e projetos de vida.

6.3 Contribuição do microcrédito para o desenvolvimento das atividades produtivas e dos projetos de vida

A média de idade das entrevistadas é 54 anos. Todas vieram de uma família em que o pai ou era lavrador ou era garimpeiro de Opala e as mães artesãs – faziam rede, crochê, tapetes. Normalmente, quando mais jovens, moravam com os pais em alguma comunidade do entorno de Pedro II, na zona rural. Algumas delas, somente na idade adulta migraram para a zona urbana. Ainda crianças, tinham que ajudar no sustento da família, aprendendo desde cedo com suas mães a tecer rede. As falas de PP3, PP4 e PP9 retratam isso. Quando perguntadas há quanto tempo estão nessa profissão, responderam:

[...] Desde quando eu nasci, me entendi no mundo, já foi nessa profissão (PP9, 2019).

[...] *Mermã...* desde quando eu me entendi no mundo, foi nesse trabalho (PP3, 2019).

[...] Foi desde do início da minha mãe, que ela trabalhava também *né* e a gente começou ver e começou fazer *né*, desde 8 anos de idade (PP4, 2019).

No entanto, PP7 conta que aprendeu a tecer rede com uma vizinha, porque seus pais eram lavradores. Quando saiu de uma comunidade da região, chamado Alto Belo e foi morar no município de Pedro II, não conhecia nada dessa atividade de artesã, nem de qualquer outra. Assim, uma vizinha lhe ensinou o ofício sendo ele, até hoje, sua fonte de renda, além da aposentadoria que recebe atualmente. PP7 conta que faz rede há cerca de trinta anos.

A maioria delas é casada, com filhos e com fonte de renda mista. Além da renda com o artesanato, algumas recebiam benefícios sociais (aposentadoria ou Bolsa Família). Enquanto que PP8, tira seu sustento de uma lojinha de variedades que mantém no Mercado do Artesão de Pedro II. Lá, além de vender artesanato (rede) feito por ela, vende tapetes, peças íntimas e roupas. Explica:

A minha fonte renda é o seguinte, eu sou microempreendedora *né*, tenho uma loja, uma *mini loja né*, mas é de lá que... eu não vou me reclamar *né*, com a crise que a

gente vive passando, é de lá que eu vivo me mantendo. (...). É loja de artesanato e tenho várias outras peças *né*, peças íntimas, roupas... porque se você for viver só de artesanato aqui não dá, então eu resolvi botar um diferencial *né*, um pouco de cada. Cada coisa botar um pouquinho (PP8, 2019).

E PP1, que além de ainda tecer rede, complementa a renda familiar fazendo e vendendo bolos e salgados. Ela explica que a confeitaria é a sua atividade principal, mas que quando as vendas estão fracas também faz rede para incrementar a renda. E PP2 diz que trabalha com artesanato, mas que a principal fonte de renda da família é proveniente da ocupação do marido.

Já PP4, PP6, PP9 têm como única fonte de renda o artesanato de rede. PP6 conta que em Pedro II essa é a principal atividade produtiva, uma tradição e que toda sua família tem esse ofício. Na sua fala:

É. Nunca acaba, graças a Deus. É o meio de vida da gente daqui. A gente faz, ganha *poquin* mas... (...) Não acaba nunca, desde que a minha mãe era pequena trabalha nisso (PP6, 2019).

Conta ainda que, apesar de as vendas estarem “devagar”, conseguem vender o ano inteiro, sendo o melhor período de vendas o início do ano, nas festividades da cidade. É o que a fala de PP4 também revela: ela diz que no Festival de Inverno vendeu bastante. O Festival de Inverno é uma das principais festas de Pedro II, com duração de quatro dias e uma programação cultural ampla: tem apresentações de bandas nacionais, regionais e locais, além de feiras de artesanato e de outras produções e atividades locais.

A maioria das entrevistas foi realizada no ambiente de trabalho das tomadoras de crédito que, quase sempre, era também suas casas. Era comum encontrá-las junto a outras artesãs trabalhando em conjunto. Foi o caso de PP5 que, na ocasião, estava com mais mulheres fazendo rede na calçada de sua casa. Ela explica que a produção e a venda são independentes, mas que uma ajuda as outras quanto ao insumo:

[...] Cada uma tem suas vendas é, suas coisas separadas, mas na hora da gente precisar de algo se uma tiver a outra ajuda a outra (PP5, 2019).

Do mesmo modo, PP6 trabalha junto com a irmã. Na verdade, na busca por uma delas, uma vizinha informou que ela costumava passar o dia na casa da mãe. Chegando lá, as duas irmãs estavam tecendo rede logo na entrada da casa. Desse modo, PP6 representa a percepção de duas irmãs artesãs. Mas elas não trabalham sozinhas. Amigas, vizinhos e parentes costumam se juntar a elas para realizarem a mesma atividade produtiva.

[...] Tem a minha cunhada, tem é muita gente. As *amiga tudo* se reúne aqui, os *vizin* aqui... todo mundo trabalha com artesanato (PP6, 2019).

E também explica que todo mundo trabalha junto, compartilhando o mesmo espaço e alguns insumos de produção quando necessário, mas cada um tem uma clientela própria. Caso uma delas não consiga atender algum cliente, ou seja, não dispor de rede pra vender, acaba indicando uma dessas artesãs com quem trabalha. A fala a seguir retrata este funcionamento.

[...] Cada um tem seus clientes... É... às vezes eu não tenho, mas ela tem. Aí é assim, a gente faz essa... Se eu não tenho e ela tem, aí eu cedo a vaga pra ela. É assim. É... uma cooperativa assim. Era tão bom se tivesse uma cooperativa aqui de novo. Um tempo teve uma cooperativa, era bom... (PP6, 2019).

PP6 informa que a cooperativa acabou, porque a “chefe” havia falecido e que o material pertencente à organização ficou com um membro, que montou uma loja. Ela conta, com tom de lamentação, que os membros da cooperativa não sabiam do que se tratava, não tinham informação acerca desta modalidade de organização, tampouco de seus valores inerentes.

Como é possível observar, todas as tomadoras de crédito são artesãs, notadamente artesanato de rede e tapete, sendo esta a finalidade apontada por elas no momento da contratação do empréstimo tanto do banco comunitário quanto do Crediamigo. A fala de PP10 retrata isso quando perguntada sobre a finalidade do empréstimo:

[...] Pra mesma coisa. Eu comecei primeiro com o Opala *né... aí* que tem aqui umas amigas minhas que *fez* com o Banco do Nordeste, *aí* elas formam um grupo *né*, *aí tava* faltando uma pessoa, *aí* eu encaixei nesse grupo. Por isso que fiz nesse Banco do Nordeste, mas pra artesanato também *né*, pra uma coisa só (PP10, 2019).

No entanto, PP1 diz que, apesar de ter pegado empréstimo inicialmente no banco comunitário para investir na sua produção de rede, em dado momento utilizou o crédito do Crediamigo para sua atividade de confeitaria. Ela explica porque:

[...] Porque quando eu procurei de novo o Banco Opala agora, depois que eu comecei a fazer de novo, a menina falou que não tinha mais. Não *tava* mais fazendo. (...) Não tinha, *aí* fiquei parada, *aí* minha cunhada foi e me disse que fazia no CredAmigo e entrei no grupo dela, que ela tem lá (PP1, 2019).

Quando perguntadas se estão satisfeitas com suas atividades produtivas, todas responderam afirmativamente e disseram que pensam em alguma melhoria para o negócio. Enquanto algumas não tinham um plano definido, outras sonhavam com uma expansão dos negócios. É o caso de PP1 e PP2, que têm sonho de ter um ponto de venda para sua produção:

[...] Meu sonho, meu sonho é um dia montar minha lanchonete e estruturar minha cozinha pra *mim* trabalhar melhor (PP1, 2019).

[...] Sim, eu tenho muita vontade de montar uma lojinha voltada pra essa questão de bebê, porque como eu faço mais só por encomenda... *ai* eu queria montar, quem sabe daqui pra frente, uma lojinha com essa parte de bebê (PP2, 2019).

Para tanto, dizem que vão precisar de empréstimo. E ainda, falam que se não existissem ofertas de crédito no município, suas atividades produtivas estavam comprometidas.

[...] Se não tivesse seria mais devagar. Seria mais devagar, porque o empréstimo dá um empurrão e tanto pra você comprar material pra trabalhar (PP1, 2019).

[...] Ficaria difícil. Porque dinheiro a gente não guarda *né*, aí ia ter que ir pra base do... comprar material fiado pra quando vender ir pagando aos poucos, mas como tinha esses bancos a gente prefere mais buscar esses bancos do que pegar fiado e... porque a gente pode comprar o material *todin duma* vez e pagando as parcelas. Se torna bem mais fácil, você não fica preso aquela pessoa lá, a ir comprar só o que ele tem. E com o dinheiro na mão, você pode buscar, se aqui não tem aquela coisa, a gente pode buscar em outra. A facilidade é bem mais, mais interessante *né* (PP2, 2019).

PP7 enfatizou que se não tivesse oportunidade de tomar crédito na sua localidade, não trabalhava. Do mesmo modo, PP10, PP11 e PP12 concordam:

[...] Eu digo que tinha quase se acabado, porque... *né*, porque se não vier um dinheiro assim, não tem como aumentar não. Só se vender alguma coisa, e se não tiver nada pra vender também, *né?* (PP12, 2019).

[...] Aí era *mais* ruim, porque não tinha pra onde a gente correr *né*. Ajuda, ajuda muito esses empréstimos. E ajuda, de qualquer maneira esses empréstimos ajuda a gente (PP10, 2019).

[...] Agora aí era só esperar mermo ou então *caçar* outro serviço *né*, mais difícil, que a gente não sabe fazer. Que o que eu sei fazer é isso, rede e tapete (PP11, 2019).

Para conhecer a percepção das entrevistadas quando à contribuição individualizada dos empréstimos disponíveis, foi perguntada qual a contribuição do Banco Rede Opala e do banco convencional para suas atividades produtivas e projetos de vida. De modo geral, responderam que as duas instituições contribuíram de modo semelhante, pois proporcionaram mais trabalho, com aumento da produção e, conseqüentemente, incremento da renda familiar. As falas abaixo retratam isso:

[...] Não, pra mim foi igual os dois. Eu não sei qual é a diferença dum pro outro não (PP10, 2019).

[...] Não, pra mim os dois me ajudaram (PP11, 2019).

No entanto, PP4 respondeu que o Banco Rede Opala contribuiu para sua vida pessoal porque:

[...] foi o único que... eu fui lá e... eu cheguei lá, falei pra menina, ela me levou logo lá rapidinho *né*, num perguntou nem quem... assim, acho que conhece a gente

né, aí já levou lá, já me entregou logo o material... e eu vim muito feliz *né* (PP4, 2019).

Por outro lado, PP2, PP5, PP6 e PP9 disseram que, individualmente, o Banco Rede Opala contribuiu pouco, por conta de o valor emprestado ser baixo e que, com o empréstimo tomado na instituição financeira convencional, foi possível aumentar mais a produção e ainda contribuir para outros objetivos de vida. De fato, PP1, PP7 e PP11 também disseram que utilizaram o crédito tomado no Crediamigo para gastos diversos, que não insumos de produção: reforma de casa, mantimentos, medicamentos, móveis para a casa e/ou local de trabalho, entre outros.

Esta maior liberdade no uso do crédito ofertado pelo Crediamigo se configura como um desvio de finalidade, o que pode levar ao beneficiário um risco maior de inadimplência. Isto porque, como apresentado no Quadro 1- Características do Microcrédito, segundo Barone *et al* (2002), o microcrédito se destina a atividades produtivas e não ao consumo.

Assim, a oportunidade de acesso ao crédito permitiu às entrevistadas experimentar uma melhoria na qualidade de vida pessoal e familiar, principalmente a partir do aumento do poder de compra. Com os empréstimos tomados, puderam investir nas suas atividades produtivas, mas também puderam consumir itens que não de produção. Tal incremento na dinâmica financeira dos sujeitos trouxe mudanças importantes. A fala de PP10 exemplifica a percepção das demais respondentes:

[...] Mudou mais que eu trabalho mais *né*, porque antes *deu* fazer esses empréstimos eu já trabalhava, mas num era tanto assim como eu trabalho agora porque a gente mermo não podia comprar assim avulso *né*... aí não, a gente pega um dinheiro desse aí, a gente tem que trabalhar muito mesmo pra poder dar conta, aí eu acho que mudou. Qualquer coisa que a gente faz, muda a vida da gente *né*, porque tem que fazer é subir mermo, *né* descer não (PP10, 2019).

A oportunidade de acesso ao crédito é algo valorizado pelas entrevistadas, porque permite que sua produção aumente, o que aumenta também a renda familiar, contribuindo, por sua vez, para a melhoria da qualidade de vida e o alcance de objetivos pessoais e de vida. A fala de PP1 é enfática quanto à importância que o acesso ao crédito teve na sua vida, porque lhe possibilitou:

[...] A comprar minhas coisas que eu tinha vontade de ter. A comprar uma mesa *pra mim* trabalhar, a cobrir o meu sofá que era velho, hoje estão novos, a não deixar faltar comida na minha mesa, que as vezes eu passei mais de cinco anos comendo porque os outros me *dava*... junto com meu esposo. Foram momentos difíceis, mas que hoje eu superei... valeu a pena. Agradeço a Deus por ter passado por esse momento e tá aqui (PP1, 2019).

Do mesmo modo, PP12 diz:

[...] Antes ninguém podia querer comprar... ninguém comprava nada *né*, porque se quisesse conseguir alguma coisa, tinha que ficar só na vontade mesmo, aí *nós* trabalhando... é só juntar dinheiro pra comprar alguma coisa (PP12, 2019).

Assim, dispor de crédito no território, além de aumentar o consumo e o poder de compra de seus tomadores, proporciona um sentimento de superação, realização, sucesso. Com isso, contribuem para a permanência de suas atividades produtivas e o fortalecimento da identidade e cultura local de produção de redes. Não à toa, Pedro II, além de conhecida com a terra da opala, também é famosa pela qualidade de seu artesanato, notadamente de redes.

Como apregoa Nesol-USP; Instituto Palmas (2013):

(...) muito dinheiro na mão de poucos cria o caos, enquanto que pouco dinheiro na mão de muitos gera resultados impressionantes em termos de progresso social e econômico. Numa visão estritamente econômica, para aqueles que não têm quase nada, uma pequena quantia em dinheiro faz uma grande diferença em termos de saúde, educação das crianças e melhores condições de produção (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, p. 37):

De modo mais amplo, será se o microcrédito ofertado no território contribui também para o desenvolvimento local? No tópico a seguir são apresentadas as percepções dos sujeitos de modo a responder esta pergunta.

6.4 Contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local

Utilizando a discussão sobre desenvolvimento local trazido no Capítulo 4, foi analisada as percepções das respondentes sobre a contribuição dos dois tipos de microcrédito para este fim.

Assim, de modo a captar a percepção dos tomadores de crédito quanto à contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local, foi investigado junto a estes sujeitos se conhecem outras pessoas que tomaram empréstimo no banco comunitário ou na instituição convencional; como percebem a contribuição destas organizações para o desenvolvimento local; e, por fim, se participam de algum tipo de organização ou movimento social ou, ainda, de alguma rede de comercialização, produção e consumo.

Todas as entrevistadas disseram conhecer alguém que também haviam contratado empréstimo tanto do microcrédito solidário quanto do microcrédito convencional. Em sua maioria, eram parentes, vizinhos, amigos ou artesãs com quem trabalhavam em conjunto.

Quanto à contribuição do Banco Rede Opala para o desenvolvimento local, a maior parte das entrevistadas respondeu que o microcrédito solidário é importante, porque dá a oportunidade aos seus beneficiários de incrementar ou obter renda. As falas de PP1 e PP5

retratam essa percepção. Para elas, o microcrédito do banco comunitário de Pedro II contribui para o desenvolvimento local, porque:

[...] *E as que não tinha* acesso, sabia trabalhar, mas não tinha como comprar o produto. E o Banco Opala ofereceu, não dava o dinheiro, mas oferecia: ‘vamos você faz o empréstimo aqui’, e a pessoa já ia direto lá onde comprava o fio ou pano, o que fosse fazer (PP1, 2019)

[...] As pessoas que não *tinha* nenhuma renda, aí começa a trabalhar com *as redezinhas*, aí vai vendendo e vai... (PP5, 2019).

PP1 ainda acrescenta que o crédito oferecido no Banco Rede Opala trouxe oportunidade de melhoria produtiva aos seus tomadores. Quando perguntada se o banco contribuiu para o desenvolvimento local, disse:

[...] Acho que sim, porque quase todo mundo que a gente *ouça* assim, de vez em quando a gente tá num lugar, fala: ‘Ah eu fiz um empréstimo no Banco Opala’, ‘Ah hoje eu faço rede porque eu fiz empréstimo’, ‘ah eu *tô* vendendo um tapete porque eu fiz um empréstimo no Banco Opala’, então acredito que mudou a vida de muita gente aqui na cidade (PP1, 2019)

Do mesmo modo, PP6 enfatiza que o Banco Rede Opala é importante não apenas para os artesãos tomadores de crédito, mas também para os comerciantes parceiros. Sua percepção é que:

[...] Eu acredito que aquele pessoal lá do mercado achava muito bom. Todo mundo mexe com isso. É muita gente, que às vezes tinha cinco ou seis pessoas recebendo aquele material, e os comerciantes achavam bom demais. Porque pagando logo ali com dinheiro, a moça já escolhe aquela loja que vai comprar... já tem aquela loja certa que ela já dá o *palpezin* ali pra gente, a gente já vai lá naquela loja. Só em material, a gente não pega no dinheiro (PP6, 2019).

Segundo a percepção da maioria das entrevistadas, as pessoas que conhecem e que já tomaram empréstimo no Banco Rede Opala gostaram da experiência, porque muitas delas costumavam renovar. PP10 destaca como um dos motivos de ter gostado de tomar crédito neste banco é que o valor da parcela do empréstimo é fácil de pagar. Assim, também acredita que as demais pessoas percebem o mesmo:

[...] O mesmo caso que eu ter lhe falado *deu* ter gostado, porque... é a facilidade da gente pagar, *num é?* A quantia que a gente faz é só *mermo* de 250, *foi todas* que fizeram e aí... no mês a gente arruma com facilidade os 50 pra pagar (PP10, 2019).

Por outro lado, PP2 também cita o valor liberado pelo Banco Rede Opala, mas ressaltando que não é suficiente para suprir as necessidades das pessoas e que, por isso, acabam buscando, assim como ela, empréstimos em outras instituições financeiras atuantes no território:

[...] Assim, é como... eu acho que pra eles é a mesma experiência que eu tô lhe colocando, como do Banco Opala já é bem menor o valor eu acho que pra suprir a necessidade deles também, eu acho que eles pegam outros Bancos... como têm os outros que fornecem, que é a FINSOL, o CrediAmigo, eu acho que eles devem pegar nesses outros Bancos também (PP2, 2019)

De modo mais amplo, PP2 concorda com esta percepção, pois observa que os empréstimos disponíveis na cidade de Pedro II, quer seja o oferecido pelo banco comunitário quer seja o dos bancos convencionais, contribuíram para o aumento e diversificação do comércio local. A respeito do Banco Rede Opala, PP2 afirma que muitas pessoas se desenvolveram a partir do microcrédito solidário e que, por isso mesmo, acabam renovando o empréstimo. Do mesmo modo, os bancos convencionais contribuem para o desenvolvimento local. Na percepção de PP2:

[...] Eu acho que sim, porque tem muita gente que... Às vezes têm uns que tinham um comércio pequenininho, depois que começou a pegar esses créditos, eles cresceram bem mais. Já *teve deles* que já até se expandiu, já montaram outras filiais e tudo... e têm pessoas que *tão* crescendo cada dia mais na cidade (PP2, 2019).

Assim, PP8 concorda que o Crediamigo ajuda muito as pessoas em dificuldades financeiras, apesar da burocracia que tem. PP8 diz:

[...] Eu acho essa mesma coisa que eu *tô* lhe falando *né*, que ele ajuda muito as pessoas. Ele ajuda muito, porque você tá sem dinheiro e você vai lá, mesmo que naquela 'democracia' toda, mas você acaba fazendo aquele empréstimo, acaba investindo e assim vai (PP8, 2019).

De fato, os bancos convencionais também contribuem para o desenvolvimento local na medida em que o montante normalmente liberado dá maior liberdade e poder de compra. É o que percebe PP3, que se mostrou reticente sobre a contribuição do Banco Rede Opala, mas, quando perguntada a respeito da contribuição do Crediamigo foi mais enfática e entusiasmada. Disse que o fato de o valor tomado pelos beneficiários do Crediamigo ser maior ajudou bastante gente.

A liberdade concedida pelo empréstimo do Crediamigo é relatada por PP1, PP7 e PP10. Elas afirmam que é possível utilizar o dinheiro tomado neste programa para outra finalidade que não a compra de insumos de produção, como pagamento de contas, compra de ração para criação de bichos, mantimentos para casa, entre outros. O que incorre em desvio de finalidade do crédito, contrariando uma das características trazidas pelo Quadro 1, baseado em Barone *et al* (2002). E mais, ainda nega o que preconiza a atual lei do PNMPO, a Lei nº 13.636/2018, que define:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com **objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado** (LEI n. 13636/2018, grifo nosso).

Para Junqueira; Abramovay (2005, p. 22), “as organizações de microfinanças não têm nem tempo nem recursos suficientes para supervisionar a utilização dos empréstimos”. Isto, porque, dada sua atuação ampliada em todo o território nacional, dispõem de mecanismos escaláveis, padronizados, impessoais e rígidos, sem qualquer identificação à dinâmica específica do local, sem estabelecer relações de proximidade.

Tais características podem justificar o que algumas entrevistadas afirmam, que existe muito mais tomadores de crédito no Crediamigo que no Banco Rede Opala. O montante liberado é maior, cujo uso permite maior liberdade - para além da compra de insumos produtivos, a oferta do crédito é constante e ininterrupta e, ainda, o programa tem atuação mais antiga em Pedro II. É o que retrata a fala de PP7:

[...] *Ave Maria*, é demais. Tem gente demais que trabalha com esse CrediAmigo. É quase todo mundo, é difícil ter uma pessoa que não trabalhe (PP7, 2019).

Já PP6 enfatiza que, desde quando o Crediamigo chegou à cidade, devido à facilidade de acessar o crédito, houve melhora significativa na renda da população.

[...] porque se a gente tem o produto pra vender, você vende... Naturalmente você vai colocar o dinheiro na cidade mesmo. E têm também umas vizinhas nossas aqui, que fazem uns tapetes e já põe na internet e já vende. Encomenda de Piripiri, encomenda de fora. É um círculo assim... só de coisas boas (PP6, 2019).

Ainda, como infere PP11, assim como este programa lhe ajudou, também ajudou às demais pessoas e, como consequência, contribuiu para o desenvolvimento da comunidade.

Caminhando um pouco mais na investigação quanto ao desenvolvimento local, foi questionado às entrevistadas se elas participavam de alguma associação, movimento ou ação social, rede de produção, comercialização, consumo ou crédito. Isto, porque, na visão de Santos (2002), faz parte da ideia de desenvolvimento alternativo a organização social em torno de objetivos coletivos como, por exemplo, formas associativas de produção, movimento ecologista ou feminista, programas de acesso ao crédito a famílias de baixa renda, movimentos rurais e urbanos de luta pela terra e por habitação, ações de revalorização do local por meio de bancos comunitários, consumo no local, valorização da produção local e trocas de serviço no local (SANTOS, 2002).

Foi observado que, das doze entrevistadas, oito não participam de nenhum movimento ou organização social atualmente. Destas, apenas duas já foi membro de associação pelo

menos uma vez. PP10 era membro da Obra Kolping de Pedro II e PP3 disse ter participado de associação em busca de energia para o bairro. Já PP4 respondeu que participa de uma associação de artesãs que se organizam em épocas festivas para vender mais. Do mesmo modo, PP5 respondeu que se organiza com outras artesãs para produzir e vender redes. Pelo que foi possível perceber nas falas, a associação não é formalizada:

[...] Sim, minhas vizinha *né*. Que quando *dá* no festival, quando *dá* assim qualquer movimento *né*, nós... *nós sempre* se reuni pra vender *né* (PP4, 2019).

[...] Não, participo não. Aqui é uma associação só que aqui a gente não tem associação não (PP5, 2019).

Quanto àquelas que dizem não participar de associação, rede ou organização social, algumas falaram espontaneamente o que pensam sobre esse tema. É o caso de PP8 que, apesar de não participar de qualquer organização coletiva em prol de objetivos comuns, diz que acha importante o propósito do movimento:

[...] Num sei, eu acho assim, porque todo mundo trabalhava em parceria *né*. Todo mundo trabalhava e, de vez em quando, *ia ter algumas reunião*, todo mundo entrava em diálogo com o outro, porque eu acho assim, que... que quando tem uma comunicação no grupo, é acho que muito valioso quando as pessoas participa de alguma coisa assim (PP8, 2019).

Por possuir uma loja no mercado do artesão de Pedro II, PP8 acha válida a organização dos microempreendedores deste local em prol de objetivos comuns. Ela ainda arrisca um palpite acerca do motivo porque ainda não existe qualquer movimentação neste sentido:

[...] Eu acho que tá faltando um pouco assim, um incentivo pra poder ter, um incentivo de alguém pra fazer isso. Vamos supor, de vez em quando alguma reclamação de sujeira, alguma coisa e tudo lá, então se tivesse *né* uma associação ia ter um líder *né*, ia tá... (PP8, 2019).

PP11 relata que durante um período pagou a contribuição sindical, decidindo interromper algum tempo depois. Diz, ainda, que na sua comunidade existe uma associação de moradores, mas que foi excluída quando a organização recebeu benefícios. Ela diz, com tom de insatisfação:

[...] *Mermã*, eu pagava o sindicato, não paguei mais... Aí aqui tem a associação de moradores, mas no tempo que foi pra vir um monte de coisa *aí*, eu fui excluída... *aí* também nem paguei mais associação, não faço mais parte de associação não (PP11, 2019).

Apesar de a maioria das entrevistadas relatarem não ser membro de nenhuma organização ou movimento social, importa destacar que, somente pelo fato de terem tomado empréstimo no Banco Rede Opala são membros ativos da rede de “prosumidores” criada e

operacionalizada por este banco comunitário. Como dito na caracterização de seu funcionamento, os tomadores de crédito recebem os insumos de produção de lojas parceiras pertencentes ao comércio local, o que contribui para sua dinamização e desenvolvimento.

Ademais, observa-se uma demanda latente por algum tipo de associação formalizada em prol da busca do alcance de benefícios e outros objetivos para as artesãs de Pedro II. Esta demanda é percebida tanto na fala de algumas delas quanto à importância de uma organização social, quanto na forma como a maioria trabalha – em conjunto com outras artesãs.

A partir das discussões em capítulo próprio acerca do conceito de desenvolvimento local, destacam-se expressões e palavras-chave como: protagonismo comunitário, mobilização local, ação da sociedade civil, participação social local, processo endógeno, conquista coletiva, perspectiva integrada dos problemas e soluções locais. Diante da percepção da análise empreendida até aqui fica mais claro que os mecanismos de oferta de crédito pelos bancos comunitários se aproximam muito mais do desenvolvimento local do que aqueles utilizados pelo microcrédito convencional.

Os bancos comunitários têm um formato original, porque coloca o morador da cidade, bairro ou comunidade como protagonista. E, por isso, é criado e gerenciado por membros da comunidade, além de assumir o papel de buscar soluções para problemas específicos do local, como a oferta de crédito e outros serviços financeiros. E tem como consequência a inclusão financeira e a dinamização da economia do território.

No entanto, num olhar mais amplo para os dois tipos de microcrédito atuantes no município de Pedro II – PI, a partir das percepções das entrevistadas, estas duas modalidades desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento local na medida em que oportunizam renda para seus beneficiários. Guardando as particularidades nos mecanismos de operacionalização, os dois tipos de microcrédito aqui analisados são importantes atores de dinamização da economia e do desenvolvimento local.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permite concluir que os dois programas de microcrédito são importantes para a geração de emprego e renda no município analisado. Conforme a percepção das entrevistadas, tanto o crédito do Banco Rede Opala quanto aquele tomado pelo programa Crediamigo foram importantes no desenvolvimento de suas atividades produtivas e de seus

projetos de vida. Aumentando a renda, aumenta o consumo e, logo, têm-se melhoria na qualidade de vida individual e familiar, resultando na dinamização da economia local.

No entanto, ao analisar os mecanismos institucionais de oferta de crédito, as duas instituições apresentam semelhanças e diferenças. Com isso, reúnem-se elementos mais específicos para analisar suas contribuições ao desenvolvimento territorial à luz dos conceitos de desenvolvimento local discutidos nesta pesquisa.

As semelhanças são percebidas, principalmente, no que diz respeito ao público-alvo, aos objetivos, e ao primeiro contato com seus beneficiários.

Quanto ao público-alvo, os dois programas estão voltados ao financiamento de atividades produtivas de pequenos empreendedores, notadamente pertencentes ao público de baixa renda. Tanto quem pegou crédito no banco comunitário também buscou e conseguiu crédito no banco tradicional, o que reflete a vida financeira ativa de pessoas consideradas de baixa renda e a necessidade e importância de programas de microcrédito mais atentos à realidade desse público-alvo.

Dentre este público, destaca-se a predominância das mulheres como beneficiárias dos dois tipos de programas de microcrédito. Tal característica vem desde a origem deste formado de crédito na década de 1970, com o Grameen Bank. Com essas primeiras experiências de microcrédito, percebeu-se que as mulheres estão mais atentas às necessidades de sua família e, portanto, costumam utilizar os recursos tomados para provê-la. Isso faz com que elas sejam reconhecidas como melhores pagadoras que os homens.

Ainda entre as semelhanças, as duas instituições se beneficiam das relações de proximidade existentes no território tanto para alcançar o público-alvo, quanto para garantir o pagamento do empréstimo por meio do mecanismo de aval solidário (controle social). Por confiarem em seus pares, muitas artesãs buscaram os programas de microcrédito indicados por amigos, parentes, vizinhos. A confiança na instituição de crédito é tributária da confiança mútua existente dentro das relações sociais no território.

Quanto às diferenças, tem-se que os mecanismos institucionais de concessão e avaliação de crédito no Banco Opala é construído a partir das especificidades dos tomadores de crédito e das suas realidades socioeconômicas. No caso do Crediamigo, tais mecanismos são criados a partir de critérios do próprio banco, desconsiderando características socioespaciais do território.

Na sua origem, enquanto o Crediamigo é um programa com atuação em todo o território nacional, criado por uma instituição federal, o Banco do Nordeste, o Banco Rede

Opala é criado e gerido pelos próprios moradores de Pedro II-PI, tendo atuação limitada a este município. Daí decorrem as demais diferenças de operacionalização identificadas.

A gestão do Crediamigo é centralizada em local diverso daquele a que pertence o solicitante. Assim, resta pouca autonomia ao agente de crédito que, mesmo tendo um contato mais próximo com o negócio e a história de vida do solicitante, não possui qualquer interferência na decisão de liberação do crédito, por esta estar centralizada na unidade-sede, localizada em município distante de Pedro II-PI. Isto é, a decisão é feita por pessoas alheias à realidade e especificidades locais, lançando mão de procedimentos padronizados, objetivos e rígidos.

Do outro lado, o banco comunitário analisado possui gestão comunitária, tendo o próprio agente de crédito como participante da avaliação das solicitações de empréstimo. Assim, o mesmo indivíduo que tem contato mais direto com o solicitante - conhece sua realidade e história de vida -, também possui autonomia para influenciar a decisão de liberação ou não do crédito. Isto acontece porque os membros da gestão do banco comunitário são, antes, pertencentes à comunidade. Conhecer anteriormente o solicitante e/ou sua rede social, dá ao banco informações privilegiadas para a avaliação do pedido. Por isso, aqui, destacam-se procedimentos contextualizados, pessoais e flexíveis na liberação do crédito.

Também, ao observar o mecanismo de liberação de crédito, são encontradas diferenças acentuadas. Enquanto o programa Crediamigo libera o valor tomado em dinheiro oficial, o real, o Banco Rede Opala utiliza uma ferramenta de uso restrito ao local, chamada neste estudo de nota de fornecimento. Em posse de tal nota de fornecimento, a tomadora de crédito é inserida no que a literatura chama de rede de prossumidores – união entre produtores e consumidores. As artesãs só podem utilizar essa nota de fornecimento em comerciantes parceiros do Banco, onde conseguem obter os insumos de que precisam para a produção de seu artesanato.

Ao relembrar o conceito de desenvolvimento local, identifica-se no Banco Rede Opala um exemplo de uma organização financeira criada e gerida pela própria comunidade atuando em prol do desenvolvimento endógeno, um autodesenvolvimento. Se, ao observar a realidade que os cercam, os membros de um município decidem coletivamente instituir um programa de financiamento de atividades produtivas locais, tem-se, então, uma solução local ante o problema de acesso ao crédito de pessoas marginalizadas do sistema financeiro tradicional. Não por acaso, as artesãs entrevistadas disseram ter acesso somente a programas

destinados a este público, o que reforça a necessidades de soluções de acesso ao crédito atentas às especificidades de pessoas em condições socioeconômicas limitadas.

As entrevistadas desempenham atividade produtiva informal ao exercerem um ofício que compõe a identidade cultural de Pedro II – PI: o artesanato de fio, notadamente redes e tapetes. Passada de geração para geração, o trabalho no artesanato garante o sustento de muitas famílias do município, guardando um valor simbólico cultural e afetivo. Muitas delas aprenderam a tecer rede com suas mães.

O Banco Rede Opala, ao inaugurar um novo programa de acesso ao crédito de pequena monta voltado para atividades produtivas locais, fortalece tanto essa identidade cultural da cidade, como a economia local ao unir as artesãs aos comerciantes de tecidos e aviamentos, numa rede local de prossumidores. É um desenvolvimento engendrado por membros do local, para o local.

Diante do exposto, pode ser notado a direta contribuição do Banco Rede Opala para o desenvolvimento local, a partir da valorização do consumo local. Ou seja, o dinheiro oferecido pelo Banco Rede Opala fica, de fato, circunscrito ao território, impedindo a fuga de recursos financeiros para outra região. Do mesmo modo o abono do pagamento de juros por atraso pelo Banco Rede Opala, mostra sua orientação ao local e atuação contextualizada, com a precedência dos objetivos sociais em relação aos objetivos financeiros.

Por outro lado, observa-se uma contribuição indireta do Crediamigo para o desenvolvimento local. Isto porque, ao liberar o dinheiro propriamente dito, permite maior liberdade de uso – tanto no que diz respeito a aspectos geográficos, quanto à finalidade da compra. Ou seja, o recurso tomado no Crediamigo permite o uso tanto no município do beneficiário quanto em localidade diversa. Assim como pode ser utilizado tanto para insumos de produção quanto para bens de consumo, desviando-se de sua finalidade primeira.

Além disso, as entrevistadas disseram que, em caso de atraso ou não pagamento do empréstimo, o Crediamigo pode inscrever o nome do tomador inadimplente nos órgãos de proteção ao crédito, que passa a ter seu nome negativado, além de cobrar juros. O que reflete sua atuação ampliada e, por isso, padronizada, requerendo do território o atendimento de seus termos de funcionamento.

Com esta pesquisa ficou evidente a necessidade e a demanda por programas de microcrédito destinados à população de baixa renda em um dado território. Quer seja operado por um banco comunitário ou por um banco tradicional, ambos contribuem para a geração de renda e a dinamização da economia local.

Por conseguinte, tal percepção engendra uma reflexão em torno do apoio governamental que estas duas instituições recebem. Enquanto o Crediamigo é institucionalizado e fomentado por política pública nacional, os bancos comunitários sequer têm marco legal e sua atuação reconhecida. A Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes foi extinta e com isso as poucas políticas públicas de finanças solidárias foram descontinuadas ou enfraquecidas.

Logo, não por acaso, os bancos comunitários ainda enfrentam grandes desafios principalmente nas suas atividades de oferta de crédito. Por muitas vezes não possuir sustentabilidade financeira satisfatória, suas linhas de crédito acabam sendo interrompidas ou tendo um funcionamento instável, sendo essa uma das principais queixas das entrevistadas. Quando ainda existia a Senaes, muitos bancos comunitários foram fomentados em todo o território nacional, mas outros tantos tiveram sua atuação enfraquecida quando da extinção da Secretaria.

Isto posto, entende-se que os bancos comunitários também necessitam de apoio institucional de políticas públicas para acesso ao crédito de pessoas marginalizadas do sistema financeiro tradicional. Inclusive, a coexistência de um banco comunitário em meio a instituições do sistema financeiro tradicional faz refletir sobre uma demanda real por mecanismos específicos de acesso ao crédito dessa parcela da população menos favorecida. A ideia não é favorecer um em detrimento do outro, mas sim reconhecer suas particularidades e relevância na economia local, cada um a seu modo. Quem ganha é o território.

Aqui, reforça-se o coro quanto à importância da instituição de políticas públicas que dê subsídios para que os sujeitos locais encontrem soluções para seus próprios problemas. Para que a sociedade civil organizada seja autônoma na forma de pensar, agir e propor mudanças no seu entorno em prol da melhoria social, econômica e política de seus pares. O local, sem se fechar em si e atentos à conjuntura global, pode ser mais eficiente na resolução de problemas pontuais.

Assim, é a comunidade que lida diariamente com sua realidade e conhece mais de perto as demandas sociais, políticas, ambientais, econômicas. É a partir das articulações entre os sujeitos de uma localidade que são implementadas soluções coletivas em prol de induzir o desenvolvimento e contribuir para a redução da pobreza.

Este trabalho não teve o intuito de generalização, mas de reflexão quanto à importância de soluções locais para problemas específicos de um território. E é aqui onde se encontram as limitações da pesquisa. Uma investigação mais ampla, compreendendo mais de um

território, com casos múltiplos, pode subsidiar com mais elementos uma reflexão neste sentido.

REFERÊNCIAS

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo, SP: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Perfil do Piauí. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/piaui/#vulnerabilidade. Acesso em 9 nov. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira**. - n. 1. Brasília: BCB, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf. Acesso em 25 set. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Evolução do Sistema Financeiro Nacional**, Brasília: BCB, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório de Inclusão Financeira**. – n. 3. Brasília: 2015. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf> >. Acesso em: 25 set. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Global Findex Survey**, 2017. Disponível em: <https://globalfindex.worldbank.org/>. Acesso em: 15 set. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BARONE, F. M. *et al.* **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BRAGA, T. S. **Programas públicos de microcrédito produtivo orientado: uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.

BRASIL. **Lei no 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em 22 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003**. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.735.htm. Acesso em 22 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005.** Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 3567, de 29 de maio de 2008.** Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte. Brasília, DF: Banco Central do Brasil. [2008]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2008/pdf/res_3567_v1_O.pdf. Acesso em: 22 jan. 2020.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Brasília, DF: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. 1999. Disponível em: <<http://iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em 22 Out. 2018.

CARVALHO, D. M. *et al.* Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? *In:* CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 47, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/196.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2018.

CATTANI, A. D. *et al* (autor). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo, SP: Edições Almedina, 2009.

CORDEIRO NETO, J. R.; RIGO, A. S.; CANÇADO, A. C. Economia Solidária no Vale do São Francisco: a Relação entre Empreendimentos Solidários e Poder Local na Perspectiva do Desenvolvimento Endógeno. **Revista APGS.** Viçosa, MG, v. 4, n. 4, p. 420-447, out./dez. 2012

COSTA, R. R. A. A relação entre o desempenho e a forma legal das instituições de microcrédito. **R. Cont. Fin.** – USP, São Paula, SP, v. 28, n. 75, p. 377-389, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/138285>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. 2 ed. São Paulo: Outras Palavras, 2018. 320 p.

_____. **Os estranhos caminhos do nosso dinheiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. 72 p. (Coleção O que Saber).

_____. Desenvolvimento Local e Apropriação dos Processos Economicos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, SP, n. 51, p. 99-112, set./mar., 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34661>. Acesso em: 06 set. 2019.

DYMSKI, G. A. Banking Strategy and financial exclusion: tracing the pathway to globalization. **Economia**. Curitiba: Editora UFPR, v. 31, n. 1 (29), jan-jun. 2005. Disponível em: [revistas.ufpr.br > article > download](http://revistas.ufpr.br/article/download). Acesso em: 22 fev. 2020.

FARRANHA, A. C. **Olhares sobre a pobreza: entre o global e o local – A experiência de microcrédito no município de Vitória**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 22 fev. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **O&S**, v. 15, n. 45, p. 219-232, ABR/JUN, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302008000200017. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. **Economia e Desenvolvimento**. Salvador, BA: UFBA, Escola de Administração, 2019. 97 p.

_____. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, Jun. 2002. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

FRANÇA FILHO, G. C. (org). **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira**. Fortaleza: Arte Visual, 2013a, 107 p.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE**. Rio de Janeiro, RJ, v. 11, n. 3, artigo 7, Set./Nov. 2013b.

FREITAS, A. F. de. Organizações de Microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 39-54, JAN./MAR. 2013. Disponível em: [periodicos.ufsm.br > reaufsm > article > download > pdf](http://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/download/pdf). Acesso em: 09 fev. 2020.

FREITAS, H. M. R. de; JANISSEK, R. **Análise Léxica e Análise de Conteúdo: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para a exploração de dados qualitativos**. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzanatto, 2000.

FERREIRA JR, R. R. *et al.* Desconcentração da política de inclusão financeira produtiva: uma estratégia de desenvolvimento para regiões periféricas. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 49, n. 2, p. 9-25, ABR/JUN. 2018. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/912/710>. Acesso em: 09 fev. 2020.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). **Índice de Vulnerabilidade Social no Piauí por Territórios de Desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 2018. 51p. – (Série Inclusão Social; n. 3).

GAIGER, L. I. G. (coord). **Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014. 160p.

GURGEL, T. de A. M. **O Microcrédito no Brasil: uma análise sobre o programa nacional de microcrédito produtivo orientado**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus) – Lisbon School of Economics e Management, Universidade de Lisboa, PT, 2018.

HIGGINS, S. S.; NEVES, J. A. B. Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do Crediamigo. **Rev. Sociol. Polít.**, v. 24, n. 59, p. 3-23, Set., 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782016000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 06 set. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Pnad Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. **Portal Cidades**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pedro-ii/panorama>. Acesso em: 02 de Abril de 2020.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: 31 out 2019.

JUNQUEIRA, R.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das finanças solidárias. **Revista de Administração da USP**, 40 (1): 19-33. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417390002>. Acesso em: 22 jul. 2019.

KREUTZ, D. C. **Crédito e Desenvolvimento: um estudo da Instituição Comunitária de Crédito Porto Alegre Solidária**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A Construção do Saber: manual da metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre, RS: Editoria Artes Médicas Sul, 1999.

LAVILLE, Jean-Louis. Repensando o Espaço Público e a Economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. **O&S**. Salvador, BA, v. 23, n. 78, p. 369-377. Jul.-Set., 2016.

_____. A Economia Solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, PT, n. 84, p. 7-47, Mar., 2009. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/JL_Laville_RCCS_84.pdf. Acesso em: 12 nov. 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. **Bairros Pobres, Ricas Soluções: Banco Palmas ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008. 118 p.

_____. **Bancos Comunitários**. IPEA: Mercado de Trabalho, n. 41, nov. 2009.

_____. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.

MELO NETO SEGUNDO, M. **Bancos Comunitários: uma prática de finanças solidárias no Brasil**. Forum Brasileiro de Economia Solidária, 2014. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8056&Itemid=62>. Acesso em: 21 de setembro de 2015.

MENEZES, M. S.; CROCO, M. A. Sistemas de Moeda Social: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. **Revista Organização e Sociedade**. Campinas, SP, v. 18, n. 2 (36), p. 371 – 398, Ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a06v18n2.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MILANEZ, B.; PUPPIM, J. A. Ambiente, Pessoas e Labor: APLs além do desenvolvimento econômico na mineração de opalas em Pedro II, no Piauí. **Cadernos EBAPE**. Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 4, artigo 1, Dez. 2009.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. Rio de Janeiro, RJ, vol.17, n.3, p.621-626. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000300007&script=sci_abstract. Acesso em: 25 Mai. 2018.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)13. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/>. Acesso em 18 set 2019.

MORAES, J. M. **Microcrédito como Ferramenta de Combate à Pobreza e Inclusão Social: um estudo de caso do projeto Amazônia Florescer**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

MORDUCH, J. The Microfinance Promise. **Journal of Economic Literature**, V. 37, p. 1.569-1.614, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2565486?seq=1>. Acesso em: 10 out. 2019.

MOSTAGI, N. C. *et al.* Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-70122019000100111&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2019.

NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo, SP: A9 Editora, 2013.

NESOL-USP. **Finanças Solidárias**. São Paulo, SP: NESOL-USP, 2015. 52 f. (Cadernos de Finanças Solidárias).

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (org). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2016. 118 p. (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

OLIVEIRA, J. C. **Recursos Gemológicos dos Estados do Piauí e Maranhão**. Teresina: CPRM, 1998.

PARENTE, S. **Mercado Financeiro e a População de Baixa Renda**. Brasília, DF: CEPAL, 2003. (Pobreza e mercados no Brasil).

PIAUI. **Lei Ordinária no 6057, 17 de jan. de 2011**. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Piauí e dá outras providências. Piauí: Governo do Estado, [2011]. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/14730>. Acesso em: 07 fev. 2020.

QUIDTY, J.; FETZER, T.; GHATAK, M. Commercialization and the decline of joint liability microcredit. **Warwick Economics Research Paper Series**. Fev., 2016. Disponível em: CAGE Discussion Paper No: 272. Acesso em: 06 set. 2019.

RAPOSO, J. G.; FARIA, M. S. Banco Comunitário e Moeda Social: organização comunitária e desenvolvimento local . **Revista Organizações em Contexto**, v. 11, n. 22, p. 551-569, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/38692/banco-comunitario-e-moeda-social--organizacao-comunitaria-e-desenvolvimento-local->. Acesso em: 20 fev. 2020.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G.C. de. **Bancos Comunitários e Moedas Sociais no Brasil**: reflexões a partir da noção de economia substantiva. Salvador, BA: EDUFBA, 2017. 126 p.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T. Políticas de Microcrédito no Brasil: uma Análise a Partir do Caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 6, 2012, São Paulo. **Anais Eletrônico...**, São Paulo. Disponível em: <http://congressos.pucsp.br/index.php/VIENAPEGS/VIENAP/schedConf/schedule>. Acesso em: 24 mai. 2018.

RIGO, A.; FRANÇA FILHO, G. C. de; LEAL, L. P. Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**, n. 31, ano 13, jul./set., 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21895>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SACHS, I. Em Busca de Novas Estratégias de Desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, SP, v. 9, n. 25, set./dez, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300004. Acesso em: 11 ago. 2020.

SANTANA, C. A. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o Apoio à Promoção do Desenvolvimento Local: o caso do Banco Ilhamar**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-78.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 416 p.

SILVA JR., J. T. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, BA, v. 1, n. 1, p. 1-18, set./Dez. 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31480>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SILVA, S. P. **Economia Solidária e Finanças de Proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2017. 82 f. (Texto para discussão, n. 2270).

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Finanças Solidárias e Moeda Social**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. 8 p. (Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes autores).

SOARES, J. O.; ALMEIDA, F. M. de. Análise da disponibilidade financeira de bancos comunitários para o desenvolvimento local. VI Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2019. Salvador, BA. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.ebap.ufv.br/index.php/ebap/viebap/paper/view/542>. Acesso em: 23 jul 2019.

SOARES, R. B; BARRETO, F.A.; AZEVEDO, M. T. Condicionantes da Saída da Pobreza com Microcrédito: O Caso dos Clientes do Crediamigo. **Est. econ.** São Paulo, SP, v. 41, n. 1, p. 119-142, jan./mar. 2011

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo, SP: Ática, 2000.

ZAQUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. Excertos sobre Política Pública de Acesso ao Crédito como Ferramenta de Combate à Pobreza e Inclusão Social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública – RAP**, 41(2), p. 369-380, Mar./Abr., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2018.

APENDICE A – Roteiro de Entrevista

1. OPORTUNIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO

- 1) Além do Banco Opala, já buscou empréstimo em outro banco? Qual?
- 2) Caso tenha tomado empréstimo em outro banco, qual a finalidade?
- 3) Pretende adquirir crédito novamente? Por quê?
- 4) Além daquelas onde já tomou empréstimo, quais outras instituições financeiras com oferta de crédito você dispõe na sua localidade? Quais delas já lhe ofereceram empréstimo? Como ficou sabendo?
- 5) Comparando os dois tipos de instituições financeiras, existe diferença entre elas no que diz respeito ao microcrédito? Quais? (percepção quanto à atuação do Banco Opala e dos bancos convencionais)
- 6) Diante da oportunidade de empréstimo em um banco nacional e um comunitário, qual escolheria? Por quê?

2. RELACIONAMENTO COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

- 1) Do Banco Opala, o que mais gostou na experiência de tomar empréstimo? Tem alguma sugestão de melhoria ou crítica? Qual?
- 2) Como avalia o uso e a circulação da moeda social?
- 3) Caso tenha obtido empréstimo em outro banco, do que mais gostou? Tem alguma sugestão de melhoria ou crítica? Qual?
- 4) Indicaria o Banco Opala para um amigo/familiar?
- 5) Indicaria o outro banco onde tomou empréstimo para amigos/familiares?
- 6) Após tomar o empréstimo, você manteve ou ainda mantém contato com o banco? Qual?
- 7) Como você avalia o contato com o agente de crédito bancário antes, durante e depois de tomar o empréstimo?

3. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA DE VIDA DO TOMADOR DE CRÉDITO

- 1) Gênero
- 2) Idade
- 3) Você nasceu em Pedro II (naturalidade)? Mora há quanto tempo em Pedro II?
- 4) Sua família é de Pedro II? Quais membros ainda moram aqui?
- 5) Quantas pessoas moram com você? Quem são?
- 6) Qual é/era fonte de renda de seus pais?
- 7) Qual a sua fonte de renda atual? Em qual atividade produtiva atua?
- 8) Como começou nesse trabalho? Há quanto tempo está nesta atividade?
- 9) Já atuou em alguma outra atividade? Tem planos para iniciar uma nova atividade produtiva? Qual?
- 10) Para qual dessas atividades precisou de empréstimo? Onde conseguiu?

4. PERCEPÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO MICROCRÉDITO PARA FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS

- 1) Você está satisfeito com a situação atual do seu negócio?

- 2) Se não está satisfeito, qual a necessidade/desafio atual do negócio? (Planos de futuro para o negócio).
- 3) Você acha que precisará de crédito (a que você atribui a sua necessidade de obter financiamento)?
- 4) Quantas vezes teve necessidade de obter empréstimo durante o tempo em que está na atividade?
- 5) Caso não tivesse opções de empréstimo na cidade, o que você faria?
- 6) Antes do surgimento do Banco Opala (2012), você chegou a tomar empréstimo? Onde ou como?
- 7) Quanto ao valor emprestado, como você avalia o crédito para o andamento de sua atividade produtiva?

5. PERCEPÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO MICROCRÉDITO PARA PROJETO DE VIDA

- 1) Você percebe alguma mudança na sua vida e/ou da sua família a partir da atuação do Bando Rede Opala?
- 2) E qual a contribuição do banco convencional para a sua vida pessoal?
- 3) Você conseguiu realizar algum objetivo pessoal com o crédito obtido?
- 4) Quanto ao consumo pessoal e/ou da família, como o microcrédito influenciou no acesso a produtos e serviços (alimentação, saúde, educação, lazer, moradia)?
- 5) Como você avalia sua qualidade de vida antes e depois do crédito tomado?

6) PERCEPÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO MICROCRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

- 1) Dentro do seu grupo social, você conhece pessoas que tomam empréstimo?
- 2) Você tem alguma relação ou participa de movimentos sociais, populares ou sindicais?
- 3) Participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária? Qual área de atuação?
- 4) Participa de alguma rede de produção, comercialização, consumo ou crédito?
- 5) Você percebe alguma mudança na sua comunidade decorrente da oferta de crédito do Banco Rede Opala?
- 6) Você percebe alguma mudança na sua comunidade decorrente da oferta de crédito do banco convencional?

APÊNDICE B – Lista de documentos analisados

DOCUMENTO	CONTEÚDO	FONTE	DATA
DOC. 1	Sete eixos de caracterização do Banco Rede Opala	Banco Rede Opala	-
DOC. 2	Contrato de Comodato para concessão de imóvel		JUNHO/2012
DOC. 3	Lista de presença da Reunião para fundação do Banco Rede Opala		JANEIRO/2012
DOC. 4	Oficina sobre Bancos Comunitários		DEZEMBRO/2012
DOC. 5	Lista de presença na reunião com entidades para discutir Bancos Comunitários		JANEIRO/2012
DOC. 6	Encontro com entidades para a criação de Banco Comunitário de Desenvolvimento em Pedro II - PI		DEZEMBRO/2012
DOC. 7	Reunião Banco Opala	Banco Rede Opala	FEVEREIRO/2012
DOC. 8	Evento Palestra sobre Banco Comunitário		NOVEMBRO/2011
DOC. 9	Encontro com entidades para criação do BCD de Pedro II - PI		DEZEMBRO/2011
DOC. 10	Reunião Banco Comunitário (linha de crédito)		FEVEREIRO/2012
DOC. 11	Reunião Conselho Gestor e C.A.C		ABRIL/2014
DOC. 12	Lista de Presença Reunião Conselho Gestor e C.A.C.		FEVEREIRO/2014
DOC. 13	Políticas de Crédito – linhas de crédito e critérios		-
DOC. 14	Reunião do Banco Comunitário Rede Opala		MAIO/2012
DOC. 15	Reunião Conselho Gestor e C.A.C		ABRIL/2013
DOC. 16	Reunião Conselho Gestor e C.A.C		MARÇO/2013
DOC. 17	Cheque da Comunidade Kolping de Pedro II para Banco Rede Opala		MARÇO/2013
DOC. 18	Ficha de Cadastro para crédito	-	
DOC. 19	Critérios para acesso ao crédito PIAUI FOMENTO	Afixados na parede da sede do Banco Rede Opala	
DOC. 20	Serviços prestados pelo Banco Rede Opala	Afixados na parede da sede do Banco Rede Opala	

DOC. 21	Relatório pesquisa sobre o Banco Rede Opala	Banco Rede Opala	12 a 28 de agosto de 2013
DOC. 22	Foto banner Missão do Banco Rede Opala	Afixados na sede do Banco Rede Opala	
DOC. 23	Fluxo de caixa Banco Rede Opala	-	JULHO/2012 a JANEIRO/2013
DOC. 24	Lista de Reunião Conselho Gestor e C.A.C.	Banco Rede Opala	ABRIL/2013
DOC. 25	Lista de Presença Reunião Conselho Gestor e C.A.C	Banco Rede Opala	MAIO/2013
DOC. 26	Lista de Presença Reunião Conselho Gestor e C.A.C	Banco Rede Opala	NOVEMBRO/2012
DOC. 27	Convênio de cooperação financeira para apoio ao Banco Comunitário de Desenvolvimento “Rede Opala” que celebram entre si – Prefeitura Municipal de Pedro II e a Comunidade Kolping de Pedro II - PI	Banco Rede Opala	JUNHO/2012
DOC. 28	Contrato de prestação de serviços para desempenho da função de correspondente Caixa Aqui, firmado entre a Caixa Econômica Federal e Comunidade Kolping de Pedro II – PI	Banco Rede Opala	FEVEREIRO/2012
DOC. 29	Contrato de prestação de serviços para desempenho da função de correspondente Caixa Aqui, firmado entre a Caixa Econômica Federal e Comunidade Kolping de Pedro II - PI	Banco Rede Opala	NOVEMBRO/2018
DOC. 30	Acordo de Cooperação que entre si celebram Agencia de Fomento do Estado do Piauí, Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN e o Banco Comunitário Rede Opala para os fins que especifica	Banco Rede Opala	JULHO/2018
DOC. 31	Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FAPEX e a Comunidade Kolping de Pedro II - PI	Banco Rede Opala	JANEIRO/2016
DOC. 32	Termo de Fomento que entre si celebra, o Estado do Piauí, por meio	Banco Rede Opala	MAIO/2018

	da Secretaria do Desenvolvimento Rural e a Comunidade Kolping de Pedro II – PI.		
--	---	--	--

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE C – Fachada do Banco Rede Opala



Fonte: a autora (2019)

APÊNDICE D – Banner Missão Banco Rede Opala

Missão

Promover o acesso ao crédito bancário na perspectiva da economia popular solidária atendendo as pessoas que estiverem na área de atuação do banco no Município de Pedro II, especialmente os associados (as) de associações, grupos de economia popular solidária, pessoas em situação de vulnerabilidade social e iniciativas de pequenos empreendedores formais e informais, potencializando e fortalecendo a economia local.

CRÉDITO PARA PRODUÇÃO → REDE LOCAL DE PROSUMIDORES → CRÉDITO PARA O CONSUMO → GERAÇÃO DE RENDA →

Entidade Gestora:
COMUNIDADE KOLPING PEDRO II

Conselho Gestor:
 STTR, CEMADP, AMBSA, OBRA KOLPING, CACIAS, REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS, Ministério do Trabalho e Emprego, CAIXA, OFAPEX, BRASIL

Fonte: a autora (2019).

ANEXO A – Artesã retirando insumos de produção de comércio parceiro (rede de prossumidores)



Fonte: Banco Rede Opala

ANEXO B – Reunião para criação do Banco Rede Opala em novembro de 2011

Fonte: Banco Rede Opala